

MARIVAN MARCOS PAIVA RIBAS

**CONDICIONANTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
EM MATO GROSSO DO SUL:
O CASO DE CAPÃO BONITO II, EM SIDROLÂNDIA.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE/MS
2003**

MARIVAN MARCOS PAIVA RIBAS

**CONDICIONANTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
EM MATO GROSSO DO SUL:
O CASO DE CAPÃO BONITO II, EM SIDROLÂNDIA.**

Defesa da dissertação do Mestrado Acadêmico elaborado para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local s, sob a orientação da Professora Doutora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE/MS
2003**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof.a. Dr.a Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Prof. Dr. Manfredo Luiz Lins e Silva

Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa

Campo Grande, MS, 22 de março de 2003.

DEDICO

*Aos irmãos Sérgio e Andréia
que sempre me apoiaram.
Ao amigo Wilson Penha
pelo incentivo e as broncas,
em tempos passados para
continuar com os estudos.*

AGRADECIMENTOS

Na execução desse trabalho muitos foram os que me ajudaram, em vários momentos de crise e de falta de alento.

As dificuldades foram superadas com apoio de colegas do curso, dos professores e de amigos de trabalho, aos quais sou grato.

Aos familiares especial agradecimento pela compreensão do afastamento e momentos de angústia.

Ao amigo engenheiro agrônomo Sérgio Ponce, com quem aprendi muito de agronomia e que me ajudou nos detalhes técnicos.

À amiga demógrafo Angela Marques, pelas valiosas contribuições.

À CAPES, pela bolsa concedida que possibilitou a elaboração final dessa dissertação.

À amiga, professora Maria Bernadete Siqueira Loureiro, que deu o incentivo inicial para essa tarefa.

Em especial, o reconhecimento da ajuda sempre presente da minha orientadora, Professora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que com paciência, competência e amizade, ajudou e estimulou a realização desse trabalho.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi o de selecionar um assentamento rural ainda não emancipado, de Mato Grosso do Sul, Capão Bonito II, como estudo de caso, para verificar as variáveis internas e externas (endógenas e exógenas), de diversos níveis do território (nacional, regional e local) que convergiram e se combinaram para lhe dar origem, definir sua estrutura e funcionamento, com foco especial na avaliação da capacidade interna de organização e de processos interativos de aprendizagem. A meta da pesquisa foi a de se conhecer as forças ambientais, em diversas escalas e dimensões, capazes de serem conjugadas na concretização e sucesso do assentamento. A investigação realizada apresenta resultados de várias formas de coleta, mas principalmente de diagnóstico participativo para conhecimento da realidade social e econômica de projeto. Pôde-se verificar que as forças condicionantes de caráter exógeno (os movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária, o Estado e o mercado do entorno) têm tido maior peso na definição e concretização do assentamento que as forças conjugadas internamente. Entretanto, a consolidação só se fez em relação à dimensão física desse território institucionalizado pelo Estado, como também no fortalecimento das unidades econômicas familiares. Em realidade, observou-se, que os cinco anos de vivência no assentamento ainda não foram suficientes para que as famílias pudessem construir sobre si um sentimento de identidade comunitária (dimensão social do território), o que dificulta também a construção da identidade de pertença ao lugar (dimensão cultural). Essas dimensões são consideradas fundamentais para a construção, valorização e apropriação do território. O processo de desenvolvimento territorial, ou da territorialidade, é condição fundamental para se obter sinergias de forças emergentes do assentamento, para atribuir maior sucesso ao projeto de desenvolvimento local, com sustentabilidade social, econômica, cultural, política e ecológica ao desenvolvimento, com base em uma visão sistêmica e integrada da realidade.

PALAVRAS-CHAVES: desenvolvimento territorial, assentamento, reforma agrária

ABSTRACT

The objective of this research was to select a non-emancipated agricultural nesting, of South Mato Grosso State, Capon Bonito II, as case study, to verify the internal and external variables (endogenous and exogenous), of diverse levels of the territory (national, regional and local) that had converged and if they had combined for giving origin to it, to define its structure and functioning, with special focus on the evaluation of the internal capacity of organization and interactive processes of learning. The goal of the research was to know the environment forces, in diverse scales and dimensions, capable of being conjugated toward concretization and success of the nesting. Carried inquiry presents results of several ways of samples, but mainly of sharing diagnosis for looking into social and economic reality of the project. It could be verified that the conditioning forces of exogenous character (the social movements in the fight for the Agrarian Reformation, the State and the surrounding market) have had a bigger weight in the definition and concretization of the nesting than the internal conjugated forces. However, consolidation only was made in relation to the physical dimension of this territory institutionalized by the State, as well as in the strengthening of the economic familiar units. In fact, it was observed that the five years of experience in the nesting have been insufficient for the families to be able to construct their own feeling of communitarian identity (social dimension of the territory), what also makes it difficult for a communitarian identity of belonging to that space (cultural dimension). These dimensions are considered basic for construction, valuation and appropriation of the territory. The process of territorial development, or the territoriality, is basic condition for getting synergies of nesting emergent forces, to accomplish greater success to the project of local development, with social, economic, cultural sustainability, ecological and political to development, based on a systematic and integrated vision of reality.

KEY WORDS: territorial development, nesting, agrarian reform

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Diagrama de Venn – PA Capão Bonito II.	17
Figura 02 –Localização de Sidrolândia e o Assentamento Capão Bonito II, no Mato Grosso do Sul.	32
Figura 03 – Diagrama Unifilar de Localização do PA Capão Bonito II.....	47
Figura 04 – Distribuição da Precipitação Mensal – 1989 a 1999.	55
Figura 05 – Temperatura Média Mensal do Município de Sidrolândia.	55
Figura 05 – Pirâmide Etária do Assentamento Capão Bonito II em 2000.....	63
Figura 06 – Utilização da mão-de-obra por mês e atividade no Capão Bonito II	64
Figura 07 – Participação da população nas diferentes religiões.	83
Figura 08 – Censo Escolar 2001 E.M. Monteiro Lobato – Capão Bonito II.	87
Figura 09 – Grau de instrução dos assentados de Capão Bonito II.	88
Figura 10 – Tratamento de água no domicílio – PA Capão Bonito II	90
Figura 11 – Principais doenças registradas no PA Capão Bonito II – 2002.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 01–Agricultores assentados pelo governo brasileiro 1964-1998 (em milhares).....	28
Tabela 02–Principais produtos produzidos no Município de Sidrolândia, MS.	40
Tabela 03–Assentamentos localizados no Município de Sidrolândia, MS.	42
Tabela 04–Resumo dos dados básicos sobre o PA Capão Bonito II.	52
Tabela 05–Uso atual das terras do assentamento Capão Bonito II.	53
Tabela 06–Tipos de solos ocorrentes no assentamento Capão Bonito II.....	57
Tabela 07–Participação Relativa por Gênero e Faixas Etárias da população do PA.	62
Tabela 08–Força de Trabalho Disponível, por Idade e Gênero em Capão Bonito II.	64
Tabela 09–Grupos de sistemas de produção no assentamento rural de Capão Bonito II, no Município de Sidrolândia, MS.	73
Tabela 10–Ranking de Matriz Direta - Resultante do Diagnóstico Rural Participativo Emancipador - DRPE–no assentamento de Capão Bonito II, em Sidrolândia, MS.....	76
Tabela 11–Matrícula dos alunos por série e por idade - PA Capão Bonito II.	86

LISTA DE MAPAS

MAPA 01–Localização de Capão Bonito II, em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul.....	39
MAPA 02–Transportes no Estado de Mato Grosso do Sul.	45
MAPA 03–Município de Sidrolândia com os assentamentos rurais	46
MAPA 04–Organização territorial do assentamento Capão Bonito II	50
MAPA 05–Uso dos solos do assentamento Capão Bonito II.	51
MAPA 06–Tipos de solos do assentamento Capão Bonito II.....	59
MAPA 07–Origem dos assentados de Capão Bonito II.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1.1. QUESTÃO NORTEADORA.....	5
1.2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	5
1.3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	6
CAPÍTULO I.....	7
1.4. O MÉTODO DE ABORDAGEM	7
1.5. METODOLOGIA	8
1.6. REFERENCIAL TEÓRICO	19
CAPÍTULO II	31
2.1. LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO II	31
2.2. ORIGEM DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO II.....	42
2.3. INFRAESTRUTURA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO.....	43
2.4. CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO FÍSICA DO ASSENTAMENTO...48	48
2.5. CARACTERÍSTICAS DO QUADRO NATURAL NO ASSENTAMENTO	53
2.6. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL DOS ASSENTADOS.....	61
2.7. INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	85
2.8. PRINCIPAIS PROBLEMAS DO ASSENTAMENTO NA VISÃO DOS ASSENTADOS.....	94
2.9. PROBLEMAS FINANCEIROS E TÉCNICOS OBJETIVAMENTE CONSTATADOS NO ASSENTAMENTO.....	96
CAPÍTULO III	98
3.1 CONDIÇÕES DISPONIBILIZADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	98
3.2 CONDIÇÕES GERADAS PELO ESTADO	102
3.3 CONDIÇÕES OFERECIDAS PELO MERCADO	105
3.4 CONDIÇÕES HERDADAS: O CAPITAL NATURAL E CULTURAL	105
3.5 CONDIÇÕES HERDADAS DOS ASSENTADOS	108
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

No momento atual, ouve-se falar muito em desenvolvimento rural, local e sustentável, seja em planos, programas ou em conselhos de desenvolvimento. É bastante significativo o número de instituições públicas e privadas que, dentro de várias linhas de pensamento, tratam do assunto havendo um bom número de políticas públicas e programas governamentais (federais e estaduais) que tentam descentralizar suas ações, e que valorizam o espaço e as iniciativas locais (municipais).

A descentralização tem sido interpretada como sendo a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala (BUARQUE, 1999:16).

Representa uma efetiva mudança da escala de poder, propiciando às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (BUARQUE, 1999, op.cit.:16).

Há, hoje, uma tendência crescente na valorização do local para iniciativas de desenvolvimento. O local é a escala espacial em que se dá o exercício da cidadania e no qual, de fato, tem-se podido avançar efetivamente na questão do processo de desenvolvimento com base nos vários capitais a ele associados, materiais e intangíveis, com especial deferência para este último.

Essa tendência da valorização do local como escala da iniciativa e gestão do desenvolvimento na busca de maior autonomia e controle comum sobre os próprios destinos, ganhou amparo legal e foi reforçada com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, e com a aprovação de diversas leis complementares nos anos subsequentes. Como consequência, muitas políticas públicas, com destaque para as de saúde e educação,

incorporam hoje, em maior ou menor grau, os princípios da descentralização e gestão social, um começo ainda incipiente nesse processo. Os Municípios estão ficando cada vez mais na linha de frente para enfrentar uma complexa guerra de demandas, reivindicações e problemas locais (JARA, 1998:68).

Do mesmo modo, muitos programas governamentais financiados ou orientados por organismos internacionais (bancos, agências de desenvolvimento e fundações) já exigem ou recomendam o estabelecimento de ações locais com enfoque no planejamento participativo comunitário. Pode-se citar, por exemplo, o programa Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PETI.

Por outro lado, o mundo rural brasileiro, vê-se diante do desafio de uma reforma agrária inserida na globalização da economia, sem respostas concretas ainda para um modelo de sobrevivência dos agricultores de assentamentos resultantes dessa reforma, no sentido de ajudá-los a alcançar um patamar de melhoria de vida e bem-estar social.

Segundo Saavedra (1997:1):

El concepto de desarrollo no constituye un elemento aislado ni en términos teóricos ni en términos de aplicación práctica. Por tanto debe considerarse en contextos regionales nacionales y comunales determinados.

Nessa linha de pensamento, as propostas de desenvolvimento rural podem emergir nos contextos locais, mas sem perder de vista aqueles da escala regional e nacional, como se pode perceber, uma perspectiva de visão multiescalar em desenvolvimento territorial. Já existem programas governamentais de âmbito federal relacionados com o desenvolvimento rural que buscam valorizar o espaço local, visto como uma das escalas do território nacional. Entre esses, pode ser citado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e suas linhas de créditos específicos.

Entretanto, não deve ser esquecido que a maioria dos assentamentos implantados até o momento, no Brasil, é resultante de intensos processos de lutas e de mobilização de trabalhadores rurais, em nível nacional, anteriormente desprovidos do essencial para o seu labor – a terra. Assim, pode-se dizer que o processo de reforma agrária tem sido tratado mais como uma estratégia de política social do que como uma política

econômica voltada à promover o desenvolvimento sócio - econômico das famílias assentadas, propiciando-lhes uma melhor qualidade de vida. Em função disso, os recursos de muitas políticas públicas e programas de governo, na escala nacional e estadual, só vem sendo liberados com a explícita aprovação de conselhos municipais, especialmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, instalados em quase todo o país (ABRAMOVAY,2002:234). Essas condições, por outro lado, têm aberto novas possibilidades de interferências para velhas e novas formas de organização local (associações comunitárias, sindicatos e outras entidades de base local). Esses conselhos e fóruns locais constituem espaços privilegiados para a construção e exercício da cidadania, ao mesmo tempo que mudam as responsabilidades e aumentam as exigências e o controle sobre os governos locais, agindo como fiscais da administração pública na aplicação de recursos para a agricultura familiar (MDA/IBASE, 2001:16-39). É bem verdade, que as denúncias veiculadas freqüentemente pela mídia e por alguns estudos a respeito, grande parte das áreas destinadas aos assentados, têm sido a de que as mesmas vem sendo relegadas a espaços pouco apropriados, em favor das grandes culturas de exportação ou para as grandes fazendas de criação extensiva de gado. Também é do senso comum atribuir-se essas questões às dificuldades naturais para a produção, tais como declives acentuados, baixa fertilidade, déficit hídrico e grandes distâncias dos mercados de comercialização, entre outras. Sob pressão dos movimentos sociais e da disponibilidade limitada de recursos públicos, e nessas condições de assentamento, portanto, a grande maioria dessas unidades agrícolas estariam sendo implementadas de forma incompleta. Entretanto, nas palavras de Lages (2001:48):

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento nacional tem sido reafirmada (...) sem, no entanto, receber a atenção que merece. A diversidade encontrada no espaço rural brasileiro espelha a diversidade de um país continente marcado por desigualdades sociais e regionais. Em certas áreas predomina o conflito fundiário, em outras o agricultor familiar considerado marginal ou sub-familiar, extremamente empobrecido. Já em outras se encontram os novos “com terra”, ou então neorurais, profissionais liberais ou empresários que adquirem glebas rurais para atividades produtivas ou mesmo para residência secundária ou chácara de lazer.

Com o aumento do número de projetos de assentamento, a viabilidade destes, visando atingir um nível de desenvolvimento que garanta para as famílias assentadas a possibilidade de reprodução da vida, com produção de alimentos necessários para

subsistência e comercialização de parte para obtenção de renda monetária, começou a se transformar em prioridade dos setores governamentais responsáveis. Segundo Sachs (2002:184) a criação de um conjunto de políticas públicas como suporte ao desenvolvimento pode fazer diferença e acrescenta, no caso dos assentados:

Se olharmos a paisagem brasileira, o agricultor familiar é hoje reconhecido como um ator do drama do desenvolvimento; ele tem uma representação política forte, está organizado e existe um feixe de políticas públicas dirigidas a ele.

Entretanto, conforme aponta Bittencourt et alli (1999:7), para que o resultado possa ser alcançado, as condicionantes ou fatores atuantes sobre o espaço territorial ocupado, deve ser objeto de pesquisa fundamental para se evitar erros, potencializar acertos e alcance dos objetivos de desenvolvimento preconizados pela reforma agrária.

Sem perder de vista as relações do assentamento rural com variáveis externas (escala regional, nacional e mesmo internacional), as condições básicas às quais se refere essa pesquisa, dizem respeito às iniciativas locais capazes de gerar sinergias internas (capital sinergético), ou seja, energias multiplicadas em direção aos cenários de vida desejados por todos. O capital social e o capital humano têm sido apontados como fundamentais nesse sentido por Boisier (1998:3):

Si el desarrollo es un resultado intangible, pues, entonces, los factores que lo gatillan también deben pertenecer a tal dimensión ... Quisiera proponer dar otra mirada a la cuestión del desarrollo territorial, presupuestado, como siempre, el crecimiento y por tanto la generación de excedentes; una mirada enfocada a las diversas formas de capital que es posible encontrar en un territorio (organizado) y que, si adecuadamente articuladas entre sí, deberían casi inexorablemente producir desarrollo. Tal articulación sería el resultado de poner en valor la forma más importante de capital que se encuentra en el seno de toda comunidad: el capital sinergético.

Sugiero denominar capital sinergético a la capacidad social o, mejor, a la capacidad societal (como expresión más totalizante) de promover acciones en conjunto dirigidas a fines colectiva y democráticamente aceptados, con el conocido resultado de obtenerse así un producto final que es mayor que la suma de los componentes. Se trata de una capacidad normalmente latente en toda sociedad organizada. Como toda forma de capital, el capital sinergético es un stock de magnitud determinada en cualquier territorio y tiempo, que puede recibir flujos de energía que aumentan este stock y del cual fluyen otros flujos de energía dirigidos precisamente a articular otras varias formas de capital. La idea de reproducción es inseparable del concepto de capital.

1.1. QUESTÃO NORTEADORA

É nesse sentido que caminhou esta pesquisa, colocando como norteadora a seguinte questão: quais seriam os fatores ou condicionantes que potencializam e/ou limitam o desenvolvimento do assentamento resultante do processo da reforma agrária em Mato Grosso do Sul, como forças intervenientes, no meio local, tanto as que emergem de dentro do assentamento, como aquelas que se originam de fluxos externos e seu papel no desenvolvimento local.

1.2. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da pesquisa foi o de verificar quais as variáveis internas e externas (endógenas e exógenas), de diversos níveis do território (nacional, regional e local) que convergiram e se combinaram para dar origem, definir a estrutura e funcionamento de um assentamento rural.

Os objetivos específicos foram:

– observar as combinações desses fatores ou condições no meio local (assentamento) que proporcionaram potencialidades ou limitações para possíveis articulações das famílias entre si, como capital social para fortalecer uma ordem local voltada à organização de projetos coletivos.

– verificar os diferentes tipos de saberes, competências e habilidades acumulados anteriormente pelas famílias de assentados, que vêm sendo considerados e disseminados no meio, como potencialidade para se propor os projetos de vida para um mesmo espaço compartilhado.

Como se pode depreender do que foi exposto acima como objetivos gerais e específicos, ainda que se busque compreender as diferentes variáveis convergentes e seu pesos específicos para constituírem forças no desempenho desses assentamentos, a maior atenção dessa pesquisa voltou-se para as forças sociais de natureza endógena, especialmente o capital social (capacidade de articulação das famílias para propor projetos compartilhados) e o capital humano (capacidade de disseminar saberes e competências acumuladas por cada um).

1.3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O caso selecionado foi o Projeto de Assentamento – PA - Capão Bonito II, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, exatamente por ainda não ter sido consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e, por outro lado, incluído como área piloto do Programa de Consolidação (Auto-Suficiência) e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária- PAC.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, através da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), fez parceria com o INCRA-MS exatamente no sentido de contribuir com reflexões sobre as intervenções realizadas por esse órgão, assessorado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura- IICA durante a execução do PCA.

O desenvolvimento do trabalho deu-se através de uma estruturação em três capítulos. No primeiro capítulo apresentou-se o método e metodologia utilizada, assim como os referenciais teóricos que embasam a reflexão sobre o assunto, para a condução dos trabalhos. No segundo capítulo buscou-se fazer uma caracterização geral do assentamento, nos seus aspectos mais descritivos e quantitativos, contemplando fenômenos relacionados com sua localização no território, os fatores e condições do meio físico e biótico, o arranjo territorial (disposição das famílias no assentamento, infraestrutura, organização produtiva, tipos e uso do solo), caracterização da origem e situação das famílias assentadas, assim como a dinâmica social e econômica predominante no assentamento (formas de organização social já em funcionamento e suas ligações com as áreas externas e destino da produção).

O terceiro capítulo tomou um caráter mais interpretativo, buscando-se resgatar a origem e evolução da busca pelo assentamento, na tentativa de se compreender a estruturação atual do funcionamento do meio local, de modo que se pudesse detectar os fatores interferentes que atuam como limitantes, restritivo e potencializador das condições de iniciativas locais do desenvolvimento territorial.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

Nesse capítulo teve-se como preocupação a caracterização do método de abordagem e metodologia do trabalho de pesquisa, assim como os referenciais teórico-conceituais considerados básicos para auxiliar a interpretação e compreensão dos dados coletados e sistematizados, visando trazer respostas à questão colocada na pesquisa, ao mesmo tempo atendendo aos objetivos estabelecidos.

1.4. O MÉTODO DE ABORDAGEM

O método é entendido aqui como “uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento segundo um percurso fixado” (CHAUÍ, 1994:354). Desse modo, o método não representa tão somente um caminho a ser seguido, como um qualquer entre outros possíveis, mas sim um escolhido entre tantos outros possíveis, e que propicia ao investigador uma via de acesso segura que permite interpretar, com maior coerência e correção possível, as questões sociais dentro do estudo proposto.

A abordagem de uma pesquisa de caráter científico, segundo a autora citada, requer do investigador a afiliação a uma orientação teórico-metodológico, com uma visão de mundo para que ele possa se inserir num contexto teórico norteador, que lhe mostre o rumo a ser seguido.

Nesse sentido, o método de abordagem desse trabalho de dissertação baseou-se em uma visão de natureza sistêmica em desenvolvimento territorial.

De acordo com a concepção sistêmica, o mundo é abordado em termos de interrelações e interdependência. O sistema é composto de totalidades com estruturas específicas e propriedades sistêmicas que podem ser isoladas em suas características individuais, porém, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes

(CAPRA, 1982:260). A teoria dos sistemas, segundo esse autor, considera que o meio ambiente é, em si mesmo, sistema vivo capaz de adaptação e evolução. Como seres humanos amoldamos nosso ambiente com muita eficácia porque somos capazes de “representar o mundo externo simbolicamente, pensar conceitualmente e comunicar nossos símbolos, conceitos e idéias” (CAPRA, op.cit.:260-289).

Martins (2002:57-58) ao citar o mesmo autor, salienta que o princípio sistêmico supõe considerar que o modo como as partes se relacionam do todo é mais importante do que as próprias partes, sendo esta uma questão de método fundamental da abordagem integrada.

Assim, pode-se depreender que visão de mundo numa concepção holística pressupõe uma natureza interativa entre os seres humanos e os demais seres vivos e não vivos, numa relação de interdependência, com os sistemas e subsistemas interagindo, cada qual com suas propriedades específicas, e ainda as propriedades emergentes, resultantes do processo de interação entre propriedades distintas. Nesse caso, as condicionantes do desenvolvimento territorial do assentamento rural, enfoque dessa pesquisa, implica na utilização do conceito de território, visto na abordagem sistêmica, com as diferentes escalas de organização.

1.5. METODOLOGIA

1.5.1. ESTUDO DE CASO

Entre as várias formas que esse tipo de pesquisa pode assumir está o estudo de caso. O estudo de caso visa à descoberta, enfatiza a interpretação em contexto, busca retratar a realidade de forma completa e profunda, usa uma variedade de fontes de informação, revelam experiência e permitem a generalização naturalística, procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social, utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa (BOGDAN e BIKLEN,1982).

Essas características colocam o estudo de caso num situação distinta comparado a outros modelos. A situação do objeto estudo assume um caráter de instância singular, sendo tratado como único, uma representação da realidade multidimensional, geograficamente e historicamente situadas, sendo caso tratado como

uma unidade típica de uma população determinada e tendo um valor intrínseco inerente a ela (BOGDAN e BIKLEN, op.cit.)

O caso selecionado foi o Projeto de Assentamento – PA - Capão Bonito II, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, incluído como área piloto do Programa de Consolidação (Auto-Suficiência) e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária- PAC.

1.5.2. TÉCNICAS DE COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A aplicação de técnicas diversas na coleta e organização de dados deu-se desde o momento em que se definiu a necessidade de se conhecer os aspectos inerentes ao assentamento rural e ao contexto ambiental e histórico em que se insere.

Para execução da pesquisa, procedeu-se à revisão bibliográfica que pudesse trazer à tona, de um lado, as teorias e conceitos básicos relacionados com a abordagem sistêmica e o desenvolvimento territorial, de bases endógenas e, de outro, sobre os assentamentos agrários e o desenvolvimento rural brasileiro. Além da revisão bibliográfica que acompanhou o trabalho em todas as fases, optou-se pela coleta de informações estatísticas e documentais geradas em fontes bibliográficas e por vários órgãos oficiais, tanto através de bibliografias, manuais e documentos técnicos impressos, como aqueles disponibilizados na *Internet*.

Os dados coletados foram organizados e tabulados para serem interpretados, ao mesmo tempo em que a observação participante contribuiu para apurar essa interpretação. Buscou-se a sistematização por categorias representativas da realidade a ser explicada objetivamente e interpretada pelos atores que participam da geração das informações, de modo a se atender aos objetivos e metas estabelecidos na busca da solução do problema estudado.

Uma das técnicas de coleta considerada a mais significativa nesse trabalho, para a obtenção e interpretação de informações do assentamento rural, em termos de quantidade e qualidade de dados, foi a técnica de diagnóstico participativo rural, em que se pode contar com a participação dos atores locais. Esse instrumento foi aplicado como recurso diagnóstico para fins de execução do Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária- PAC. Para sua

seleção, foram analisadas as várias técnicas de diagnóstico participativo já disponíveis em manuais técnico-científicos, podendo-se citar como exemplo:

ITOG	(Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão);
ZOPP	(Projeto de Planejamento Orientado por Objetivos);
MAPP	(Método Altadir de Planificación Popular);
DRR	(Diagnóstico Rápido Rural);
DRPE	(Diagnóstico Rural Participativo Emancipador).

Cada técnica dessa têm uma metodologia específica, voltada a fins também específicos, sendo escolhidas e aplicadas, segundo a experiência do facilitador /moderador que realiza o trabalho.

DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO EMANCIPADOR

O Diagnóstico Rural Participativo Emancipador – DRPE, utilizado neste trabalho, permite que membros da comunidade estudada e agentes externos possam avaliar as condições gerais locais, realizando um inventário (na maior parte qualitativo) de seus recursos (naturais e sociais) e padrões de utilização dos mesmos. O envolvimento da população da área observada é importante, na medida em que ela pode dar uma outra dimensão à análise dos dados coletados.

Os propósitos do DRPE é mais voltado para possibilitar uma melhor compreensão sobre a complexidade de um tópico analisado, do que para recolher estatísticas acuradas sobre uma lista de variáveis, sendo o entendimento das nuances qualitativas em um dado estudo mais importante quanto encontrar médias gerais.

O DRPE – Diagnóstico Rural Participativo e Emancipador é uma forma específica do DRR, uma técnica de pesquisa desenvolvida no final dos anos 70 e começo de 80, por pesquisadores em desenvolvimento internacional, como uma alternativa e um complemento a modelos convencionais de pesquisa com populações rurais, atuando de modo interativo e aprendendo a fazer fazendo.

Utiliza-se mais de técnicas de pesquisa antropológica e etnográfica do que de pesquisas por amostragens. Faz uso de um processo construtivista da realidade vivida, assimilando conceitos do processo de alfabetização adulta de Paulo Freire, com variações que vão desde a comunicação não-verbal até entrevista estruturada. No encaminhar das discussões podem ocorrer métodos alternativos de coleta de dados que analisam a forma de interpretação e percepção do meio, na visão do público alvo pesquisado, que se manifestam de diversas maneiras, dando ao técnico elementos para análise dos fatos, a exemplo geral, a realização de um modelo de desenvolvimento desejado para a comunidade.

A técnica adotada pressupõe interação total com os participantes, com igualdade entre os pares, sem distinção de posição dentro da comunidade, com aceitação de opiniões de todos, sem distinção e sem pré - julgamentos de valor ou de juízo, bem como a adoção de um processo de votação por aclamação e com discussão de mérito quando do surgimento de conflitos de idéias. Ressalte-se que todos, alfabetizados ou não, adultos e jovens, do sexo masculino e feminino, participam da técnica em igualdade de condições. Enquanto técnica de coleta de dados utilizada para grupos de áreas rurais, o DRPE não se baseia na quantidade/ percentagem de amostras do universo avaliado, e sim a participação dos grupos envolvidos na pesquisa, uma vez que para construção de projetos comunitários, o resultado final é validado pela comunidade. Assim, dentro do universo da comunidade de Capão Bonito II, todos as famílias foram pesquisadas, com a presença de ao menos uma pessoa de cada lote em uma das técnicas aplicadas, durante o período de Junho/2002 a dezembro de 2002.

Para alcance dos resultados pretendidos foram adotados procedimentos que pudessem ser de fácil compreensão dos participantes e que ficasse dentro do espectro teórico do método, de modo que a análise dos dados coletados fosse coerente com a realidade estudada.

Na execução das tarefas procurou-se a construção de cenários, desde o atual até o desejado, desenvolvido com vistas à otimização dos resultados desejados para o sistema. Na construção de cenários, identificam-se os sistemas de produção praticados no local, verificando-se produtividade e potencialidade, analisando-se as ações das forças locais, de natureza endógena e exógena, bem como os relacionamentos primários e secundários

existentes na comunidade. Essa ação é relevante para que se obtenha um conjunto de resultados satisfatórios na consecução de um projeto de vida de uma comunidade e, consequentemente, do sucesso do projeto de assentamento.

O uso do DRPE para coleta de dados se utiliza de várias técnicas, listadas a seguir:

- Entrevistas semi-estruturadas;

Elaboradas dentro dos modelos convencionais, induzidas e espontâneas.

- Entrevistas com informantes-chave;

Ferramenta utilizada para identificação do perfil histórico do assentamento e da realidade dos fatos na conquista do espaço territorial, a história dos acampados sem terra.

- Entrevistas em grupos;

Elaboradas para construção de matrizes e geração de dados sobre os sistemas produtivos do local.

- Grupos de discussão;

Instrumento utilizado na mobilização da comunidade para discussão de temas adotados para construção de projetos coletivos. No assentamento Capão Bonito II foram criados grupos temáticos das áreas de meio ambiente, infraestrutura, mobilização social, comercialização e de produção.

- Elaboração do perfil histórico do assentamento;

Com apoio de informantes – chaves, a história de ocupação do local assume valor cultural para a comunidade, que passa a ter uma história local para cultivar e uma identidade para preservar. Busca traçar um perfil histórico de uma comunidade através do reconhecimento de pontos chaves ocorridos ao longo dos tempos, buscando compreender as conexões entre eles e suas influência sobre a realidade atual.

- Elaboração de mapas do assentamento;

Ideal para o reconhecimento espacial do local, esta ferramenta se utiliza dos conhecimentos e familiaridade dos moradores locais com o território, busca entender o

modo como a população vê sua comunidade, seus problemas, suas limitações, recursos e pontos positivos.

- Caminhada pela área do assentamento;

Técnica que utiliza a ação dos moradores para reconhecimento “in loco” do território ocupado e suas peculiaridades, bem como busca identificar a percepção de cada um sobre o uso dos recursos naturais locais e a biodiversidade local.

- Elaboração do calendário sazonal;

Permite a compreensão e visualização das atividades realizadas pela população local e aspectos importantes para a comunidade, mês a mês, e as variações ocorridas durante o ano.

- Diagrama de rotina diária;

Permite reconhecer com as pessoas de uma comunidade distribuem o tempo, de acordo com as atividades que realizam, auxiliando na compreensão das diferenças entre os grupos sociais existentes.

- “Ranking” por comparação dois a dois;

Técnica que permite estabelecer prioridades, dentro de uma lista de tópicos, que pode representar problemas locais, atividades desenvolvidas, ações de um projeto, entre outras. Ajuda aos membros da comunidade na tomada de decisão.

- “Ranking” Matriz Direta;

Favorece a comparação entre um conjunto de itens de quaisquer natureza. A técnica permite identificar os critérios utilizados pela população para valorização desses itens.

- Diagrama de Entradas e Saídas;

Ferramenta gráfica adaptada para coleta de informações de dados econômicos da propriedade, permitindo uma visualização dos gastos e receitas em cada atividade desenvolvida no lote.

- Matriz da realidade/desejos/processos/construção dos sonhos;

Busca reconhecer o ponto de vista dos moradores locais sobre seus anseios e desejos para o futuro. A construção dos cenários desejados e considerados prioritários para a comunidade é realizada com uso de material local disponível. Para efeito da pesquisa nesse assentamento foram, de fato, realizadas as seguintes técnicas:

- Diagrama de Venn ou Análise Institucional;
- Entrevistas com informantes-chave;
- Grupos de discussão;
- Elaboração do perfil histórico do assentamento;
- Diagrama de rotina diária;
- “Ranking” Matriz Direta;
- Seminário Estratégico, em substituição à elaboração da Matriz da realidade/desejos/processos/construção dos sonhos.

DIAGRAMA DE VENN¹ OU ANÁLISE INSTITUCIONAL

Como início dos trabalhos e dentro dos procedimentos adotados para coleta dos dados, buscou-se conhecer quais eram as forças atuantes dentro da comunidade e o nível de interação existente entre estas e os moradores, usando para tanto a técnica conhecida como Diagrama de Venn, também chamada de Matriz de Avaliação Institucional.

¹ Em 1880 o lógico inglês (e posteriormente historiador) John Venn publicou um artigo no qual trabalhava com a récem-criada área de Álgebra de Boole, associando-a com a nova visão da Teoria dos Conjuntos desenvolvida por G. Cantor. No artigo intitulado “Sobre representação diagramática e mecânica de proposições e raciocínios”, Venn propôs a idéia de representar as relações entre conjuntos através de configurações de figuras no plano. No objetivo formulado ele afirmava que “...antes de mais nada os diagramas servem para auxiliar o olho e a mente graças a natureza intuitiva do seu testemunho”. Isso foi plenamente alcançado, pois passados 123 anos, todos os livros elementares de matemática usam este caminho para introduzir alunos em Teoria dos Conjuntos. <http://www.ilhadamagia.com.br/>

Esse procedimento dentro do DRPE é realizado com o propósito de reconhecer as entidades ou instituições atuantes dentro da comunidade, a importância delas para as pessoas do local e o nível de relacionamento com os moradores locais.

É uma técnica de visualização que pode ser utilizada no DRPE, em que diagramas e mapas auxiliam os agricultores a conhecer e aprender de modo sistemático como se processam as mudanças em seu ambiente (SHAN et all, apud ABBOT et all,2001:59).

A técnica para elaboração do Diagrama de Venn consistiu na escolha de um grupo de pessoas que representem a maioria. No caso, foi realizada escolha por votação entre todos os presentes na reunião convocada para o trabalho. O grupo constituído para a elaboração do diagrama continha ao menos um morador de cada um dos cinco núcleos sociais existentes no assentamento, além dos Presidentes da Associação dos Pequenos Produtores de Capão Bonito II, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Sidrolândia, Diretores destas instituições e uma funcionária do Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural- IDATERRA/MS, lotada no escritório localizado dentro do assentamento, totalizando 38 (trinta e oito) pessoas.

Reunidos em uma sala, foram convidados a nomearem todas as instituições (governamentais e não-governamentais, empresas comerciais e outras de natureza diversa) que realizam algum tipo de trabalho junto e/ou dentro da comunidade.

Isto feito, o facilitador realizou o processamento de modo a identificar qual a importância da instituição citada e o grau de interação entre ela e a comunidade. Ressalta-se que a informação prestada foi analisada sob o ponto de vista da comunidade e não das pessoas, bem como a sua importância, que levou em conta os feitos já realizados em prol do coletivo e não a impressão pessoal sobre a entidade.

A forma de identificação dos valores foi feita com pedaços de cartolinhas cortados em círculos de diferentes tamanhos e o valor atribuído foi “muito importante”, “importante” e “pouco importante” para o tamanho do círculo, ou seja, maior, médio e menor, respectivamente (Figura 01).

O nome das entidades foram escritas no papel de círculo maior, médio ou menor, representando, respectivamente, muito importante, importante ou pouco importante.

A localização da entidade no quadro foi relacionada com a sua importância para a comunidade. Quanto mais próximo do círculo central (que representa o assentamento) mais ela foi considerada integrada na comunidade, exercitando uma relação comercial/institucional com seus moradores, com serviços prestados de reconhecido valor.

Da mesma forma, quanto mais distante do centro, menor a interação com a comunidade. A localização fora do círculo central representou uma relação conflituosa ou indiferente. O diagrama permitiu analisar as diferentes formas de relacionamento da comunidade com o entorno e a existência de uma forma de organização interna, e os resultados são comentados no item 2.6.7 (Importância dada à atuação de entidades externas pelos assentados).

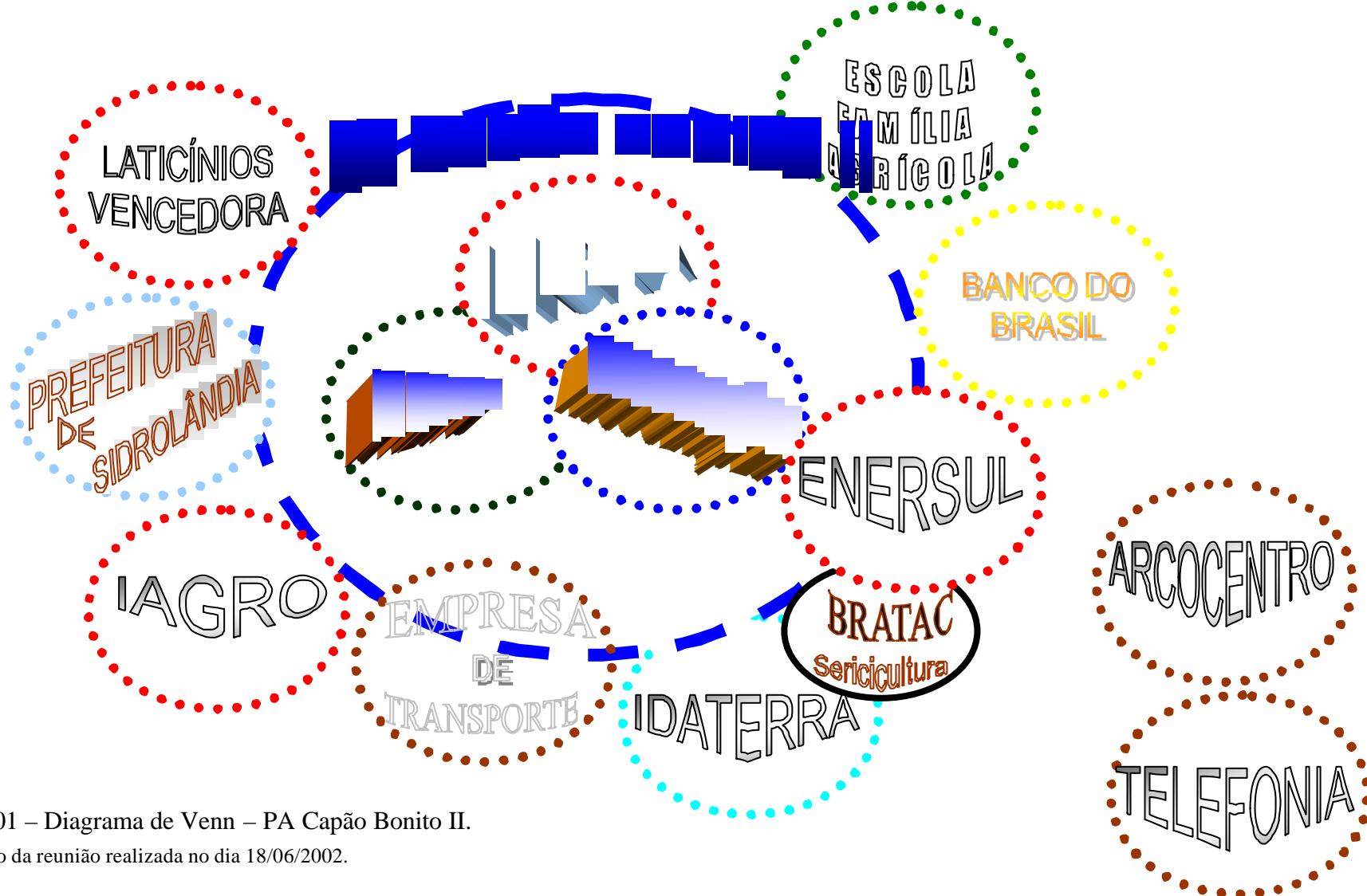


Figura 01 – Diagrama de Venn – PA Capão Bonito II.

Resultado da reunião realizada no dia 18/06/2002.

“RANKING” MATRIZ DIRETA

Merece destaque a construção do “Ranking Matriz Direta”, técnica de coleta de dados constante do DRPE. No presente trabalho foi possível aplicar a técnica e os resultados são discutidos a partir do conhecimento do autor sobre as culturas agrícolas avaliadas e do auxílio de engenheiro agrônomo, no item sistemas de produção (ver 2..6.3.4 e Tabela 10).

Deve-se ressaltar o cuidado na condução do instrumento técnico de modo que a participação efetiva do grupo pesquisado não seja a de concordar e corroborar com as idéias do técnico, ou este deixar transparecer o problema (na visão tecnicista) e fazer com que as pessoas ouvidas dêem respostas que elas imaginam que sejam aquelas que o investigador deseja ouvir.

Conforme diz Buarque (1999:7):

Como toda metodologia, este é um processo em construção em que se vai fazendo e aprendendo. E como para fazer e aprender é necessário ter um referencial de partida que oriente o fazer e ajude a compreender e interpretar a realidade e o próprio ato de criação coletiva, é necessário saber antes alguma coisa, partindo de um conhecimento preliminar. O processo completo estaria melhor representado pela trilogia: sabendo – fazendo - aprendendo (sabendo mais).

Ou ainda, pesquisar se aprende mediante o próprio fazer, dizem os especialistas; nada poderia substituir esta prática (ABRAMO, 1988:21).

1.5.3. MÉTODO DE ANÁLISE AMPLIADA

O método de análise dos dados coletados foi a ampliada, na medida em que se utilizou de combinações de técnicas quantitativas e qualitativas para esse fim.

A organização e análise quantitativa dos dados coletados foram úteis para explicitar de forma sistematizada e objetiva os fenômenos sensíveis e aparentes.

Na análise qualitativa a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, sendo o foco de atenção especial do investigador o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, sendo que a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo (BOGDAN E BIKLEN, op.cit., MINAYO, 1994:22).

Diante de um estudo exploratório, com levantamento de material bibliográfico, documental e estatístico sobre o assunto, buscou-se agrupar essas informações quantitativamente, tendo em vista suas características e semelhanças, em acordo com as diferentes variáveis e categorias representativas desse objeto de estudo, ou seja, as diferentes condicionantes utilizadas, para articulá-los em suas diferentes unidades de análise, buscando-se apreender os significados que as famílias de assentados dão às suas ações.

1.6. REFERENCIAL TEÓRICO

1.6.1. GLOBAL E LOCAL

Desde a divisão do mundo em blocos de desenvolvidos e subdesenvolvidos, que se tem vivido num mundo dito globalizado, sendo essa afirmação transmitida como a solução para os problemas que afligem a humanidade. (TOURAIN,1996:17).

O termo utilizado de modo banal vem confundindo a intensificação de intercâmbio cultural entre os lugares no mundo, devido ao avanço tecnológico das comunicações e na informática, com a proliferação das trocas econômicas internacionais e a dominância do capital financeiro internacional, que são, evidentemente, dois processos diferentes, confusão que facilita a interpretação do processo de globalização, e da ação decorrente – a globalidade, como um processo inexorável, independente da ação humana, diante do qual o que se pode fazer é adaptar-se (LESBAUPIN, 2000:25).

Diante do atual fenômeno da globalização, o novo entorno anuncia um sistema econômico integrado mundialmente, com um novo cenário econômico global caracterizado pela estruturação de megamercados internacionais (JARA, 1998:64). Mostra-se a capacidade em construir grande progresso material, artificializa-se o consumo com um rol de artefatos e imagens indutoras de produção de riquezas, bem como de criar uma economia mundializada, não havendo uma área do planeta para a qual se possa fugir do modo de produção dominante e do apelo ao consumismo (JARA 1998: op.cit.:64).

A crescente globalização criou uma cortina onde as diferenças aumentaram e também as dificuldades para superá-las (CHOSSUDOVSKY,1999:11-15), em que o ser mais ameaçado da natureza é o pobre (BOFF, apud JARA, 1998). Para esse autor, as mais simples necessidades básicas de qualquer ser humano, em algumas regiões do planeta, acabam sendo impossíveis de serem satisfeitas, embora não por escolha das populações locais. Nesse contexto, Nascimento e Puttini (2002:65) acrescentam:

...tem-se, de um lado, um apelo constante ao consumo e, de outro, uma impossibilidade real de acesso aos bens modernos. Esta tensão se desenvolve num espaço em que o controle social modificado-se, tornando-se menos eficaz, enquanto a impossibilidade de acesso aos bens modernos é vista como uma relativa injustiça, e não mais como uma vontade divina ou um fato natural.

A nova realidade mostra a face da crise social com o aumento do desemprego, da miséria e de falta de oportunidades (CAPRA, op.cit.:260-289). Segundo esse autor, a criminalidade prolifera, com uma ruptura da solidariedade, o aniquilamento da cultura e valores tradicionais e o conseqüente enfraquecimento do Estado.

A crise não está concentrada em uma única região do globo, pois a economia global é regulada em torno de um processo de cobrança de dívidas em âmbito mundial, que sufoca os Estados e compromete a estabilidade financeira e programas sociais em todos os lugares (CHOSSUDOVSKY, op.cit.). Para John K. Galbraith, (apud FIORI, 1998:?:)

a globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos, inventamos este conceito para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos do capital, que sempre são causa de graves problemas.

Em contraponto, há sempre uma resposta aos anseios da sociedade, dadas pelo sistema capitalista, em que a solução aos problemas vivenciados pela população parecem sempre depender de projetos e atos do governo, seja central, regional ou municipal, claros nos seus objetivos, porém, pobres nos resultados. Assim, segundo Singer (2002:189):

Está se tornando consensual que a responsabilidade pela pobreza não é de suas vítimas (a não ser em grau muito secundário) mas da estrutura das sociedades capitalistas, cujo peculiar sistema de

incentivos torna cumulativos os efeitos tanto dos êxitos como dos fracassos individuais.

Capra (op.cit.:260-289) aponta para a necessidade de uma nova visão de mundo que implique em uma mudança fundamental dos pensamentos, percepções e valores, ou seja, para uma visão ecológica da realidade, interpretada por ele como “concepção sistêmica”. Vive-se em um mundo globalizado, onde cada lugar é, à sua maneira, o mundo (SANTOS,1996). Assim, a uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade, fenômenos da glocalidade (BENKO apud SANTOS, op. cit.), impondo-se a necessidade de encontrar no “lugar” novos significados.

Pode-se depreender dessas assertivas a respeito da globalização de um mundo em crise e regido pelas incertezas, sobre a necessidade de se voltar à maior compreensão dos significados dos lugares, numa abordagem sistêmica, para melhor compreensão da realidade atual e de intervenção sobre ela, no sentido de garantia da integridade da vida e da valorização do ser humano.

1.6.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para combater as incertezas criadas pela progressiva globalização do planeta, uma estratégia se manifesta em várias partes do mundo, a do Desenvolvimento Local. De acordo com Le Bourlegat (2000:20):

“...na dinâmica social estabelecida pelo atual mundo globalizado e contingente, as possibilidades apenas se efetivam, diante de oportunidades oferecidas pelos lugares.”

Desse modo, para autora, essas oportunidades são passíveis de serem concretizadas, quando a ordem interna de uma dada organização local significar virtualidade para o contexto das possibilidades internacionais. Entretanto, ainda prossegue, essas possibilidades só se transformam em força interna de desenvolvimento, se essas virtualidades forem percebidas e controladas no próprio lugar.

Segundo Yori (2000:31):

“a situação é irreversível, pois a globalização é um fato que não se pode negar, porém, qual é então o destino das particularidades do local, enquanto tal? Ao que parece, não há mais do que duas opções: ser absorvido sem direito a crítica pelo novo sistema, que de tal forma

arrasará com qualquer reduto de identidade local ou, entrar de modo ativo e beligerante para competir em seu interior, fazendo valer as vantagens comparativas locais e assim frear, ou ao menos atenuar sua apavorante esteira homogenizadora (tradução livre).

Não se pode exigir que o modelo de desenvolvimento corrente deixe de gerar lucros, entretanto é necessário uma melhor distribuição da riqueza gerada e ação voltada para o social, fazendo com que no contexto atual, o sistema deixa de ser um modelo de desenvolvimento socialmente excludente, politicamente injusto e ecologicamente depredador (JARA,op.cit.:10). Conforme Le Bourlegat e Santos (apud MARTINS, 2002:54): a força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum.

Segundo González (2000:10):

...el desarrollo local como método de intervención deve servir, en la medida de los posible, para transformar la sociedad y no perpetuar situaciones de desigualdad y marginalidad existentes..

A adoção de uma estratégia de desenvolvimento local não é somente responsabilidade dos governos, mas de toda uma sociedade, de administradores locais e regionais (CARPIO, 1996). Desse modo, comprehende-se porque o desenvolvimento local implica na atuação comunitária e na construção de um tecido social que fortaleça as relações solidárias e atue como condutor nas tarefas de superação das dificuldades.

A efetiva participação da comunidade envolvida, desperta as forças endógenas que se acredita existir em cada uma delas, criando condições para que se estabeleça uma rede de atores sociais executando ações voltadas para a satisfação das necessidades fundamentais do ser humano (CARPIO, op.cit.).

De fato, o desenvolvimento local prioriza as necessidades humanas, considerando o homem sujeito e beneficiário do sistema engendrado, facilitando e exigindo a participação efetiva das pessoas na condução de um processo que promova mudanças no pensar e agir (ELIZALDE, 2000:51-52). Ao citar Max-Neef, Martins (2002:52) reforça a idéia de que o princípio básico do desenvolvimento à escala humana é o de “voltar-se para a pessoas e não para os objetos”.

Desse modo, o desenvolvimento pode ser percebido de diversas formas por diferentes grupos sociais em um espaço territorial compartilhado, como também apresentar variações em espaços distintos, ou ainda variar conforme as condições sociais, culturais, ambientais e econômicas ocorrentes nos diferentes grupos sociais dentro de suas unidades de análise considerada, seja unidade familiar ou produtiva.

Enfim, o desenvolvimento local como fenômeno, poderia ser sintetizado com base nas idéias de Ávila (2000:63-76), como manifestação de capacidades, competências e habilidades de uma dada comunidade territorializada, para agenciar e gerenciar seu próprio desenvolvimento, com ajuda de um ambiente cooperativo e solidário, mediante o aproveitamento de potencialidades próprias combinadas com experiências externas incorporadas coletivamente.

1.6.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A palavra desenvolvimento, do ponto de vista etimológico, pode ser apreciado na análise de Ávila et al, (2000:21), o qual diz que:

...desenvolvimento vem do verbo desenvolver, formado pela junção de três outros vocábulos: des [do prefixo latino dis – expressando (...) coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo (...)] + en [significando em grego “(...) posição anterior, movimento para dentro (...)”] + volver (virar, voltar, dirigir). Ajuntando en + volver forma-se o termo primitivo envolver com o sentido de virar, voltar, dirigir para dentro ou, segundo Borba (1991), enrolar, embrulhar, cingir. Ora, se se adicionar des a envolver, da mesma forma que des + cobrir significa etimologicamente tirar-o-que-cobre, a idéia que o resultante termo desenvolver nos enseja, em se tratando de pessoas, instituições e povos, é a do rompimento das amarras que os prendem –enrolam, embrulham, cingem – em seus status quo, (...).

A sustentabilidade de um projeto passou a ser considerado ponto de partida para avaliação de objetivos e metas e a essência da idéia deveria conter o conceito vigente, hoje já do conhecimento de todos, que define uma sociedade de desenvolvimento sustentável como:

(...) aquela que satisfaz suas necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas. O desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia. É, antes, um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento e a nível institucional são geridas de modo coerentes

com as necessidades futuras e presentes (Our Common Future apud OMT, 1993:1):

Entretanto, Ignacy Sachs, a quem são atribuídas grande parte das idéias a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, afirmou em palestra proferida no Brasil em 1995², que o alerta ambiental teria aparecido por ocasião da Conferência de Estocolmo de 1972, referindo-se à degradação ambiental que havia acompanhado o crescimento econômico dos anos 60 e 70. Tratava-se, segundo ele, de uma proposta de crescimento ecologicamente sustentável, mas que ainda era acompanhada de alto desemprego, daí o fato desse intelectual afirmar nessa palestra, não gostar da utilização do termo “desenvolvimento sustentável”, por estar mais próximo da idéia de “crescimento sustentado” antigo conceito dos economistas. Portanto Sachs chamou atenção para o fato de se trabalhar com um conceito mais atualizado, no sentido de contemplar a sustentabilidade não só como ecológica, mas também como social e econômica. A esses critérios ele ainda propôs dois outros: a sustentabilidade cultural e a sustentabilidade territorial. Também a Organização Mundial do Turismo / Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/ Embratur, já incorpora esses critérios, menos o territorial (1993:11):

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (ECOLÓGICA)

A sustentabilidade ambiental assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como com a diversidade e recursos biológicos.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL E CULTURAL

A sustentabilidade social e cultural assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre suas vidas, é compatível com a cultura e os valores morais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade.

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras.

² Palestra proferida por Ignacy Sachs durante a mesa-redonda do ciclo de debates Cinco e Meio Ambiente, promovida pelo IBAMA, no dia 22 de agosto de 1995, no DF.

Para Sachs, a “sustentabilidade territorial” também torna-se um critério importante no conceito desenvolvimento sustentável, uma vez que o problema da má distribuição dos homens e das atividades humanas no planeta tem sido um dos elementos essenciais da atual crise sócio-ambiental.

A capacidade da sociedades liderar e conduzir seu destino, gerando desenvolvimento regional ou local, criando e mantendo uma força de coesão, mobilizando os fatores produtivos disponibilizados em seu território, é tratado como a forma do desenvolvimento denominado endógeno. Assim, Barquero (1988), distingue duas dimensões nesse tipo de desenvolvimento. Uma primeira, econômica, na qual o empresariado local utiliza sua capacidade de organizar, de modo producente, os fatores produtivos do território. Uma segunda, sociocultural, em que instituições locais e valores cultuados servem de base para o desenvolvimento da região.

1.6.4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Para se entender desenvolvimento local é necessário conhecer a relação estreita entre o significado de “local” e “território usado”, para daí então evoluir para a concepção de “desenvolvimento territorial”. Na palestra proferida e publicada sob o título de ‘*O Retorno do Território*’ em 1994,³ Milton Santos cita e considera que o território que se deve analisar socialmente é exatamente aquele que corresponde ao “espaço habitado”, ou seja, o território de análise é sempre o “território local”, aquele em que a vida cotidiana se reproduz, ou seja, o “território usado”. Visto assim, o desenvolvimento local deve ser encarado como “desenvolvimento territorial”. Para Santos (1996), é no lugar que se permite a ação eficaz da política e da resistência eficiente, onde todos os conflitos e confrontos se explicitam e se individualizam, o poder se exercita e as estratégias de dominação se tornam visíveis.

Para esse autor, a força do ambiente local reside na interpretação dos atores, no qual para existir desenvolvimento é necessário que o lugar seja compreendido como

³ Foi palestra de abertura do evento internacional “Território: globalização e fragmentação”, realizado na Universidade de São Paulo, publicado como livro de mesmo nome, sob organização do próprio autor e outros, pela Hucitec, em 1994.

o palco do teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através de ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e criatividade (SANTOS, 1996 op. cit.).

Para Tereza López (apud ÁVILA, 2000:25)

Quando falamos de local, estamos nos referindo a um espaço, a uma superfície territorial de dimensões razoáveis para o desenvolvimento da vida, com uma identidade que o distingue de outros espaços e de outros territórios e no qual as pessoas conduzem sua vida cotidiana: habitam, se relacionam, trabalham, compartilham normas, valores, costumes e representações simbólicas.

Também Jorge Guajardo (apud ÁVILA, 2000:26) entende local como:

Um território de identidade e de solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representações e práticas cotidianas (...). Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultural fundamentada sobre um território de identificação coletiva e de solidariedade concretas.

Já Lazarte (apud ÁVILA, 2000:26) em texto da OIT (Organização Internacional do Trabalho) divulgado em 1999, afirma que:

(...) La revisión propuesta, nos lleva a reivindicar el ámbito de lo Local, como un espacio más concreto de participación social en el proceso, como una unidad de análisis, planificación y acción, capaz de relevar y activar un conjunto de potencialidades no apreciadas por el planificador tradicional y de atender un igual número de demandas insatisfechas a través de mecanismos apropiados al contexto y escala de las mismas, aportando de esta manera dentro un esfuerzo sinérgico al desarrollo de la región y del país”.

Quando se considera o conceito de território, em uma visão sistêmica, sua concepção abarca as várias dimensões e escalas da realidade organizada socialmente.

Assim, González (1998) alerta que não há escala mais ou menos válida para se definir o enfoque do estudo sobre desenvolvimento territorial. Para ele a realidade pode estar contida em todas elas, desde que sejam escalas territoriais de atuação.

A crescente discussão sobre desenvolvimento territorial mostra a tendência de revalorização da dimensão territorial da economia (VEIGA, 2002:6). O desenvolvimento territorial pode apresentar ambientes inovadores que se manifestam

sob condições de território e de produção diversas, especializadas ou multi- urbanos e rurais, de alta tecnologia ou de tecnologia tradicional (VEIGA, 2002:9).

1.6.5. REFORMA AGRÁRIA

A posse da terra sempre se caracterizou pela concentração de renda e geração de pobreza e conflitos no campo. Já na década de 70, um fenômeno, a revolução verde, com incentivos para a produção em escala comercial para exportação e adoção de tecnologia e insumos químicos, contribuiu no agravamento da questão agrária, atingindo de modo particular os agricultores familiares e assalariados rurais (BITTENCOURT et all, 1999:6). As políticas públicas para o setor agrícola contribuíram para o aumento do número de famílias com pouca ou nenhuma terra, gerando um processo de organização do pessoal sem terra na luta pela posse de áreas rurais, fomentando a necessidade da realização da reforma agrária (BITTENCOURT et all, op.cit.:7-8). Os objetivos fundamentais da Reforma Agrária estão baseados em ações políticas que se concretizam na implementação de projetos de assentamentos para famílias que formem uma força de trabalho rural para prática da agricultura familiar. Na fala de Sampaio Jr. (2001) em seus artigos para o MST está registrado que:

“A função primordial da reforma agrária é essencialmente política. O desafio consiste em criar condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que todos os brasileiros residentes no campo - sejam trabalhadores assalariados, sejam pequenos proprietários de terra, sejam proprietários organizados em cooperativas - possam participar em condições efetivamente do processo de desenvolvimento nacional”.

O acesso aos benefícios da infraestrutura básica deve estar contido no Plano de Desenvolvimento Municipal e contar com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e ser beneficiários dos serviços públicos. Essa condição de acesso à infra-estrutura fundamenta-se na Constituição Federal e a Lei N.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como “Estatuto da Terra” e outras leis complementares. Na fala oficial do governo, o Programa de Reforma Agrária é, segundo o MDA/INCRA (2001:1):

Um conjunto de políticas públicas que beneficiam milhares de famílias rurais no País todo. Seu objetivo é promover a democratização do acesso a terra, por meio da obtenção e destinação

de terras aos trabalhadores rurais, gerando trabalho, renda e melhores condições de vida.

Para permitir a implantação de um sistema produtivo viável é vital para as famílias assentadas obterem crédito junto ao sistema financeiro, bem como aos insumos, além de poder contar com uma assistência técnica e capacitação profissional para produção e comercialização da produção. Dentre os autores que buscam conceituar agricultura familiar, citamos Abramovay (1997):

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constróem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

A política de governos passados sempre foi a de realizar a Reforma Agrária, e nos últimos anos o processo se intensificou e os resultados foram maiores quanto aos números de famílias assentadas no país pela ação da Reforma Agrária (Tabela 01), muito embora haja controvérsias sobre os números oficiais e os dos movimentos que atuam no setor.

Tabela 01–Agricultores assentados pelo governo brasileiro 1964-1998 (em milhares).

PERÍODO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	MÉDIA ANUAL
1964-1984 - ditadura militar	115.000	5.500
1985-1989 - governo Sarney	90.000	18.000
1990-1992 - governo Collor		
1993-1994 - governo Itamar	12.600	6.300
1995-1998 - governo FHC	280.000	70.000

Fonte: MDA/INCRA, 2002.

1.6.6. CAPITAL SOCIAL

Kliksberg (1999) para conceituar o capital social, parte de idéias apontadas por Robert Putnan em sua tese de doutorado defendida sobre as duas Itálias. Para Kliksberg (1999:87):

o pesquisador Robert Putnam precursor das análises do capital social, expressa em seu difundido estudo sobre as duas Itália, que este capital está formado fundamentalmente pelo grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, suas normas de comportamento cívico e o nível de associativismo, cujos elementos mostram a riqueza e força do tecido social (tradução livre).

Entretanto, Putnan teria partido das idéias de James Coleman, citado por Kliksberg (1999:87):

o capital social pode se apresentar tanto no plano individual como no coletivo. No individual está relacionado com o grau de interação social do indivíduo e sua rede de contatos sociais. Já no coletivo é representado através dos acordos tácitos entre os diferentes grupos sociais de uma sociedade, cujos efeitos podem gerar um bem comum, a exemplo geral, seguir normas de não uso de agressividade pode produzir sensação de segurança (tradução livre).

K. Newton, também citado por Kliksberg (1999:87) opina:

(...) ser o capital social um fenômeno subjetivo, no qual se agrupam valores e atitudes que influenciam na forma das pessoas se relacionarem. Confiança mútua, normas de conduta, atitudes e reciprocidade de atos ajudam a superar conflitos de relações e competições para o estabelecimento de laços de cooperação e ajuda mútua (tradução livre). A solidez do capital social em uma comunidade ou na unidade familiar pode representar índices de resultados positivos em seus empreendimentos maiores que aqueles aonde este capital não está bem definido.

A partir dessas argumentações, o capital social poderia ser interpretado como a capacidade para cooperar em um dado sistema territorial, proporcionando forças sociais e econômicas para o desenvolvimento econômico. Para Durston (1999:104) o capital social origina-se de um conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas na comunidade e na sociedade em seu conjunto.

1.6.7. CAPITAL HUMANO

As vantagens competitivas de um ambiente local depende, em grande parte, da capacidade de inovação do sistema por processos coletivos de aprendizagem (FERRÃO, 2002:19). É importante para isso que o ambiente criado pelo sistema produtivo local seja favorável à incorporação constante de conhecimentos produzidos e acumulados empiricamente nas rotinas diárias do trabalho, o chamado conhecimento tácito, combinando-os com os conhecimentos novos vindos de ambientes externos (YOGUEL, 2000:105-119). A organização social que tem capacidades e competências para essas ações detém o capital humano.

Garvin (apud BOISIER, 2001:56) assegura:

... Una organización que aprende es una organización experta en crear, adquirir y transmitir conocimiento, y en modificar su conducta para adaptarse a esas nuevas ideas y conocimiento .

Para Boisier (2001), uma organização que aprende deve ser experiente em resolver seus conflitos, aproveitando sua própria experiência do passado e ao mesmo tempo incorporando a experiência e a prática de outras, para transmitir internamente, com rapidez e eficácia esse conhecimento. Da mesma forma, o autor citado lembra da importância que tem a aprendizagem interativa para o processo de inovação local.

A incorporação de conhecimento tácito não depende do nível de escolaridade dos indivíduos, mas de competência para se adquirir algumas formas novas de destreza a partir da experiência direta, ou seja o aprender “como fazer” (YOGUEL, 2000,op.cit.:105-119). Entretanto, a coletivização desse “know-how” é fundamental para ampliar as vantagens competitivas do sistema territorial produtivo (FERRÃO, 2002:21). Para esse autor, quando conhecimento tácito é combinado de forma organizada com novos conhecimentos técnicos e científicos (conhecimento codificado) permite aperfeiçoar os processos de inovação.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO ASSENTAMENTO DE CAPÃO BONITO II

Neste capítulo, buscou-se apresentar os dados coletados e sistematizados sobre o projeto do Assentamento Capão Bonito II, assim como daqueles coletados junto aos moradores do atual assentamento agrário, que pudessem descrever as condições em que objetivamente o mesmo se encontra nos dias atuais, de modo a se possibilitar um retrato mais próximo possível da realidade local.

2.1. LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO II

O assentamento Capão Bonito II localiza-se no centro do Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Sidrolândia, a 98 Km de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme se pode observar na Figura 2.

2.1.1. NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Estado de Mato Grosso do Sul, localizado no extremo Sul da Região Centro-Oeste, caracteriza-se por integrar uma área fronteiriça, que ainda se mantém com fraca densidade demográfica (5,6 hab/km²) e que ocupa uma situação econômica de periferia em relação ao centro de dinamismo industrial do país.

2.1.1.1. Dinâmicas de colonização agrícola

Trata-se um espaço organizado politicamente como território estadual há pouco mais de três décadas, quando se desmembrou do então Estado de Mato Grosso, em 1977. Sua situação de fronteira em relação à Bolívia e Paraguai e a forte

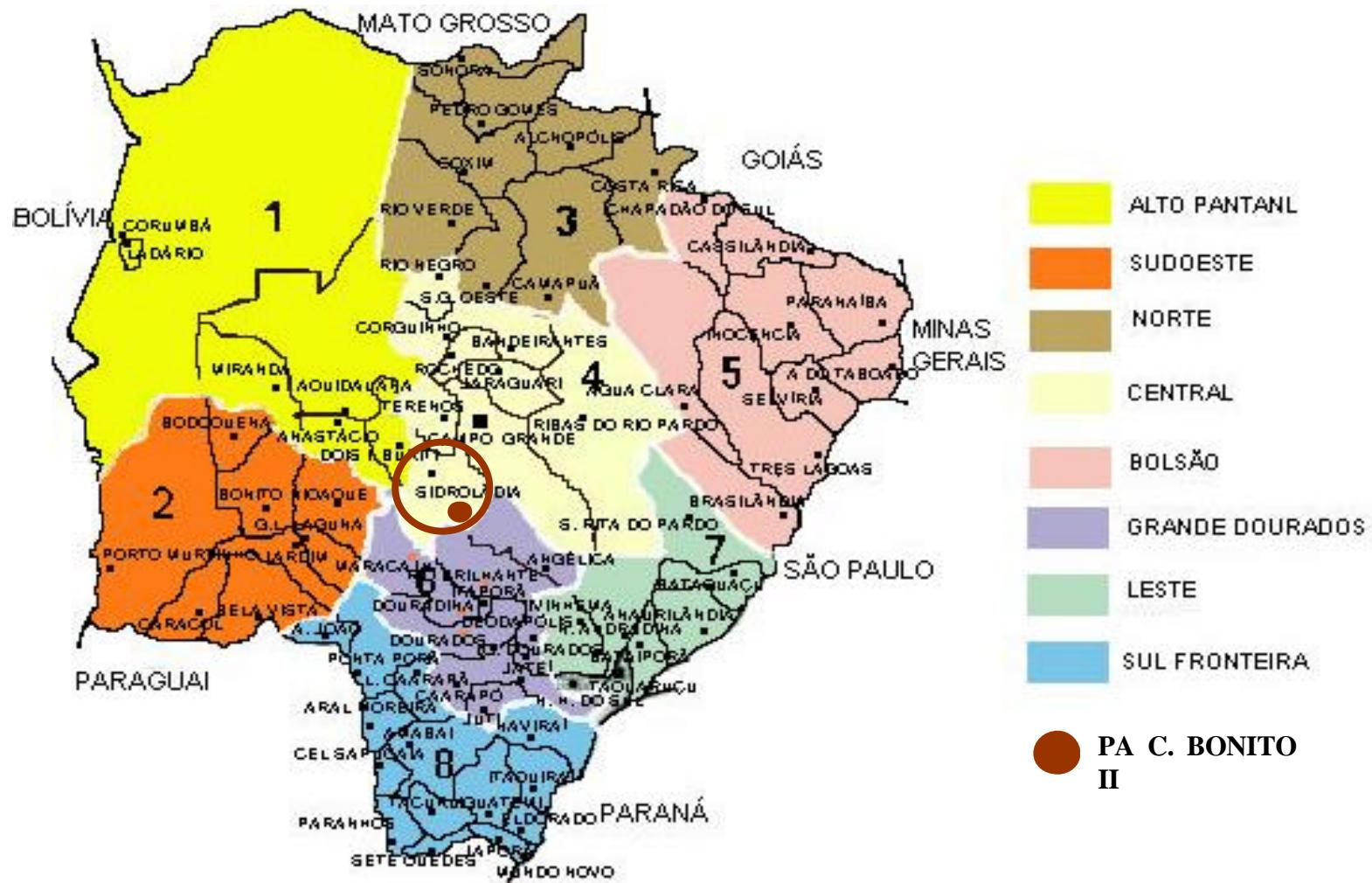


Figura 02 – Localização de Sidrolândia e o Assentamento Capão Bonito II, no Mato Grosso do Sul.

Fonte: SEPLAN/MS, 1999.

ligação com a Bacia do Prata, principalmente através de seus dois rios mais importantes e que conformam seu território, o Paraguai e o Paraná, responde pelos fortes elos estabelecidos entre esse Estado e os países da Bacia do Prata (LE BOURLEGAT, 2000). A autora também lembra que, por ter sido território político espanhol e em litígio com os portugueses desde 1780 (Tratado de Madri) até 1870 (Guerra do Paraguai), este Estado integrou-se tardeamente, do ponto de vista econômico-social, ao território nacional.

Em função disso, vem contando, desde o início do século XX, com efetivas estratégias econômicas e político-militares por parte da União no sentido, tanto da consolidação de sua integração econômica ao território nacional como espaço fornecedor de recursos naturais, além de gado e produtos agrícolas, como para poder garantir a soberania brasileira sobre as terras fronteiriças (LE BOURLEGAT, 2000).

Nesse sentido, as terras sul mato-grossenses já foram foco de outras políticas de colonização promovidas pelo Estado, tanto de pecuaristas mineiros, como aquelas de assentamento agrário, destacando-se nesse caso, as colônias agrícolas criadas no governo Vargas na década de 40 e o avanço das correntes migratórias de agricultores familiares para o sul do Estado, dos anos 60 e 70, na conhecida “marcha para o oeste” (Idem, 2000).

Somente nos anos 70 e 80, as frentes de ocupação agrícola, num processo planejado e incentivado pela União através dos governos militares, avançaram ocupando as terras em moldes capitalistas, promovendo-se a expansão das áreas de cultivo em solos vulcânicos, para depois avançar em direção aos solos de Cerrados (Idem, ibidem).

Entretanto, conforme aponta a autora, (Le Bourlegat) o caráter excludente que esse processo de modernização agrícola atribuiu aos pequenos produtores familiares, como também o de reduzir a absorção de mão-de-obra em favor de maquinários, atribuindo maior valor às terras, contribuíram para gerar progressivamente uma mão de obra excedente dentro do próprio Estado, residindo na periferia das cidades e se movimentando entre o campo e a cidade em busca de trabalhos temporários.

A modernização do setor primário potencializou o Estado de Mato Grosso do Sul como grande produtor de matéria-prima, variável que vem contribuindo para a sua agroindustrialização deflagrada desde a década de 90 (Idem, *ibidem*). Os dados estatísticos levam à constatação do fato de Mato Grosso do Sul deter o maior rebanho bovino do País e abrigar terras com produtividade de cereais comparável e mesmo superior aos de países industrializados. Nos últimos anos, pôde-se verificar, que o Mato Grosso do Sul tem sido contemplado com importantes investimentos em eixos estruturadores relacionados com a infraestrutura de transportes (Ferronorte, Hidrovias Paraná-Tietê e Paraguai-Paraná) e energia (gasoduto Bolívia/Brasil e unidades termelétricas), com políticas públicas mais favoráveis à agroindustrialização e aos arranjos produtivos, que vem afetando também as pequenas produções familiares dos assentamentos agrários. Além disso, a situação geográfica de Mato Grosso do Sul também tem sido estratégica em relação aos mercados potenciais do MERCOSUL e Centro-Sul do país, constituindo-se em fatores extremamente favoráveis ao desenvolvimento de atividades agro-industriais e de expansão do intercâmbio comercial (LE BOURLEGAT, 2000). Os dados apresentados pelo INCRA sobre o movimento dos “sem terra” no Estado tem demonstrado nos últimos a presença de famílias originárias basicamente do próprio Estado, excluídas desse modelo de desenvolvimento “modernizante” deflagrado nos anos 70 e 80. Trata-se, de fato, de um movimento na direção contrária ao que a fronteira agrícola tinha proporcionado, ou seja, cessou o deslocamento do campo para a cidade para ocorrer no sentido cidade/campo.

A população indígena, desde o início do século XX, foi confinada em aldeias pela União, apresenta hoje problemas de pressão demográfica em relação à insuficiência de espaço para reproduzir suas culturas, pelo crescimento biológico a que vem sendo submetido nos últimos anos, ocorrendo, não raro, novas ocupações de terras por indígenas, resultando em conflitos freqüentes com fazendeiros (BRAND, 2001:65).

2.1.1.2. Potencialidades Naturais

O Estado de Mato Grosso do Sul, no centro do continente latino-americano e entre os dois rios mais importantes da Bacia do Prata (os rios Paraná e Paraguai), é dividido ao meio por dois tipos de relevo, tendo a leste o Planalto Arenítico Basáltico

moldado pelos rios da bacia do Paraná e a Oeste a Planície Pantaneira (maior planície inundável do planeta) sobre a qual se instalou a bacia do rio Paraguai, além dos planaltos elevados e depressões de rochas carbonáticas e antigas do Sudoeste (LE BOURLEGAT, 2000).

Situado na confluência dos principais sistemas atmosféricos do continente, caracteriza-se, segundo Zavatini (1993) por estar na faixa transicional entre as zonas de clima tropical alternadamente úmido e seco (ao Norte) e sub-tropical úmido (ao Sul). Em função dessas variáveis, o território abriga o encontro de diferentes biomas (florestas tropicais e Savanas), do Chaco e espécies remanescentes de climas semi-áridos do passado, apresentando rica biodiversidade e espécies endêmicas (LE BOURLEGAT, op.cit.).

As regiões que naturalmente se apresentam mais favoráveis ao cultivo agrícola são aquelas de ocorrência de solos “terra-roxa” da Formação Serra Geral que aparecem preferencialmente no Sul e na micro-região central do Estado. Mas, grande parte dos cerrados também foram incorporados ao cultivo, em função da suavidade de sua topografia, propiciando a mecanização da produção agrícola (SEPLAN, 1989).

2.1.2. NA MICRORREGIÃO CENTRAL DO ESTADO

O assentamento Capão Bonito II situa-se no centro de Mato Grosso do Sul, na microrregião Pastoril de Campo Grande, conforme a divisão sócio-econômica definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2.1.2.1. Relevo e Hidrografia

Essa microrregião do Estado de Mato Grosso do Sul é caracterizada, não só por sediar a capital do Estado, Campo Grande, pela importância que tem na atividade criatória do Estado, como por apresentar a maior população e densidade demográfica de Mato Grosso do Sul, ainda que essa concentração esteja no Município de Campo Grande, já que Sidrolândia, de acordo com os resultados do Censo do IBGE (2000), classifica-se entre os municípios de quarto nível (entre 10 a 20.000 habitantes), estando com 24.111 habitantes (IBGE, 2002).

Do ponto de vista do relevo, essa microrregião ocupa a região da Borda do Planalto Arenítico Basáltico, em altitudes que variam em torno de 400 a 500 metros, sobre rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, correspondendo ao terceiro patamar do relevo desdobrado de cuestas da região, rebaixando-se em direção Oeste, Pantanal (SEPLAN, idem.). Os rios horizontais, que cortam e esculturam essas escarpas em direção principalmente da calha do rio Paraná, são responsáveis por um padrão subdendrítico, propiciando um modelado dissecado com amplos interflúvios (SEPLAN, ibidem).

O assentamento ocupa exatamente a área alta do rebordo do planalto que serve de interflúvio entre os rios das bacias do Paraná e Paraguai.

2.1.2.2. Solos

Os solos predominantes são aqueles originários da intemperização das rochas vulcânicas, além de solos arenosos localizados. De acordo com estudos realizados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (SEPLAN), através de sua Fundação Instituto de Apoio e Planejamento - FIPLAN - e publicados pelo IBGE (1989), o relevo plano e suave ondulado resultante apresenta solos de textura argilosa, profundos e bem drenados, com boas propriedade físicas, químicas e morfológicas e riscos de erosão controláveis e, portanto favoráveis às práticas agrícolas e uso intensivo de mecanização.

Em alguns segmentos afloram rochas vivas, dando origem a solos litólicos e pouco profundos, variando o seu grau de fertilidade para mais fraco e predispondo-os a processos erosivos mais acentuados.

2.1.2.3. Clima

O clima regional, segundo Zavatini (1993) é sub-tropical úmido, sofrendo influências da altitude do rebordo da cuesta (Serra de Maracaju), ficando essa área mais exposta às massas polares vindas do Sul, ao mesmo tempo que favorece a redução das

temperaturas e propicia efeitos orográficos em relação aos ventos úmidos, provocando maior freqüência de chuvas.

2.1.2.4. Vegetação

A vegetação é fruto principalmente da combinação do clima com o tipo de relevo e solo. Pelos estudos apontados acima (1989), essa região ocupa áreas de contato entre Savana parque (cerrado sem mata galeria, também conhecido como “cerradinho” ou “campo sujo”) e áreas de Floresta Estacional, indicador da presença de solos litólicos e solos intemperizados.

Os solos do tipo Latossolo Roxo são propícios para a manifestação das florestas Estacionais Semideciduais e as savanas nos solos litólicos (SEPLAN, 1989). As manchas dessas diferentes formações favorecem o aparecimento de áreas de tensão ecológica. Entretanto, grande parte dessa cobertura vegetal já foi retirada, predominando áreas de criação de gado bovino e cultivo.

2.1.3. NO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA

O assentamento agrário de Capão Bonito II localiza-se no Município de Sidrolândia.

2.1.3.1. Formação territorial do Município

A área do Município foi uma das primeiras a ser ocupada no Estado, pela criação de bovinos de corte, pela chegada de famílias mineiras desbravadoras da metade do século XIX, incentivada pelo Império, em especial dos conhecidos irmãos Inácio e Antônio Gonçalves Barbosa, enviados especiais para o seu reconhecimento e colonização (GUIMARÃES, 1999).

Segundo a historiografia local, a cidade que deu origem ao Município surgiu de iniciativas locais de proprietários rurais sulistas, liderados por um catarinense (Sidrônio de Andrade), instalados na região no período de Entre-Guerras, por decorrência das oportunidades representadas para o comércio agrícola, diante da

implantação do ramal ferroviário da então Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando o Estado a São Paulo. O povoado, como área loteada (Sidrolândia, vinda de Sidrônio), só foi concretizado, no entanto, em 1944, quando se deu a construção da estação ferroviária de Anhanduí, transformando-se em distrito em 1948 e município em 1953 (Mapa 01). Conforme informações obtidas junto à população local, Sidrolândia conheceu a primeira política de assentamento agrícola, nos anos 60, por iniciativa de japoneses, originando colônia do “Quebra-Côco”, junto a outras que se estabeleceram nos Municípios vizinhos, entretanto, a única a não ter contado com resultados efetivamente positivos, do ponto de vista da qualidade de vida de seus habitantes.

Na década de 70, esse Município atraiu um forte contingente de população agricultora dos Estados sulistas do país (gaúchos e catarinenses principalmente), que incorporando a frente pioneira agrícola incentivada pela União, na conhecida “marcha para o oeste”, para o cultivo de soja e hoje também milho. Esse crescimento favoreceu também o desenvolvimento da região, influenciando os municípios vizinhos (Quadro 01).

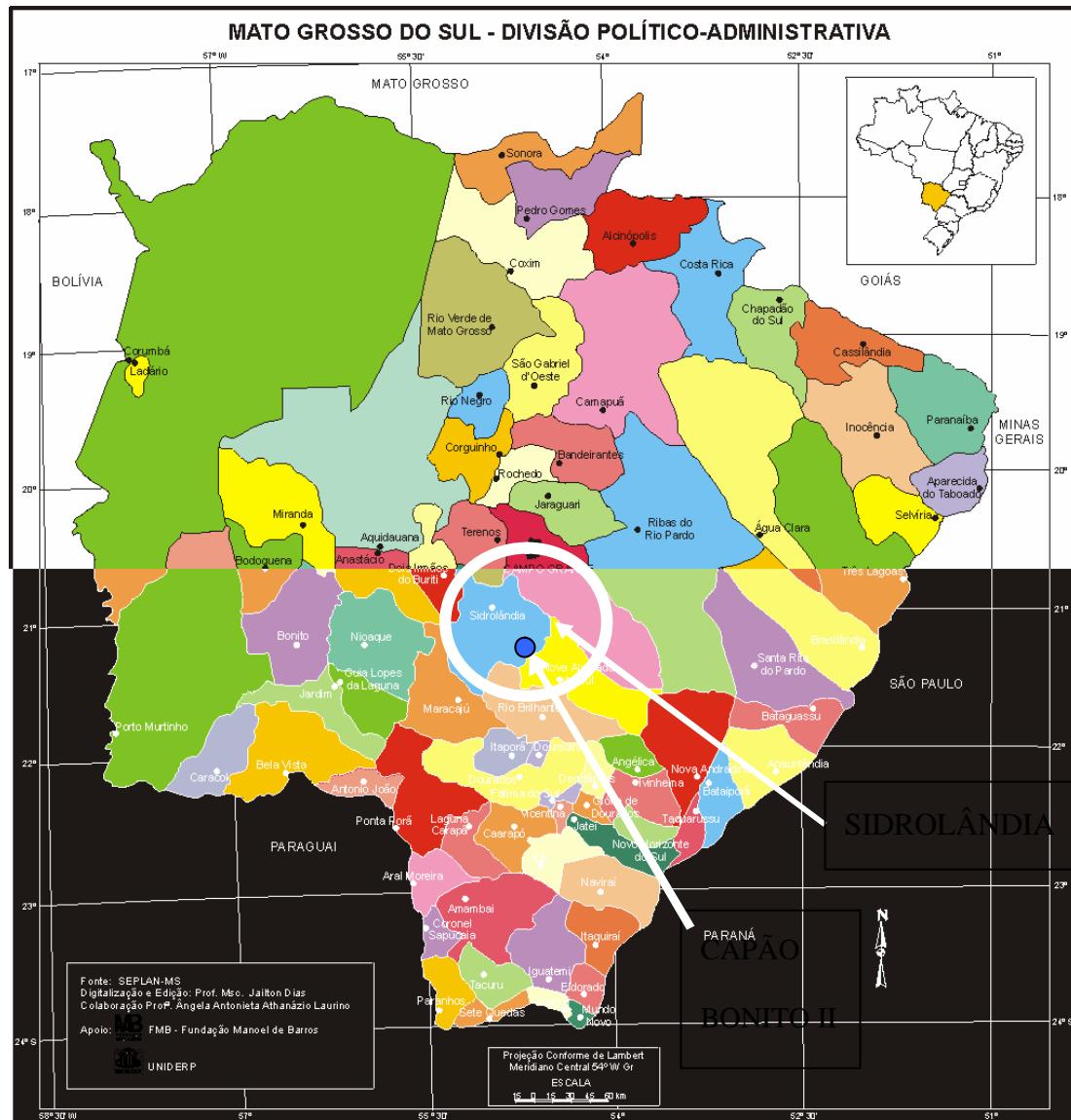
Quadro 01 – Unidades do Estado limítrofes ao Município de Sidrolândia, MS.

REGIÃO	MUNICÍPIOS
NORTE	Dois Irmãos do Buriti e Terenos
SUL	Maracaju e Rio brilhante
LESTE	Nova Alvorada
NORDESTE	Campo Grande
SUDOESTE	Maracaju

Fonte: Prefeitura Municipal de Sidrolândia, MS, 2002.

Nos anos 90, a presença do milho e outras variáveis, atraíram para a cidade, por iniciativa externa, uma unidade de abate de aves, propiciando o surgimento de produção integrada de frangos, de uma mão de obra industrial assalariada e prestadora de serviços que giram em torno dessa unidade, além de uma unidade de produção de açúcar e álcool. Além dessas, outras atividades foram desenvolvidas, tais como a piscicultura, beneficiamento de arroz e confecções (Tabela 02).

MAPA 01—Localização de Capão Bonito II, em Sidrolândia, no Mato Grosso do Sul.



Fonte: [<http://www.uniderp.br>, 2002.]

Atualmente, existe ainda um esforço da administração local, representante da população sulista empresária agrícola, no sentido de atrair novas indústrias para o local, no que está sendo bem sucedida, com a instalação de novas empresas de confecções e de uma fábrica de panelas, a ser instalada em 2003. A Tabela 02 apresenta resultados da produção agropecuária no Município de Sidrolândia, segundo dados da Prefeitura Municipal de Sidrolândia.

Tabela 02–Principais produtos produzidos no Município de Sidrolândia, MS.

INDÚSTRIA	PRODUTO	UNIDADE
Piscicultura	Peixe	481.200 quilos
Confecções	Malhas	35.000 peças/mês
Beneficiadora de arroz	Arroz	2.000 fardos/dia
Laticínios	Leite	6.201.000. l/ano
Abatedouro	Frango inteiro e cortado	125.000 frangos/dia
Usina	Álcool	33.000.000 litros
	Açúcar	822.000 sacas de 50kg

Fonte: Prefeitura Municipal de Sidrolândia, MS, 2002.

Assim, além da importância e potencialidade que o Município já apresenta na atividade criatória e de cultivo comercial agrícola, denota tendências de industrialização. A propósito, é um dos Municípios do Estado que vêm sediando e estimulando iniciativas industriais a produtores familiares do campo e da cidade.

Em 2001, Sidrolândia foi escolhida pelo governo do Estado para sediar o primeiro “Pólo Estadual de Agricultura Familiar”, com a implantação de 100 unidades, vinculadas ao Programa Estadual do “Prove-Pantanal”. O Município, segundo informações oficiais da administração municipal, teria sido escolhido pela proximidade com o mercado consumidor e por possuir um número expressivo de assentamentos resultantes da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul.

2.1.3.2. Os Assentamentos Agrários do Município

A região de Sidrolândia, na atual gestão, em sua segunda administração, notabilizou-se pelo esforço empreendedor na busca de novas alternativas de fomento ao desenvolvimento, destacando-se no crescimento do parque industrial municipal e nos

assentamentos resultantes da Reforma Agrária que foram instalados nos últimos tempos (Tabela 03).

Segundo informações da assessoria técnica do Gabinete da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, a região se encontra atualmente com 11 (onze) projetos de assentamentos resultantes da Reforma Agrária instalados, totalizando 1.458 (mil quatrocentos e cinquenta e oito famílias), conforme Tabela 03. Cumpre ressaltar que a administração local investe recursos do tesouro local em assistência para os assentamentos e também para os acampamentos existentes à beira das rodovias que cortam a região, hoje em número de dois, instalados na MS 455, em compasso de espera de novas áreas desapropriadas (assessoria técnica do Gabinete da Prefeitura Municipal de Sidrolândia).

Tabela 03—Assentamentos localizados no Município de Sidrolândia, MS.

Imóvel	Área (ha)	Coordenadas Geográficas	Famílias no Assentamento	Data Decreto
Capão Bonito I	2.585,3934	W 54°53'57" S 21°15'25"	133	1991
Capão Bonito II	8.231,4968	W 54°50'47" S 21°16'21"	308	14/10/1997
Capão Bonito III	596,5607	W 54°49'58" S 21°11'16"	23	27/12/2000
Geraldo Garcia	5.688,9000	W 54°58'41" S 21°06'47"	184	29/12/2000
Jibóia	7.216,8614	W 54°37'08" S 20°59'50"	238	11/07/2000
São Pedro	8.592,2341	W 54°54'31" S 21°18'42"	295	23/12/1998
Santa Terezinha	1.521,2418	W 55°08'31" S 20°57'02"	65	23/03/2001
Terra Solidária	Nihil	Nihil	29	Nihil
Vacaria	1.067,0000	W 55°01'12" S 21°15'25"	48	01/10/1999
Valinhos	2.033,8089	W 55°18'00" S 21°18' 26"	86	15/01/2002
Vista Alegre	1.178,6900	W 54°49'50" S 20°49'12"	49	27/07/1999

Fonte: MDA/ INCRA, 2003.

Isso equivale a 38.712,1871 hectares, o que correponde a 7,3% da área totasl do Município de Sidrolândia, que é de 5.300,9 km² ou 530.090 hectares.

2.2. ORIGEM DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO II

O assentamento agrário, conforme se pôde constatar através dessa pesquisa, surgiu como desmembramento da Fazenda Capão Bonito, localizada a 45 quilômetros da sede administrativa de Sidrolândia.

A desapropriação da fazenda Capão Bonito, de acordo com as informações colhidas durante a pesquisa, ocorreu apôs um levante do Movimento dos Sem-Terras, resultante de um processo de acampamento que durou perto de 05 anos.

Parte da Fazenda Capão Bonito foi desapropriada em 1990, para instalação do Projeto de Assentamento Capão Bonito I. No entanto, os representantes dos movimentos dos trabalhadores reivindicaram a desapropriação do restante da área da fazenda para o mesmo objetivo, considerando que toda a fazenda apresentava aptidão agropecuária e atendia aos pré-requisitos para fins de reforma agrária.

Os trabalhadores rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Sidrolândia, como se pôde constatar, ocuparam a área em abril de 1997, permanecendo ali por 17 dias, e através de acordo com as lideranças dos trabalhadores rurais, STR de Sidrolândia, MST (Movimento dos Sem Terra) e INCRA, os acampados foram deslocados para uma área pertencente ao INCRA, localizada no PA Capão Bonito I, no período de maio a dezembro de 1997.

O Projeto de Assentamento (PA) Capão Bonito II, foi criado em 14 de Outubro de 1997, através da Portaria N.º 049.

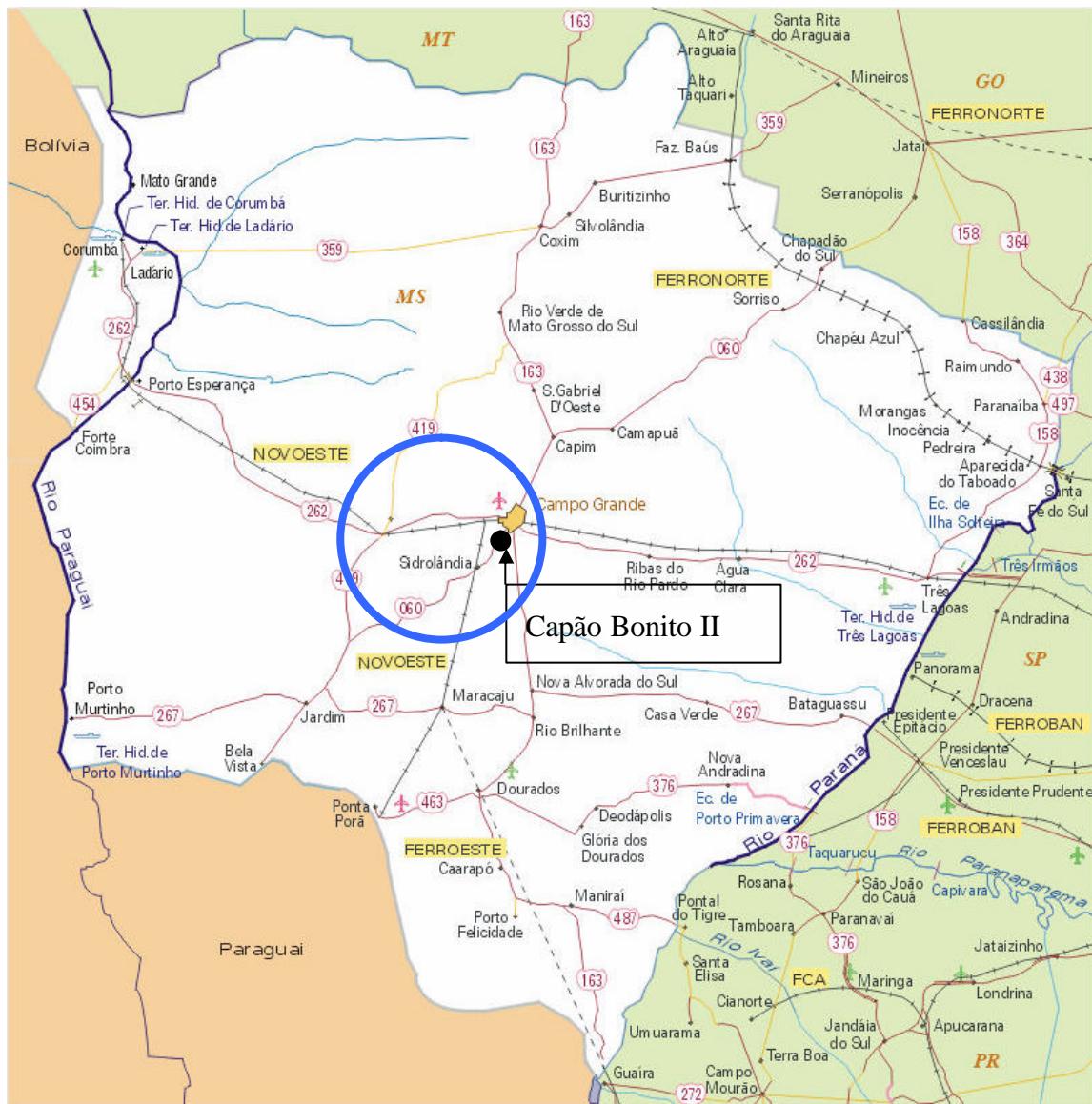
Ao final do mês de dezembro/97, foi oficializada a criação do assentamento, e posteriormente foram sorteadas as famílias, sendo que a demarcação das parcelas ocorreu em fevereiro/98 e no mês de maio/98 as mesmas foram assentadas. Ficou consagrado como data comemorativa de inauguração do assentamento o dia 12 de Dezembro, quando a comunidade realiza missa e festa de confraternização. Colaboraram como informantes nesse item os Senhores Cláudio Sartori, lote 77, e Osvaldo Davalos Gonçalves, lote 58, dois dos mais prósperos parceleiros do local.

2.3. INFRAESTRUTURA DE ACESSO AO ASSENTAMENTO

O acesso para o assentamento pode ser feito por via asfaltada, a Rodovia MS 162, a partir da cidade de Sidrolândia, sentido Sidrolândia – Maracaju, por uma distância de 23 km até entrada à esquerda para os Assentamentos de Capão Bonito I e II, seguindo por mais 22 km até a sede do Capão Bonito II. Outra entrada pelo mesmo roteiro passa pelo PA São Pedro, assentamento vizinho, cuja entrada pela MS 162 está localizada 9 (nove) quilômetros adiante dessa primeira entrada (Figura 03).

Também pode ser utilizado o caminho pela Rodovia BR 060, sentido Campo Grande – Sidrolândia, 23 km antes de Sidrolândia, pela estrada vicinal para Capão Seco, utilizando a Rodovia MS 455. O acesso de outras regiões ao município é feito pela Rodovia BR 060, a partir de Campo Grande, e pela MS 162, a partir de Maracaju, existindo também possibilidade de uso da BR 163, com entrada para Capão Seco, a partir do Distrito de Anhanduí, além do uso de variante pela BR 163 passando pelas cidades de Rio Brilhante e Maracaju. As informações estão demonstradas no diagrama unifilar (Figura 03) e Mapa 02. O assentamento é cortado por estradas de terra, em boas condições de uso, parte com cascalhamento e parte arenosa. A localização do assentamento está representada nos Mapa 02 e Mapa 03.

MAPA 02–Transportes no Estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Ministério dos Transportes, 2002.

MAPA 03–Município de Sidrolândia com os assentamentos rurais

<C:/MESTRADO/ANEXO MESTRADO/MAPA 03 - Mun. Sidrolândia com localização do assentamento.dwg>

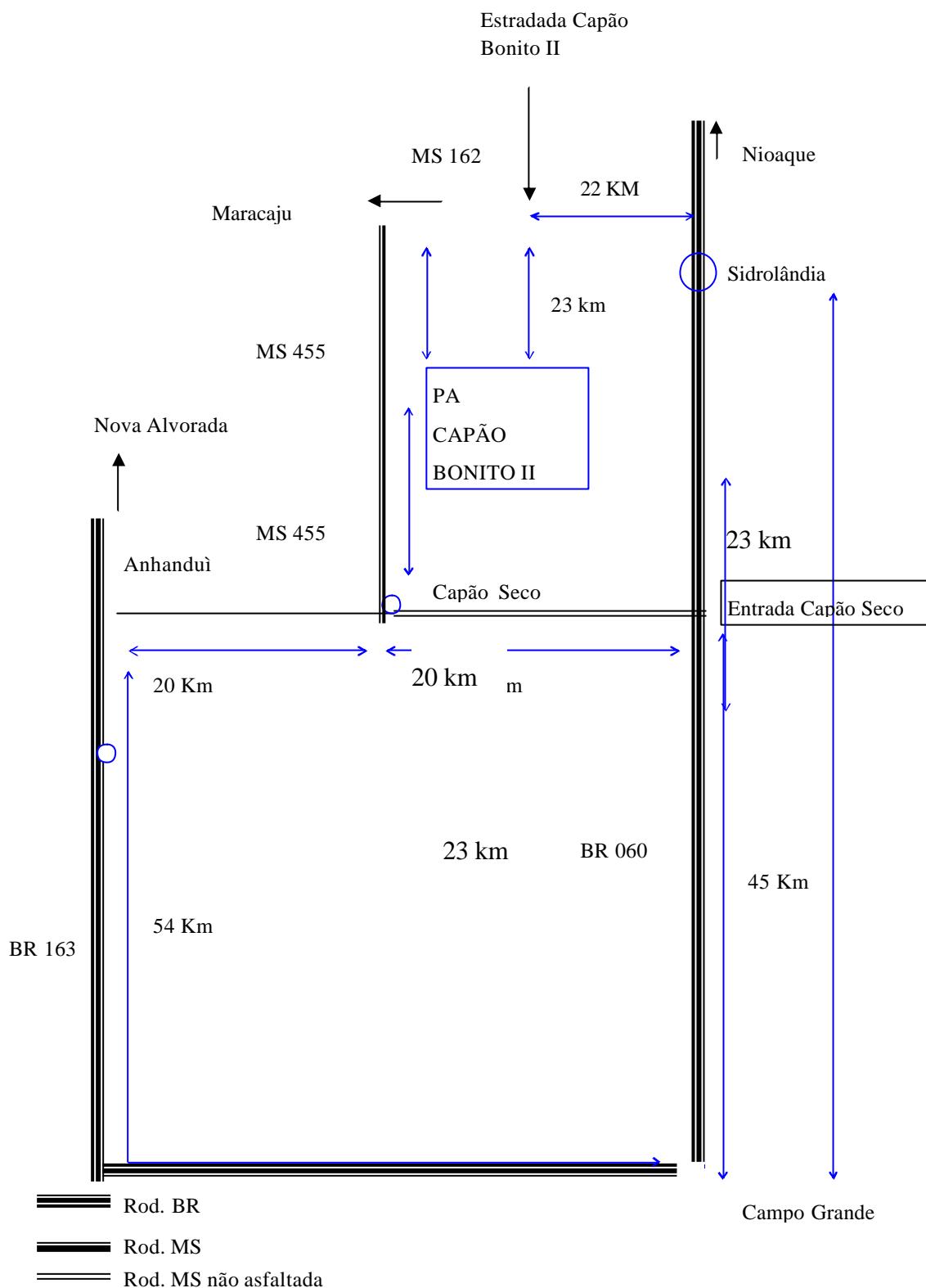


Figura 03 – Diagrama Unifilar de Localização do PA Capão Bonito II.

CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO FÍSICA DO ASSENTAMENTO

2.4.1. ORDENAÇÃO FÍSICA DO ASSENTAMENTO

Conforme se pôde verificar junto ao Projeto de Assentamento PA de Capão Bonito II, a área total reservada foi de 8.231,4968 hectares (oito mil duzentos e trinta e uma hectares, quatro mil e novecentos e sessenta e oito metros quadrados), parte da antiga Fazenda Capão Bonito, no município de Sidrolândia.

Da área total da fazenda foram reservados:

- 1.934,0159 hectares (um mil novecentos e trinta e quatro hectares, cento e cinqüenta e nove metros quadrados) para área de reserva legal;
- 28,2. 067 hectares (vinte e oito hectares e dois mil sessenta e metros quadrados) para área de reserva permanente;
- 10,4. 801 hectares (dez hectares, quatro mil oitocentos e um metros quadrados) para área de sede social;
- 11,4. 702 hectares (onze hectares, quatro mil setecentos e dois metros quadrados) para área de núcleos secundários;
- 116,5. 286 hectares (cento e dezesseis hectares, cinco mil duzentos e oitenta e seis metros quadrados) para área de estradas vicinais.

Desse modo, a área remanescente para a divisão em 308 parcelas para ser distribuídas entre as famílias, foi de 6.100,7490 hectares (seis mil e cem hectares, sete mil quatrocentos e noventa metros quadrados).

Os tamanhos das parcelas variaram entre 16 hectares até maior que 25 hectares, da área útil para produção, descontadas as reservas e áreas de uso comum.

A distribuição espacial dos lotes seguiu critérios acordados entre os moradores e o INCRA, sendo por meio de sorteio a localização de cada família. Os tamanhos variam conforme Tabela 04, e a ocupação da área em produção também varia de família para família, dada as características de cada unidade familiar. As condições edafoclimáticas não influenciaram na escolha, sendo totalmente aleatória a distribuição dos lotes em razão da qualidade dos solos (Mapa 04).

2.4.2. USO DOS LOTES

O uso atual das terras por parte dos moradores do assentamento não reflete o uso anterior ao processo de desapropriação para Reforma Agrária.

A fazenda, antes de ser desapropriada, tinha como atividade predominante a pecuária de gado bovino de corte em toda a sua extensão útil, com pastagens e pouco cultivo de grãos. Tratava-se, de fato, de latifúndio de pecuária.

A ordenação atual, como se pode observar na Tabela 04, teve outro destino, ou seja, o de garantir às 308 famílias de pequenos produtores sua sobrevivência, através da agricultura familiar, o que explica o retalhamento da antiga fazenda desapropriada em pequenos lotes (uso familiar individualizado) e algumas porções do território destinadas a uso (sede, estradas vicinais, núcleos secundários) ou de responsabilidade coletiva (reserva legal e de preservação permanente). Quanto ao uso da terra, pode-se vislumbrar através da Tabela 05 que a pecuária não foi de todo abandonada, uma vez que as pastagens ainda representam 52,43% do uso do solo do assentamento, ainda que ela se volte muito mais à produção do leite. Observe-se que o uso preponderante do solo continua sendo pastagens, ainda que mantida sob forma de uma maior segmentação da propriedade, cada lote familiar com sua forma de uso do solo e manejo do gado particularizado, em função de aspirações, capacidade de investimentos e habilidades de cada família no trato e nas lides com o campo (Mapa 05).

A agricultura não aparece como atividade preponderante em termos de área ocupada (33,01%), ainda que tenha a grande finalidade de garantir a sobrevivência familiar. Por outro lado, as entrevistas demonstraram um descontentamento dos assentados em relação à condição já esgotada de fertilidade do solo, que não permite mais o plantio com retorno positivo do cultivo, a não ser com investimentos em insumos que venham permitir a recomposição dos solos a sua situação anterior. No momento dos sorteios, em função da falta de homogeneidade das condições naturais do solo, as

MAPA 04–Organização territorial do assentamento Capão Bonito II

<C:\MESTRADO\ANEXO MESTRADO\Mapa 04 - Organização Territorial.dwg>

MAPA 05–Uso dos solos do assentamento Capão Bonito II.

<C:\MESTRADO\ANEXO MESTRADO\Mapa 05- Uso solo atual CB II.dwg>

<C:\MESTRADO\ANEXO MESTRADO\II090801.tif>

famílias não puderam ser contempladas com parcelas que contivessem as mesmas propriedades dos solos. Alguns foram prejudicados em relação à sua fertilidade natural ou aos recursos hídricos nele contidos. Via de regra, essas situações foram resolvidas com a cessão de uma gleba maior para aqueles produtores que receberam lotes com deficiência em algum item dessa natureza.

Tabela 04—Resumo dos dados básicos sobre o PA Capão Bonito II.

Área Total da Fazenda	8.231,4968 hectares	
Parcela média ⁴	27 hectares	
N. ° de famílias.	308	
Data de criação	1997	
Tamanho dos lotes (hectares)	Quantidade	%
16 a 18	163	52,9
19 a 21	94	30,5
22 a 25	37	12,1
>25	14	4,5
Área ocupada pelas parcelas	6.100,7490 hectares	
Parcela Média	19,80 hectares	
Área de Reserva Legal	1.934,0159 hectares	
Área de Preservação Permanente	28,2067 hectares	
Área da Sede	10,4818 hectares	
Área dos Núcleos Secundários	11,4702 hectares	
Área de Estradas Vicinais	116,5286 hectares	

Fonte: INCRA / SENAGRO, 1997.

⁴ A parcela média aqui regista o total da fazenda considerando as áreas de reserva legal e permanente, que não são inclusas na divisão dos lotes. A parcela média válida para o tamanho dos lotes é aquela que considera a área passível de uso, excluídas as áreas previstas pela legislação ambiental (19,80 ha).

Tabela 05–Uso atual das terras do assentamento Capão Bonito II.

N.º de lotes amostrados	151	
Caracterização	Área(ha)	% relativa
Área bruta (sem utilização)	210,88 ha	7,09%
Área com capineiras	7,44 ha	0.25%
Área com pastagens	1559,47 ha	52,43%
Área com lavouras	981,85 ha	33.01%
Outros usos	214.75 ha	7,22%
Totais	2974.39	100%

Fonte – INCRA, 2002.

Observe-se que no ordenamento do assentamento físico do assentamento (Tabela 05) existe área reservadas para capineira, espaço destinado ao cultivo de forrageiras, como alimentação suplementar do gado em épocas de muita ou de falta de chuva, especialmente importante, quando se trata de gado leiteiro. As forrageiras atuam como complemento da pastagem na estação chuvosa, assim como o principal alimento volumoso tradicional, durante o período seco do ano, na maioria das propriedades que desenvolvem a atividade leiteira.

2.4. CARACTERÍSTICAS DO QUADRO NATURAL NO ASSENTAMENTO

O quadro natural de uma área destinada à implantação de assentamento rural para Reforma Agrária apresenta-se, segundo os assentados entrevistados, como um fator interferente, no conjunto geral dos fatores atuantes no local, podendo agir tanto como potencializador ou então como restritivo na obtenção dos resultados positivos na produção de bens e serviços.

As inaptidões de determinados quadros naturais podem implicar em investimentos excedentes, influindo na renda dos assentados ou em esforços coletivos para superá-los.

2.5.1. RELEVO

A análise da situação do assentamento permitiu verificar que ocupa uma das áreas do rebordo da cuesta do Planalto Arenítico Basáltico, em uma situação de interflúvio entre as bacias do Paraná e Paraguai. A leste estão as nascentes dos rios Brilhante e Vacaria (formadores do rio Ivinhema) que correm para a calha do rio Paraná. Do lado oeste aparecem os rios Dois Irmãos, Taquaruçu e Buriti que desembocam no Rio Aquidauana, na bacia do Rio Paraguai.

O assentamento ocupa, de fato, as terras da bacia do rio Paraná. A topografia do relevo na área do assentamento Capão Bonito II apresenta-se entre plana a suavemente ondulada. Em função da pouca declividade existente, variando entre 3% a 8%, a área apresenta menor situação de risco para formação de processos erosivos, o que facilita o manejo do solo. As maiores declividades aparecem nas áreas marginais, impedidas legalmente de serem cultivadas, sendo destinadas à preservação.

2.5.2. CLIMA

Situado em clima do tipo sub-tropical úmido, essas terras ficam sujeitas à participação efetiva da Massa Tropical Continental e do predomínio da Massa Polar Atlântica (ZAVATINI, 1993), mas com características individualizadas pela altitude e situação de rebordo elevado a que está exposto, abrandando as temperaturas e mais sujeito a chuvas de efeito orográfico que as áreas vizinhas menos elevadas.

Nos meses de junho a gosto há uma sensível redução nas precipitações, ocorrendo déficit hídrico para a maioria das culturas, e a água disponível no lençol freático, açudes e lagoas também sofrem redução de volume.

Entretanto, a incidência de chuvas demonstrada na Figura 04 permite inferir que a região permite o cultivo de diversas culturas, perenes e anuais, o que faz com que o quadro natural com respeito a esse item seja favorável ao desenvolvimento da produção agrícola.

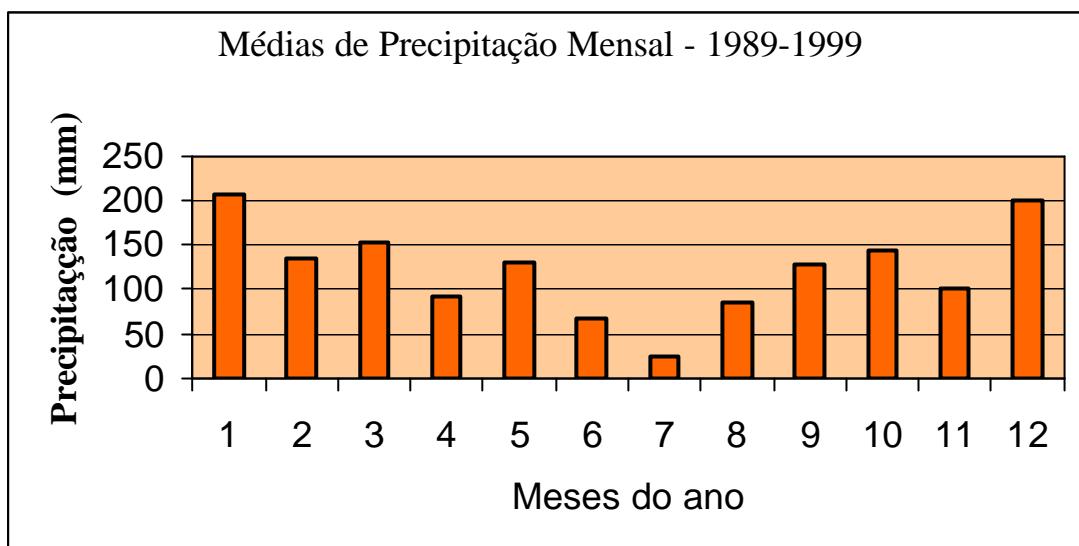


Figura 04 – Distribuição da Precipitação Mensal – 1989 a 1999 – Sidrolândia, MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Sidrolândia, MS, 2002.

A temperatura média mensal ocorrente na região de Sidrolândia (Figura 05) varia entre 20 e 25 graus, sofrendo leve queda entre os meses de maio e agosto.

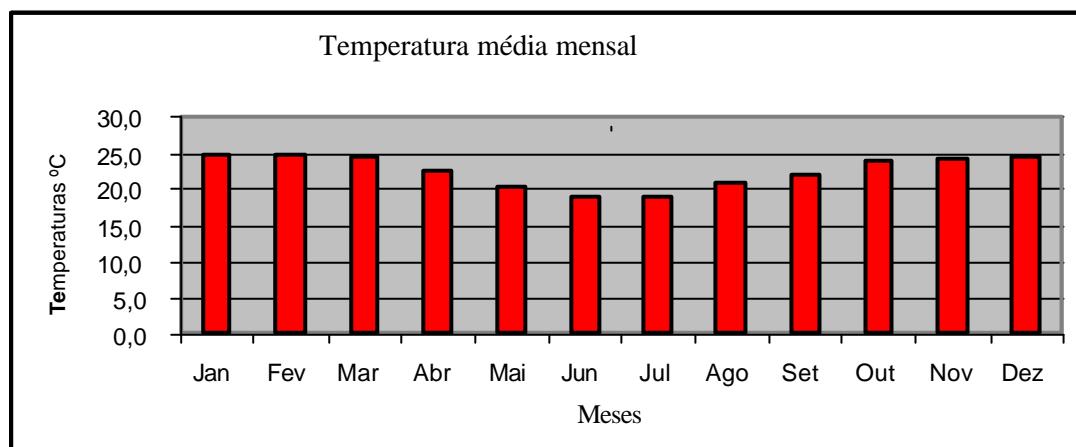


Figura 05 – Temperatura Média Mensal do Município de Sidrolândia, MS, em 2001.

Fonte: Prefeitura Municipal de Sidrolândia, MS, 2002.

Observa-se que, de modo geral, as condições regionais climáticas são favoráveis ao cultivo em escala comercial, com agricultura de resultados positivos, como atesta o crescimento dos latifúndios que praticam a monocultura de grãos para exportação na região do entorno do assentamento.

A prática da agricultura familiar ainda encontra barreiras dentro do próprio sistema gerencial das unidades produtivas, devido à falta de melhores conhecimentos das práticas rurais de produção com uso de tecnologias alternativas e eficientes, além do não aproveitamento de modo eficiente das potencialidades das condições locais que o quadro natural possibilita.

2.5.3. ÁGUA SUPERFICIAL E SUBTERRÂNEA

O assentamento faz divisa ao leste, em toda sua extensão, com o Rio Vacaria, existindo ainda na área vários córregos de pequeno porte, sendo o maior denominado Córrego Beltrão. Os córregos e minas existentes são de regimes perenes. Existem também lagoas de tamanhos variados, localizadas próximas à sede antiga da fazenda. As cinco lagoas existentes são alimentadas por minas aflorantes ao longo do terreno, cuja água verte por canais em terra e atendem grande parte do assentamento.

Os canais das águas superficiais que atravessam o assentamento, conforme informações dos antigos funcionários da fazenda e vistoria *in loco*, apresentam uma extensão total de 40 (quarenta) quilômetros, com profundidade e volume passíveis de possibilitar irrigação dos lotes mais próximos, além de permitir a exploração da piscicultura. O leito dos córregos que atravessavam a área da sede no passado, período anterior ao processo de desapropriação, apresentava largura média de 08 (oito) metros e 80 (oitenta) centímetros de profundidade, possibilitando a distribuição da água por gravidade por grande parte da fazenda. Essa fonte disponível de água encontra-se hoje em condições deficitárias de volume e qualidade, em função de assoreamento, devido ao manejo inadequado, e com o gado transitando livre dentro do canal. A lagoa maior, ao lado da sede, possui uma lâmina d'água de aproximadamente 18 hectares e profundidade média de 2,00 metros, cujo volume sofre diminuição durante o período de seca (as épocas críticas estão concentradas nos meses de junho a setembro), mas sem corte no seu fluxo, salvo em áreas que estão assoreadas.

A vazão calculada desta lagoa, através do uso do flutuador, é de 360 m³/h e as medições foram realizadas no período de maior déficit hídrico do ano (MDA/INCRA/IICA, 2002:27). O uso preponderante da água das lagoas é para

desedentação animal. Os moradores do seu entorno pretendem usar a água para irrigação de pequenas áreas, quando da reativação do fluxo normal de água no canal. A água potável do lençol freático é acessada através de poços comuns presentes em todos os lotes, como também de alguns poços semi-artesianos. Nesse caso, a demanda de instalação de rede de distribuição explica o atendimento a apenas 83 dos 308 que formam o assentamento Capão Bonito II. As águas subterrâneas profundas são exploradas através de poço tubular com cerca de 150 (cento e cinqüenta) metros de profundidade, perfurados e equipados conforme projeto do Sistema de Abastecimento de Água projeto pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

2.5.4. SOLOS

As informações sobre a natureza dos solos e as extensões que ocupam em uma determinada área, são elementos considerados importantes para se conhecer o potencial de uso das terras em análise, e principalmente, no sentido de se planejar o adequado manejo de seu uso. As pesquisas participantes realizadas na área do assentamento, corroboradas por material técnico descritivo permitiram um diagnóstico técnico sobre o mapeamento de solos ocorrentes na Tabela 06.

Tabela 06–Tipos de solos ocorrentes no assentamento Capão Bonito II.

Legenda da unidade de mapeamento	Área (ha)	Área (%)
Latossolo Roxo 1	2.960,43	35,41
Latossolo Roxo 2	1.807,06	21,62
Latossolo Vermelho Escuro	1.133,22	13,55
Glei Pouco Húmico 1	608,50	7,28
Glei Pouco Húmico 2	523,97	6,27
Plintossolos	600,08	7,18
Solos Aluviais1	339,00	4,06
Solos Aluviais2	149,82	1,79
Areias Quartzozas	90,51	1,08
Áreas de Empréstimo	40,61	0,48
Corpos d'água	106,80	1,28
TOTAL	8.360,00	100

Fonte: INCRA/SENAGRO, 1997.

Observe-se na Tabela 06 a predominância de solos do tipo Latossolo (3 modalidades), significa 80,58% do total. Só os solos identificados como Latossolos Roxo e Latossolos Vermelho-Escuro, representam 70,37% do total (Mapa 06).

Os Latossolo Roxo Distrófico e Latossolo Vermelho Escuro Distrófico aparecem principalmente em áreas de interflúvio. São considerados favoráveis para a prática da agricultura, mas no caso do Assentamento Capão Bonito II não apresentam bons índices de produtividade e produção. Isso se explica, segundo os técnicos do órgão governamental de assistência técnica que atuam no local, pelo seu uso durante cinco anos sem reposição de fertilizantes e corretivos.

Os solos Gleis (húmico e pouco húmico), abrangendo 13,55% do total do assentamento, o que significa quase 1.000 hectares de terra, são originários de acúmulo de sedimentos muito recentes, geralmente de rochas calcárias, com teor de carbono

MAPA 06—Tipos de solos do assentamento Capão Bonito II.

<C:\MESTRADO\ANEXO MESTRADO\Mapa 06 Solos CBII .dwg>

orgânico no horizonte superficial. São solos considerados tecnicamente de drenagem deficiente. Dependendo do ciclo de flutuação do nível d'água podem dificultar a absorção de água pelas plantas, sendo mais utilizados para pastagens..

Os Plintossolos, lateritas hidromórficas, segundo a literatura técnica, também são de natureza argilosa, com a presença do fenômeno de óxido-redução originando a formação da plintita. É um solo quase sempre pobre em húmus e geralmente mal drenado. Via de regra, ocorrem em locais planos e baixos, onde há oscilação do lençol freático, portanto, mais comuns em planícies de inundação de rios e córregos. Sua fertilidade natural é variada, visto que se situam em regiões alagáveis temporariamente.

Os Solos Aluviais, relacionados como Neossolos flúvicos pela nova classificação brasileira de solos, dada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA,1999), desenvolvem-se sobre sedimentos aluviais associados às planícies, mais propícios para manter vegetação de matas de galeria e ciliares.

Já as Areias Quartzosas Hidromórficas são constituídas de agregados de grãos simples, compostos por quartzo. Em função da fraca estrutura, esses solos apresentam grande suscetibilidade à erosão e grande permeabilidade.

2.5.5. VEGETAÇÃO

A vegetação original é do tipo Savana Parque em contato com Floresta Estacional Semidecidual Aluvial, apresentando uma área de tensão ecológica (SEPLAN, 1989). E esse espaço, conforme se pôde constatar, atualmente encontra-se com forte grau de antropização, especialmente na área do assentamento. Ressalte-se ainda a existência de quase dois mil hectares de terras a serem reservadas para conservação (vide Tabela 04).

2.5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL DOS ASSENTADOS

2.6.1 PERFIL POPULACIONAL DO ASSENTAMENTO

O Assentamento Capão Bonito II é constituída de 308 famílias, num total, segundo o IBGE (Censo de 2000) de 1.209 habitantes. (Tabela 07).

Essa população equivale a uma média de 3,1 pessoas por lote ou uma família com 3,1 pessoas, se considerarmos uma única família no lote.

2.6.1.1. Composição por Sexo e Idade

A distribuição relativa segundo o gênero é representada por 53,43% de homens e 46,57% mulheres. A composição da população por idade e sexo não difere muito da realidade brasileira, principalmente aquela relativa às camadas sociais de renda mais pobre. Conserva uma base ainda relativamente larga, notando-se pequena redução de crianças do sexo feminino de 0-4 anos, mas que no conjunto de 0-14 anos, essa faixa etária representa 37,7%, o que é ainda significativo.

Por outro lado, chama atenção a presença da faixa adulta, que somada à mais senil (acima de 65 anos) representa 51,8 % do total (Figura 05).

A Tabela 07 e a Figura 05 permitem visualizar melhor essa composição por idade e sexo, por faixas etárias, assim como as tendências da constituição das faixas infantil, jovem, adulta e senil por sexo, da comunidade de Capão Bonito II.

Tabela 07–Participação Relativa por Gênero e Faixas Etárias da população do PA.

Faixas etárias	Homens %	Mulheres %
0 a 4	7,20	5,62
5 a 9	6,70	7,20
10 a 14	5,13	5,87
15 a 19	5,62	4,80
20 a 24	2,89	2,98
25 a 29	3,89	3,72
30 a 34	3,80	3,31
35 a 39	3,72	2,81
40 a 44	2,73	3,31
45 a 49	3,23	2,23
50 a 54	3,64	1,65
55 a 59	1,82	1,41
60 a 64	1,65	0,74
65 a 69	0,50	0,50
70 e mais	0,91	0,41
Total	53,43	46,57

Fonte: IBGE, 2000.

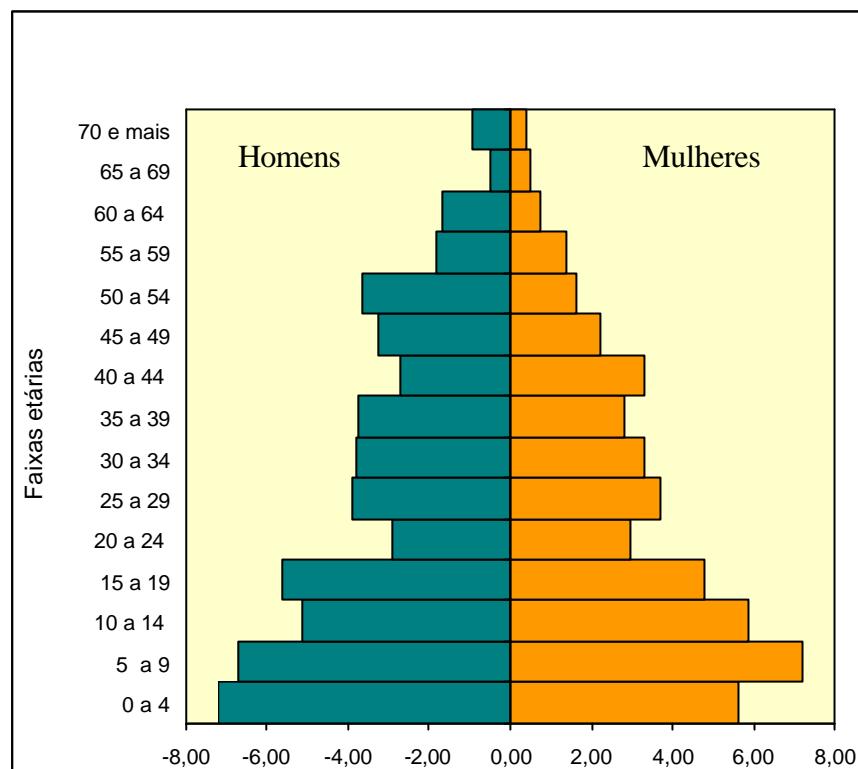


Figura 05 – Pirâmide Etária do Assentamento Capão Bonito II em 2000.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Levando-se em conta a população potencialmente ativa na faixa etária de 14 a 65 anos, o assentamento conta com 59,9% de força para o trabalho. É claro aqui sem descontar os inválidos e impossibilitados para o trabalho (taxa desconhecida), além da faixa etária dos velhos (mais de 65 anos) que representa apenas 2,3% do total.

Entretanto, deve-se atentar para o fato da faixa jovem, ou seja, entre 14 e 19 anos representar apenas 10,4% do total, o que significa dizer que a faixa ativa é predominantemente adulta.

Considerando-se os dados oficiais do IBGE-2000 no Capão Bonito II existe uma disponibilidade de força de trabalho, de homens e mulheres, de 597,3 Unidades de Trabalho Homem (UHT), e 143.340 Unidades de UHT/ano (Tabela 08).

Tabela 08—Força de Trabalho Disponível, por Idade e Gênero em Capão Bonito II.

Faixas Etárias	Homens	Mulheres	UHT	UHT/Ano
16 a 18	68	58	80,0	19.200
18 a 50	245	222	411,5	98.760
> 50	103	57	105,8	25.380
Total	416	337	597,3	143.340

Fonte: MDA/INCRA, 2002.

A mão-de-obra disponibilizada no assentamento, com os índices indicados, representa a disponibilidade de trabalho dos assentados, descontados as horas dedicadas ao trabalho de campo, da casa e outros afazeres domésticos. O que sobra representa a força de trabalho disponível para atividades de produção dentro do lote. A divisão de trabalho nas tarefas dos lotes pode ser visualizada na Figura 06.

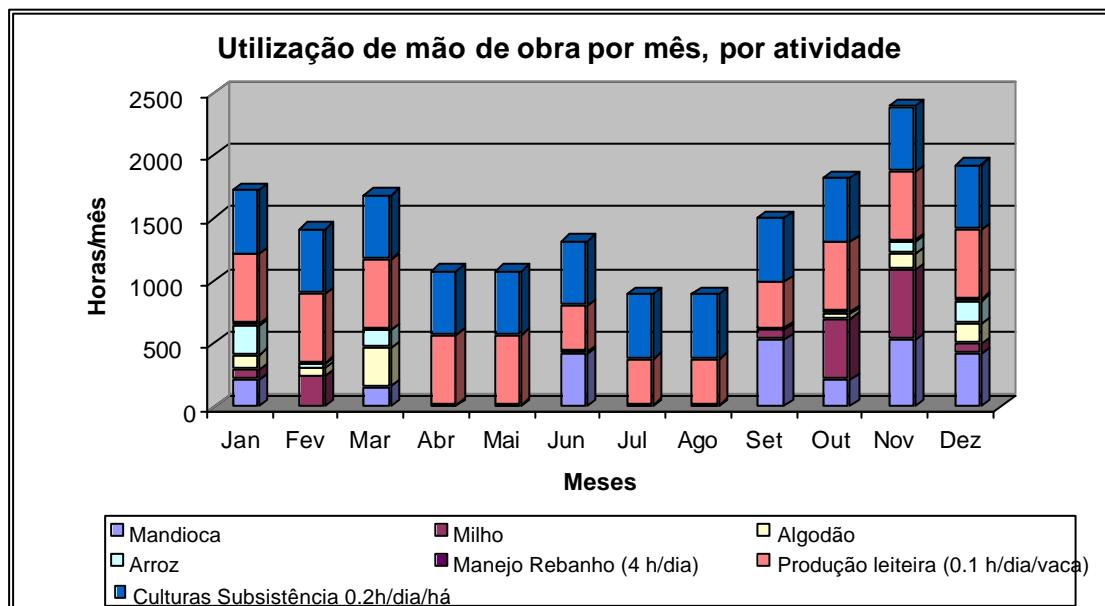


Figura 06 – Utilização da mão-de-obra por mês e atividade no Capão Bonito II.

Fonte: MDA/INCRA/IICA, 2002.

Verifica-se uma pequena disponibilidade de força de trabalho ociosa, não sendo aplicada na diversificação do trabalho e busca de novas fontes de geração de

renda. Observou-se em campo, que em parte, essa ociosidade ocorre pela falta de recursos e insumos. Entretanto, há uma apática espera por novos recursos de fontes governamentais, ao que parece, motivada em parte pelas práticas assistencialistas realizadas pelos governos, nas três esferas do poder, durante esses anos dos movimentos sociais e de reforma agrária, sob a forma de programas sociais.

2.6.2. ORIGEM DAS FAMÍLIAS DE ASSENTADOS

A origem dos assentados, conforme se pôde verificar, apareceu como um fator, nas áreas destinadas para a Reforma Agrária, das condições de vida dos assentados para o desenvolvimento do seu projeto de agricultura familiar.

Dois traços marcam a origem das famílias dos assentados de Capão Bonito II: de um lado a origem rural (90%) do próprio Estado e, de outro, o de terem se ligado a apenas dois movimentos durante a fase de organização nos movimentos dos “sem terra” em acampamentos, sendo eles o MST (Movimento dos Sem Terra) e a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura).

Os assentados são originários do Estado de Mato Grosso do Sul, de municípios próximos ao assentamento Capão Bonito II, alguns já vindos de outros projetos de assentamentos, bem como famílias do extremo sul do País.

Das 308 famílias assentadas no local, 100 (cem) delas pertenceram ao Movimento Sem Terra – MST, as outras 208 (duzentos e oito) famílias pertenceram ao movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia, Maracaju, Nioaque, Jardim, Rio Brilhante, Corumbá e Campo Grande (Mapa 07).

Existe uma pequena parcela dessas famílias, 12 (doze) delas, que não fizeram parte dos movimentos anteriores na luta pela terra. Trata-se de famílias que atuaram como antigos empregados da fazenda.

A origem dos pequenos produtores assentados em Capão Bonito II, da própria região e antigos empregados da fazenda, pode representar uma vantagem para a ocupação local, com o conhecimento já acumulado da gestão comercial e dos recursos naturais disponíveis. Embora as pesquisas mostrem que os agricultores inexperientes

tendem a aprender com os mais habilidosos e conhecedores do ofício de cultivar o solo, nota-se a falta dessa prática, cujas razões não são explicadas, mas o que se pode

MAPA 07–Origem dos assentados de Capão Bonito II.

<C:\MESTRADO\ANEXO MESTRADO\Mapa 07 - Origens dos assentados.dwg>

perceber pela ação participante junto aos produtores é que há uma generalizada falta de credibilidade entre os membros pertencentes à comunidade.

Também existem aquelas famílias que não participaram do movimento de ocupação da fazenda e ocupam lotes retomados daquelas que já abandonaram a área, que por diversos motivos não atenderam aos requisitos do INCRA para manutenção da posse. Embora seja um fato constatado pela instituição, a legislação não permite a transação comercial para terceiros sem o prévio consentimento desse órgão, e que por isso não pode reconhecer os direitos do novo ocupante, solicitando à justiça a reintegração de posse do imóvel. Segundo informações pessoais de técnicos do INCRA, no decorrer do trabalho, esses lotes retomados chega a 30%, em média, nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o número considerado normal pelo órgão federal. O fato que chama atenção é que os novos ocupantes dos lotes, que se apresentam produtivos, são tratados (por uma parcela dos moradores) como estranhos na comunidade, com motivo alegado de que não participaram da luta pela posse da terra, o que dificulta a integração da família na organização social local.

As famílias hoje assentadas possuem características distintas entre si, com diferentes culturas, credos e história de vida anteriormente ao processo de acampamento na busca pela terra. Grande parte dos mais idosos já trabalharam na lavoura, embora sem obterem grandes lucros, apenas o suficiente para sobreviver.

Os mais habilidosos e que apresentam hoje bom aproveitamento do local estão entre os que já trabalhavam na fazenda antes da desapropriação. Esses tradicionais praticantes das lides no campo, como se pôde observar, desenvolvem uma rotina de produção de sucesso, se considerado os resultados médios obtidos pelos outros na área.

2.6.3. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, RENDA E TRABALHO

2.6.3.1. Organização do trabalho familiar nas unidades do assentamento

A organização produtiva dentro do assentamento é do tipo familiar. A família vive do consumo da produção na parcela que lhe cabe, somada à renda

monetária do excedente produzido, sendo este voltado para a oferta no mercado regional.

O comando da unidade familiar e produtiva é exercido, na sua grande maioria, pelo pai, sendo a divisão do trabalho realizado na parcela em conformidade com o tipo de trabalho. Cabe às mulheres, em geral, o cuidado com as crianças, a limpeza da casa e pequenos tarefas em hortas e culturas de fundo de quintal.

Existem seis famílias cujos filhos estudam em escola agrícola em Campo Grande, no regime de períodos de quinze dias na escola e outros quinze em casa, quando ajudam no trato cultural da roça, praticando aquilo que foi aprendido em sala de aula, conforme informações obtidas junto ao Presidente da Associação dos Pequenos Pridutores de Capão Bonito II, Luiz Otávio Patinho.

No assentamento Capão Bonito II não é expressiva a atividade de comercialização de excedente da produção justamente pela baixa produtividade e pouca produção dos lotes. A produção das parcelas familiares tem sido muito mais voltada à sobrevivência da família, e a renda auferida situa-se entre uma faixa que vai de R\$ 60,00 a R\$ 320,00 reais, conforme pôde-se constatar na relação de consumo, contando inclusive com informações da “venda”, denominação comum utilizada pelos moradores para identificar o armazém e bar situado no local, conhecido como bar da Adélia. Entretanto, existem algumas famílias (3%) que tiveram a iniciativa de voltar suas atividades para o atendimento de mercado externo ao assentamento, cultivando algodão, soja e milho, ou então criando bicho-da-seda. Essa cultura, segundo a percepção das famílias envolvidas e dados oficiais da empresa que opera com essa mercadoria, chega a apresentar resultados financeiros positivos, dado a garantia de preço e aquisição pela empresa integralizadora que opera na região.

2.6.3.2. Sistema produtivo dos assentados sem tradição na atividade rural

Os sistemas de produção praticados dentro de um assentamento são representados pelo conjunto de atividades desenvolvidas pela família do agricultor voltadas para a produção e sua relação com tecnologias envolvidas, demonstrando sua

capacidade tecnológica, seu estágio de desenvolvimento na produção e capacidade de gerenciamento de uma unidade produtiva.

No Assentamento Capão Bonito II, de acordo com o que foi verificado, os assentados desenvolvem um conjunto diversificado de atividades produtivas, combinando culturas alimentares e criações animais, para subsistência da família e para o mercado.

A compreensão da dinâmica dos diferentes tipos de unidades de produção está ligada ao conhecimento dos sistemas que o produtor herdou antes do assentamento, seja para sua própria sobrevivência, produzindo bens para o autoconsumo, seja para produtos colocados no mercado, visando renda monetária e acumulação de capital. Foi possível verificar, nesse sentido, diferenciação interna das famílias, em função de sua origem anterior ao processo de assentamento em Capão Bonito II.

Existe um grupo de 236 famílias constituído por aqueles acampados que não trabalhavam como agricultores familiares, mas que foram assentados por pressões dos movimentos sociais, na época da distribuição dos lotes.

Apresentam dificuldades no controle da utilização correta dos créditos concedidos, aliado uma crônica falta de planejamento do uso dos recursos. Existe uma crônica falta de informação a respeito dos sistemas de produção possíveis de serem desenvolvidos no assentamento, aliada a uma insuficiente assistência técnica, que contribuem para que os resultados não sejam os esperados. Caracteriza-se como o grupo mais estagnado e em processo de descapitalização.

Como principais atividades deste grupo pode-se citar a pecuária leiteira e mista, prevalecendo animais de dupla aptidão. A produtividade média de leite é de 2,5 litros diários por animal, extremamente aquém do mínimo necessário para a manutenção da propriedade e para praticar a venda de excedente.

A estratégia desses proprietários é a da ampliação do rebanho bovino da maneira que for possível, com aquisição de animais da forma que a economia familiar permitir, além do cultivo de lavouras que não demandem mão-de-obra expressiva.

Este grupo tem como principais culturas desenvolvidas o arroz, o milho e a mandioca, eventualmente havendo produtores com pequenas áreas de algodão. Não são utilizados neste grupo quaisquer insumos, e em função disto, a rentabilidade destas culturas é igualmente baixa.

A falta de capital para ampliação de suas culturas e/ou rebanhos não possibilita também a aplicação de uma melhor tecnologia que proporcione uma produtividade mais rentável nas culturas e outras atividades econômicas praticadas. Neste caso foram identificado produtores que plantam milho utilizando-se de sementes híbridas de quinta geração ou F5, cuja fertilidade e produtividade é considerada bastante baixa.

2.6.3.3. Sistema produtivo dos assentados com tradição na atividade rural

O outro grupo, constituído de 72 famílias, pode ser caracterizado por aquelas que se instalaram no assentamento através da compra posterior de lotes, transação feita com assentados anteriores. Essas famílias ocupam 30% dos lotes do assentamento Capão Bonito II.

As principais atividades relacionam-se com a criação de gado de leite, prevalecendo animais com dupla aptidão (leite e corte). A forte oscilação regional do preço do leite, imprime a necessidade de uma pecuária bovina voltada para dois fins: cria e engorda. Entretanto, a atividade leiteira é priorizada no assentamento.

Esse grupo aparece como o mais capitalizado, dispondo da maior parte das máquinas no assentamento. Cultiva e obtém melhores resultados nas culturas de milho, algodão, e em menor escala, de mandioca e arroz.

Apesar desta maior disponibilidade de capital e de máquinas e equipamentos, a produtividade deste grupo, embora seja alta em comparação com os produtores do grupo anterior, ainda é baixa, comparando-se com as médias municipais.

As culturas anuais mais cultivadas são a mandioca, seguidas por milho e por arroz e algodão em iguais proporções, e finalmente o feijão, quase incipiente.

Nesse grupo, embora a estratégia seja também a ampliação do rebanhos bovino, os mecanismos utilizados incorporam a utilização de receita proveniente da agricultura, com ligeira adição de tecnologia de produção. São esses os produtores que dispõem de capital de giro para investimentos e máquinas para as atividades agrícolas.

Todas as propriedades apresentam o cultivo de algumas espécies frutíferas, e algumas propriedades desenvolvem a horticultura. Vale ressaltar que a comercialização destes produtos para fora do assentamento é pouco praticada, visto a baixa produtividade que atualmente é alcançada nestes cultivos.

Aquela famílias que estão no processo de industrialização de produtos como o leite (a grande maioria) desenvolvem tarefas que geram renda monetária com a produção de doces e iogurtes, muito embora o trabalho esteja passando por problemas de ordem legal junto ao sistema de controle de qualidade governamental.

Existem ainda lotes que se aventuraram na atividade não agrícola (produção de iogurtes e doces caseiros de leite e frutas), dentro do programa do Prove-Pantanal, estando no momento em fase de licenciamento junto aos setores governamentais para autorização da comercialização.

Tabela 09—Grupos de sistemas de produção no assentamento rural de Capão Bonito II, no Município de Sidrolândia, MS.

Grupos de atividades		Famílias envolvidas (nº)	Área total	Milho (ha)	Arroz (ha)	Mandioca (ha)	Algodão (ha)	Pecuária Mista (ha)	Subsist. / outros (ha)
Grupo 1	Milho+Arroz+pec.mista	47	900	1	1	0	0	16	1
Grupo 2	Milho+Mandioca	59	1244	7	0	9	0	0	5
Grupo 3	Milho+Algodão	12	213	7	0	0	4	0	7
Grupo 4	Milho + Mandioca + Arroz	12	213	4	3	4	0	0	7
Grupo 5	Milho+Mandioca+Pec.Mista	106	2120	2	0	2	0	15	1
Grupo 6	Algodão+Pec.Mista	12	249	0	0	0	5	15	1
Grupo 7	Algodão+Mandioca	12	213	0	0	8	4	0	6
Grupo 8	Mandioca+Pec.Mista	24	474	0	0	3	0	15	2
Grupo 9	Mandioca+Arroz	12	237	0	5	7	0	0	8
Grupo 10	Mandioca + Arroz + Pec.Mista	12	225	0	1	1	0	16	1
Total		308	6088	804,3	154,0	1053,1	154,0	3070,8	852,3

Fonte:MDA/INCRA/IICA,2002.

2.6.3.4. Percepção dos assentados com relação às tecnologias utilizadas

Corroborando os fatos acima expostos, foi realizada uma sondagem com os produtores rurais assentados, traduzida na elaboração de uma matriz denominada "Ranking de Matriz Direta", constante da técnica DRPE. Os resultados estão demonstrados na Tabela 10, e são discutidos a partir de uma lógica de mercado dos setores avaliados e também do conhecimento do autor sobre as culturas indicadas, com o auxílio de um engenheiro agrônomo.

A técnica consistiu em reunir um grupo de pessoas (do gênero masculino e feminino) com habilidades e resultados diferentes. Do grupo participante constavam assentados (homens e mulheres) com resultados financeiros positivos nas culturas praticadas; assentados (homens e mulheres) com prejuízos nas culturas praticadas; jovens estudantes da escola Família Agrícola de Campo Grande, totalizando um número de 54 (cinquenta e quatro) pessoas. O trabalho consistiu em discutir com os produtores as suas culturas agrícolas praticadas e as desejadas, criando critérios de avaliação sobre as mesmas, extraídos de pontos positivos e negativos, segundo a concepção deles. Os pontos negativos foram reescritos e transformados em pontos positivos, e a avaliação foi dada em número de ordem, da melhor para a pior nota, para cada critério em cada cultura ou item analisado, no caso sete (7) e um (1), respectivamente.

Essa técnica permitiu visualizar os desejos de se trabalhar com uma dada cultura e o grau de conhecimento técnico demonstrado pelos assentados sobre ela, bem como avaliar as informações sobre o ponto de vista técnico, do grau de necessidade de uma melhor assistência técnica e capacitação dos produtores. Ressalte-se que os trabalhos apresentam resultados indicativos da percepção dos fatos analisados para aquele grupo e naquele momento, podendo apresentar variações se realizado com o mesmo grupo em um outro momento ou com grupo diferente do primeiro. As diferenças apresentadas com relação ao tipo de atividade analisada, entre os assentados, levanta a questão do conhecimento tácito acumulado por alguns produtores, cuja experiência na lida do campo levou-o ao aprendizado não codificado, mas que apresenta resultados positivos, muito embora possam não ser os melhores para uma dada situação, em comparação com outros obtidos com outras técnicas ou com mais qualidade, mas é

satisfatório para eles. A interpretação dos resultados obtidos levou às constatações que seguem abaixo:

– PECUÁRIA DE LEITE

A pecuária de leite apresenta valores médios considerados baixos, de 2,5 litros/dia na estação seca e 4,5 litros/dia na estação chuvosa. Embora baixa, a produtividade obteve nota intermediária (5), considerada boa pelos produtores.

– SERICICULTURA

A sericicultura (criação do bicho-da-seda) ainda não é muito praticada no local, e muito embora já tenha conseguido contabilizar oito produtores, conta hoje com apenas três efetivos. A nota dada de produtividade foi baixa (2), fato que demonstra pouco conhecimento da atividade, já que a empresa exportadora é responsável pelo treinamento e acompanhamento da criação, em todas as etapas, justamente para evitar baixa produtividade. Além disso, o mercado de compra, que obteve nota (6) não reflete a realidade, pois a empresa compra a totalidade da produção em qualquer escala, já que essa é regulada pela quantia (em gramas) de matéria-prima (larvas) disponibilizadas ao produtor.

– PISCICULTURA

A piscicultura, cuja nota de produtividade é um (1) evidencia a falta de contato com esse tipo de criação, uma vez que a criação de peixes é reconhecidamente mais produtiva que a criação de bovinos, se considerado uma mesma área de produção para ambas. O que mais representa os resultados obtidos na construção dessa matriz é a vontade dos assentados em diversificar a produção e ao mesmo tempo a carência de capacitação para produzir mais e com mais qualidade. De acordo com a percepção coletiva desses assentados, as limitações estariam relacionadas com a ausência de assistência técnica efetiva e de disponibilidade de recursos financeiros.

Tabela 10–Ranking de Matriz Direta - Resultante do Diagnóstico Rural Participativo Emancipador - DRPE–no assentamento de Capão Bonito II, em Sidrolândia, MS.

CRITÉRIOS	PRODUTIVIDADE	PREÇO	MERCADO	CULTIVO FÁCIL	MENOS TRABALHO	CUSTODE PRODUÇÃO	RESISTÊNCIA A SECA	TOTAL DE PONTOS
ATIVIDADES								
MANDIOCA	7	1	2	4	6	7	7	34 / 1º
PECUÁRIA DE LEITE	5	3	7	7	3	1	4	30 / 2º
PEIXE	1	7	4	6	4	2	5	29 / 3º
MILHO	6	5	5	2	5	4	2	29 / 3º
CANA	3	1	1	5	7	6	6	29 / 3º
SERICICULTURA	2	6	6	3	2	3	3	25 / 4º
ARROZ	4	2	3	1	1	5	1	17 / 5º

Fonte: Reunião no PA Capão Bonito dia 07/agosto/2002 — Sidrolândia, MS.

O fato que se constatou na construção dessa matriz é a forma de disseminação de conhecimento acumulado pela comunidade. Na oportunidade em que externam suas dúvidas e certezas sobre uma dada atividade, fica claro que o saber tácito de um não é utilizado pelo outro, sendo inclusive motivo de controvérsia a forma de lidar com o tipo de cultura ou até se a mesma deve ser praticada. Ao saber acumulado pela experiência por um dado grupo, sob forma de conhecimento acumulado e de habilidades específicas, fruto de trabalho e experiências ao longo dos tempos, não é atribuído valor na comunidade. O sucesso é traduzido apenas na obtenção de recursos financeiros e técnicos trazidos de fora para dentro do assentamento.

2.6.3.5. Formas de obtenção de Renda Monetária

A família dos assentados procura produzir elementos que venham garantir sua subsistência dentro de sua parcela, mas também adquire parte de seu consumo fora dela, considerado como consumo e gastos extras. Para esse fim, procura realizar um trabalho excedente complementar para gerar renda monetária.

Pela falta de estrutura produtiva em algumas parcelas, pessoas da família (pai e filho) também costumam executar trabalhos acessórios, ou seja, para o complemento da renda familiar mensal, na condição de diaristas para outros lotes, dedicando-se a atividades de construção, limpeza de pastagens e plantio. A renda monetária familiar obtida com trabalho excedente e comercialização de produtos dos lotes é de pouco mais de um salário mínimo (R\$ 204,00), de acordo com as informações coletadas junto a um grupo de 165 famílias do assentamento Capão Bonito II (MDA/INCRA/IICA, 2002:41).

Essa prática não é usual pela dificuldade do parceiro em pagar em espécie os serviços de terceiros, ocorrendo, por vezes, a troca de serviços, muito embora não seja uma regra comum no relacionamento entre os parceiros, razão pela qual torna-se difícil a quantificação dessas famílias.

A estratégia básica de obtenção de renda agrícola ocorre, sobretudo, através da venda do leite *in natura*. Apenas uma pequena parte das unidades familiares procura agregar valor ao leite, beneficiando o produto e fabricando iogurtes e doces.

A venda de gado bovino para abate, em pequena escala, bem como o arrendamento de pastos para terceiros, aparecem como mais uma forma de renda monetária complementar. Algumas famílias também recorrem ao trabalho acessório, ou seja, à oferta de sua força de trabalho remunerada para as atividades de lotes vizinhos, como estratégia complementar de obtenção de renda.

A renda familiar obtida foi comparada com amostragem de consumo mensal da família, através da renda de consumo, sendo as duas compatíveis (MDA/INCRA/IICA,2002, op.cit.:41). Desse modo, os rendimentos obtidos a partir das parcelas, não é garantia de que a família possa viver com dignidade, ou sobreviver somente de seu trabalho com a terra. O trabalho realizado praticamente não lhe permite poupar ou obter excedente para colocar sob forma de reinvestimento em um circuito ampliado de produção e lucros.

Os poucos recursos financeiros e técnicos são apontados pelos assentados como sendo um dos principais motivos da baixa produção e produtividade verificada nos lotes. Entretanto, os próprios agentes financeiros e entidades de assistência técnica governamental, aos serem questionados, apontam falhas na aplicação correta dos recursos financeiros que chegam para os assentados, distribuídos sob a forma de projetos de custeios.

Em realidade, como se pôde observar, há fragilidade com relação à experiência anterior nas atividades rurais por parte de várias famílias. Por outro lado, também não se verificaram iniciativas concretas de cooperação entre as famílias do assentamento, como estratégia de desenvolvimento local.

As estratégias de produção coletiva não são praticadas em todo o assentamento, fato que compromete também a comercialização coletiva. A produção comercial do assentamento apresenta baixos índices de produtividade, enquanto os produtores enfrentam dificuldades com a falta de crédito e assistência técnica.

Na comunidade de Capão Bonito II é visível a deficiência na forma de organização produtiva, pois as famílias não costumam praticar nem mesmo a compra em comum do sal para o gado, cada qual preferindo ir até a cidade comprar o seu produto.

Essa forma de se relacionar com o mercado e com os vizinhos demonstra a individualidade que ainda se sobrepõe ao coletivo, com relação a cada família, no lugar de fortalecer as relações primárias necessárias dentro da comunidade, para se constituir um sistema interno de armazenamento e de mecanismos de acesso ao comércio externo do entorno.

No assentamento Capão Bonito II, a baixa produção e a falta de uma estrutura organizacional produtiva entre os produtores, como se pôde verificar, tem dificultado a criação de mecanismos de comercialização, gerando insegurança do assentado para produzir em escala comercial. Do mesmo modo, o comprador em potencial não vê garantias de atendimento da demanda existente, na escala esperada de produtos, tornando-se economicamente inviável a sua intermediação junto aos assentados.

Nesse sentido, continuam dependendo do assistencialismo do Estado. Durante um período de 18 meses (entre 2000-2001) os assentados de Capão Bonito II tiveram auxílio da Prefeitura Municipal de Sidrolândia para escoamento da produção até a cidade, visando a feira do produtor, segundo informações da assessoria do gabinete do Prefeito e do Senhor Olavo Braga, administrador local do mercado. Os produtores contaram com ônibus para transportes das pessoas e caminhão para os produtos. Ao findar a ajuda municipal, os produtores, que não fizeram uso da poupança e acumulação de bens e de capital de giro, não tiveram condições de continuarem a vender seus produtos na cidade, abandonando o mercado. Interessante salientar que a Feira do Produtor, atualmente, vem sendo de fato abastecido e operado pelos sitiantes (não assentados) do entorno da cidade.

Ainda que tenha havido iniciativa do Estado em aproximar os assentados em uma mesma área física, essa proximidade de unidades de produção familiar ainda não deu origem a externalidades que as economias de aglomeração geralmente oportunizam (MARSHALL, 1982). Portanto, o que se verifica, de um modo geral, são empreendimentos rurais operando como unidades físicas isoladas, sem levar o conjunto a uma especialização da área em uma dada forma de economia, distinguindo-a no conjunto regional do território, capaz de chamar atenção para atrair sobre si serviços e infraestrutura de apoio ao fornecimento, consumo e circulação de seus produtos.

2.6.4. ASSOCIATIVISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA

O canal de negociação das famílias assentadas com os poderes constituídos, é realizado, por orientação dos vários projetos programas governamentais e do próprio movimento de origem, através de associações ou sindicatos articulados com capacidade de mobilização e pressão política na abertura de canal de negociação para suas reivindicações.

A comunidade de Capão Bonito II não apresenta uma linha coesa de atuação política para o conjunto do assentamento, muito embora seja extremamente ativa na articulação política, ao seu modo e tempo, na relação com os poderes constituídos. Verifica-se, portanto, que a capacidade de articulação política também foi desenvolvida durante a trajetória das famílias no movimento social pela Reforma Agrária.

Pôde-se verificar que, para os assentados, a Associação é percebida coletivamente sobretudo como um veículo de reivindicação entre o grupo envolvido e os organismos governamentais e não governamentais. Através dela encaminha-se projetos visando obtenção de recursos financeiros.

Em pesquisa junto aos filiados, numa amostra de 36%,(445 pessoas, num universo de 1.209 pessoas) verificou-se que via de regra, a maioria desconhece os estatutos e normas de suas entidades, e mantém com seus dirigentes uma relação amistosa sem ser participativa.

Entretanto, os grupos familiares aliam-se de acordo com os interesses particulares e/ou comuns a todo o assentamento para buscar um benefício, ou a interesses de grupos específicos que possam resultar em ganhos naquele momento. Em função da tendência da cooperação e aliança estratégica ocorrer vinculada aos movimentos sociais de origem, emerge, via de regra, mais de uma associação dentro do assentamento, que pode perder sentido e desaparecer, inclusive, após a obtenção do bem ou recurso financeiro buscado.

Assim, com a área do assentamento dividida em cinco núcleos espacialmente localizados, essa divisão aparece como uma estratégia principalmente de

dois movimentos sociais (MST e FETAGRI) cada qual com seu grupo formado e agindo em separado.

Foi possível detectar a existência de pelo menos três correntes associativas dentro do assentamento, sendo duas associações e o sindicato dos trabalhadores rurais do município. É difícil conseguir na referida comunidade, segundo os entrevistados, uma atitude de consenso entre os moradores, a respeito de qualquer assunto, com um índice acima de 50% de concordância.

Grupos familiares que se sentem de alguma forma alijados do processo político, ou ainda, preterido pela entidade política formal, tendem a constituir uma nova associação, ou a buscarem novos aliados. Desse grupo fazem parte também aquelas famílias que adentraram os lotes através do processo de compra ou “retomada” (termo utilizado pelos moradores).

Todos os assentados deixaram muito claro que estão descontentes com a atuação dos mecanismos políticos do lugar, quer sejam as associações, quer sejam os sindicatos. Os argumentos utilizados foram que nunca ficam sabendo das reuniões em tempo hábil, e quando comparecem, presenciam discussões fúteis, fora da pauta, mal preparadas, de tal modo que quase nunca alcançam os objetivos propostos.

Além de freqüentes conflitos entre famílias de moradores, observou-se a falta de confiança das famílias entre si, para se estabelecer laços econômicos cooperativos. Diante dessas dificuldades, não aparecem projetos coletivos consistentes.

Por outro lado, a dificuldade não se deve exatamente à falta de um espírito político de participação por parte dos assentados, uma vez que os mesmos deram e dão mostras de efetivos participantes de suas organizações de origem. Falta ainda um espírito de confiança entre si, para que se possa construir elos sociais e econômicos estratégicos. A criação de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a efetiva participação de representantes locais dos assentamentos neste, representa um avanço nas relações institucionais com o poder municipal. Embora os recursos federais cheguem para comunidades assentadas independentemente de sua situação produtiva, a fragilidade das organizações locais ainda interfere como fator limitante na política de desenvolvimento e resolução dos problemas do assentamento.

As mulheres constituem o segmento mais aberto a ações cooperativas, ainda que sem formalizá-las. As mulheres demonstram estar mais sensibilizadas para a resolução de problemas sociais de forma cooperativa e em comunidade. Predominam nessas iniciativas os processos de aprendizagem coletiva. Pode-se destacar nesse sentido, a realização de cursos de aproveitamento de artesanato, frutas e legumes, como compotas de doces e salgados, bem como aproveitamento do potencial local para ervas medicinais.

2.6.5. PLURALIDADE RELIGIOSA

O conjunto de famílias assentadas expressam sua religiosidade de uma forma plural, ainda que com a predominância da religião católica. Dentre as denominações das religiões apontadas na pesquisa destacam-se, além da Católica que compõe o grupo majoritário, a Batista, Adventista, Assembléia de Deus, Deus é Amor e Quadrangular Evangélica, apontadas pelo universo da pesquisa em 10% das famílias (30 lotes) moradoras no local. Entretanto, não se observou qualquer sinal de conflito de natureza religiosa e não há reuniões de cunho proselitista (Figura 07).

Contudo, o que se verificou até o momento é que as três maiores organizações religiosas, as pentecostais, as evangélicas históricas e a católica, embora convivendo pacificamente, ainda não conseguiram traçar qualquer trabalho de natureza formativa, educativa ou ao menos ecumênica. Não há uma linha de diálogo formalizado, mesmo porque não se denota contato nem aproximação entre os grupos que ultrapassem aqueles feitos em ritos religiosos dentro do templos ou casas para reuniões.

No caso dos adeptos do catolicismo, que representam metade dos moradores locais, existe um galpão, onde acontecem as reuniões e cursos de catequese e missa da Igreja Católica. Além disso, os praticantes procuram comemorar o dia da padroeira do local, Nossa Senhora Aparecida, oportunidade na qual realizam festas e encontros religiosos, momentos que se transformam em situações de confraternização.

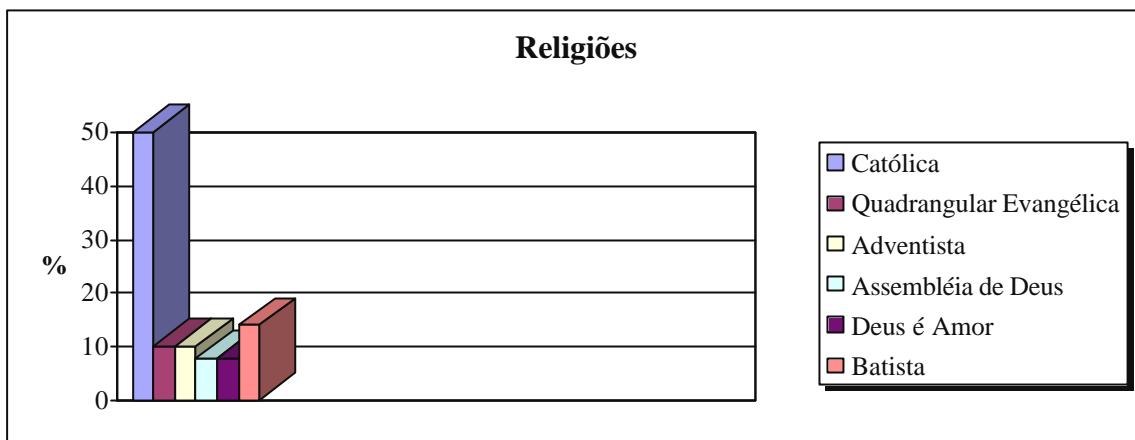


Figura 07 – Participação da população de Capão Bonito II nas diferentes religiões.

Em conversa com líderes locais, da qual participaram o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Capão Bonito II, dois líderes informais, uma agente local do Programa de Saúde da Família –PSF, a Diretora e uma professora da escola local, observou-se, no entanto, que os problemas percebidos no assentamento como aqueles que afetam a todos e que poderiam congregar esforços coletivos no sentido de combatê-los seriam o isolacionismo do assentamento, o alcoolismo e as drogas. Foi unânime a disposição desses membros do assentamento para formação de um trabalho conjunto e atuante voltado ao combate desses problemas, considerados por eles, os maiores da comunidade.

2.6.6. ENCONTROS COM FINS SOCIAIS E DE LAZER

O assentamento dispõe da infraestrutura na escola para atividades esportivas da comunidade e local de encontro ocasional dos integrantes do assentamento. A população feminina está mais aberta à organizações que propiciem aprendizagem coletiva (cursos de bordado, artesanato, por exemplo) ou que tenham finalidades sociais, como é o caso das monitoras que dão encaminhamento ao Projeto PETI –Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Governo Federal.

2.6.7. IMPORTÂNCIA DADA À ATUAÇÃO DE ENTIDADES EXTERNAS PELOS ASSENTADOS

No plano organizacional externo e no institucional, de acordo com a aplicação do Diagrama de Venn, as organizações classificadas pelos assentados como mais importantes, através de serviços prestados para a coletividade, são:

- INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
- BB Banco do Brasil;
- ARCOCENTRO Agência Regional de Comercialização de Sidrolândia;
- IDATERRA Instituto de Desenvolvimento Agrário de MS;
- FETAGRI Federação dos Trabalhadores na Agricultura;
- CMDR Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
- MST Movimento dos Sem Terra;
- STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

As prefeituras municipais e respectivas secretarias, empresas agroindustriais e de transporte, além das instituições religiosas também fazem parte da lista.

Nas relações com o entorno, econômico e institucional, pode-se verificar a existência de parcerias com empresas privadas que compram produtos de origem animal (leite), uma empresa de criação do bicho da seda, empresas de transporte de passageiros e demais órgãos governamentais. (Ver Diagrama de Venn - Figura 01).

Conforme Figura 01 (Diagrama de Venn), a empresa de telefonia foi citada pela comunidade como indiferente aos pedidos de instalação de telefones públicos (orelhão) ou fixos nas casas.

A Arcocentro (Agência Regional de Comercialização), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, escritório em Sidrolândia e responsável pela prática comercial dos produtos oriundos dos assentamentos da região, inclusive com a presença de dois funcionários do escritório na reunião, foi citado pela comunidade como desinteressado pelo assentamento Capão Bonito II, no que foi

contestada pelos representantes com alegação de pouca produção agrícola do local, o que dificulta a comercialização em larga escala.

2.6.7.1. Participação objetiva dos assentados em organizações externas

Os assentados estão objetivamente incluídos em diversas entidades relacionadas com suas organizações do Movimento dos “Sem Terra”, como Clube de Mães, Associações de Pequenos Produtores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Sem-Terra e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

As questões sociais e econômicas do assentamento são conduzidas, via de regra, através de distintas entidades, por grande parte das famílias que vieram desses movimentos sociais.

2.6. INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

2.7.1. REALIDADE EDUCACIONAL

2.7.1.1. Condições Físicas da Escola

A escola existente no assentamento desde 1997, é originada de uma extensão da escola Arany Barcelos – multisseriada.

Em agosto de 1999 através do Decreto-Lei 1014/99 foi criada a atual Escola Municipal Monteiro Lobato, responsável pelo desenvolvimento do Ensino Fundamental (1^a a 8^a Séries) no âmbito local, com 411 alunos.

A escola atende também crianças do assentamento Capão Bonito I e Jibóia, sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Sidrolândia, que fornece merenda, material didático e transporte escolar.

O prédio em que funciona a escola apresenta infraestrutura mínima para seu funcionamento, motivo pelo qual, a direção foi obrigada a repartir os alunos em dois grupos, abrigando apenas um deles.

Assim, o primeiro grupo, abrangendo as séries 1^a, 3^a, 4^a, 5^a e 7^a fica em aula no prédio da própria escola. Já o segundo grupo constituído de alunos da 2^a, 6^a e 8^a séries, por conterem menos alunos por sala foram destinados para casas construídas em madeira na sede da fazenda. Os alunos da 8^a série, entretanto, optaram pelo desconforto e permanecem em aula em uma sala em condições inadequadas, para favorecer outra turma (Tabela 09). Através das visitas locais, das reuniões com os moradores e contatos com os técnicos da Secretaria Municipal de Sidrolândia, foi possível comprovar a necessidade de melhoria da infraestrutura física da escola, reforma prevista e que deverá contemplar a construção de 2 (duas) salas de aula, ampliação do setor administrativo e reforma de 4 (quatro) salas de aula.

Tabela 11–Matrícula dos alunos por série e por idade - PA Capão Bonito II.

Idade	Creche	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
7		41	--	--	--	--	--	--	--
8		13	28	--	--	--	--	--	--
9		--	07	22	05	01	--	--	--
10		--	08	12	14	02	--	--	--
11		--	01	10	10	19	01	--	--
12		--	--	02	04	15	19	--	--
13		--	--	--	04	17	23	14	01
14		--	--	--	--	11	15	13	13
+ de 14		--	01	--	01	06	04	22	32
Total Série		54	45	46	38	71	62	49	46
Total Geral de alunos									411

Fonte: Escola Municipal Monteiro Lobato – PA Capão Bonito II, 2002.

2.7.1.2. Funcionamento e Rendimento Escolar

Praticamente todas as crianças e jovens freqüentam a escola com assiduidade, sendo conduzida até ela através do ônibus da Prefeitura Municipal. Faltam

principalmente quando chove ou quando algum ônibus quebra. Nesse caso, é necessário que um outro ônibus seja deslocado para buscar os alunos.

Verificou-se um alto índice de aprovação dos alunos (92%) e, boas condições de leitura e muito baixo índice de abandono (apenas 3 alunos no ano de 2002). O maior problema diz respeito ao número de transferências de alunos. Pelo que tudo indica, deve-se relacionar com o constante movimento das famílias em busca de um outro futuro, muitos até vendem seus lotes, embora não permitido, para se aventurem em outros assentamentos. (Figura 08).

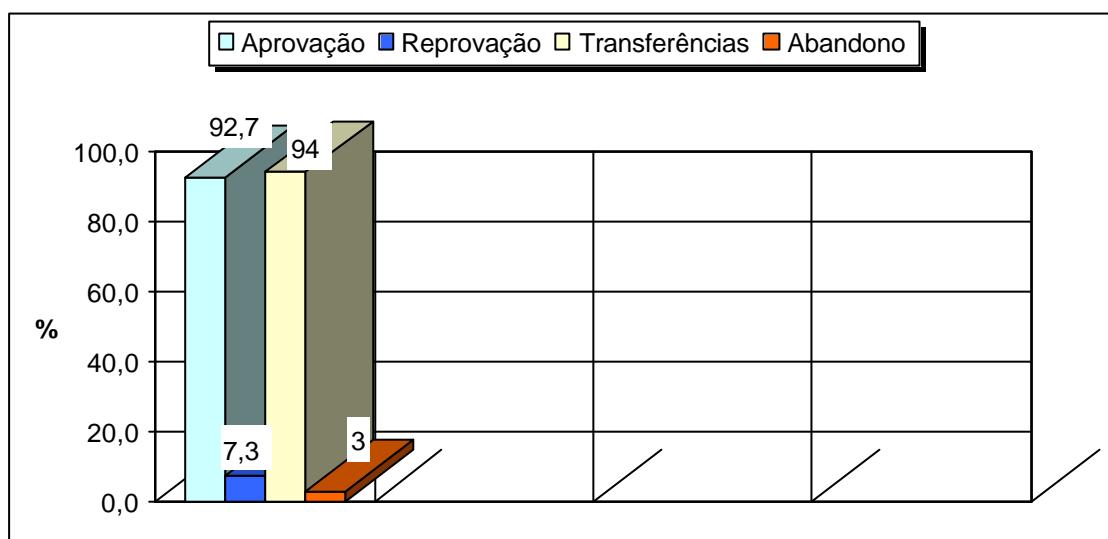


Figura 08 – Censo Escolar 2001 E.M. Monteiro Lobato – Capão Bonito II.

Fonte: E.M. Monteiro Lobato, 2002.

O diagnóstico realizado através da pesquisa de campo constatou, de acordo com a declaração dos entrevistados que, do total de pessoas assentadas, inclusive os agregados (moradores no local, mas que não possuem lotes), 33,33% sabem ler e não estudam; 58,20% sabem ler e estudam e 8,47% não sabem ler (Figura 09).

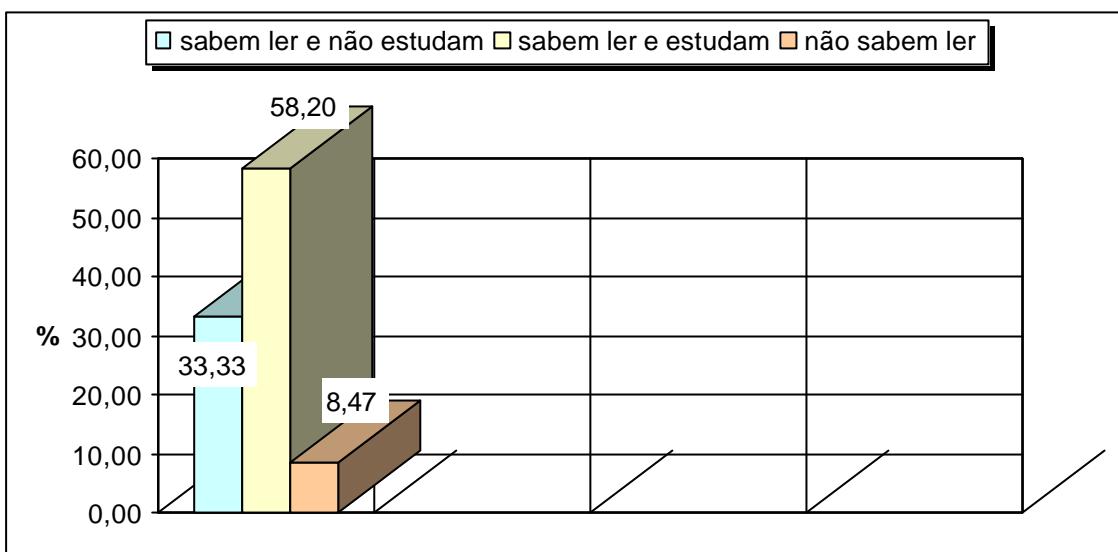


Figura 09 – Grau de instrução dos assentados de Capão Bonito II.

Fonte: MDA/INCRA/IICA, 2002.

Algumas ações aparecem como compromissos da Prefeitura Municipal, mediante reivindicações locais, para serem implementadas com vistas a promover melhorias quanti-qualitativas da escola. Dentre elas, destacam-se:

- Escolarização de adultos;
- Ensino profissionalizante na área rural.

A ocorrência de adultos analfabetos é visto pelos assentados como fator limitante para se dar andamento a projetos de desenvolvimento de novas técnicas ou adoção de novas tecnologias e modelos de produção.

2.7.1.3. Corpo docente

Há na comunidade 09 professores atendendo nos períodos matutino e vespertino. Desses, 07 moram no local. Dentre estes, apenas 03 são sitiantes e os demais são oriundos da cidade de Sidrolândia. Também residem no assentamento a diretora, a coordenadora e a secretária da escola. Os professores fazem contrato anual que pode ser ou não renovado, dependendo de um acordo entre as partes. De todo o efetivo, apenas 01 professora e a diretora são concursadas. O contrato deste ano para os demais encerra-se no final de 2002. Apenas 05 professores tem Magistério, e nenhum dos

professores tem o 3º grau completo. Todos, no momento estão fazendo o Curso de Formação de Professores nas férias, conhecido como Curso de Verão. Ele é oferecido pela Universidade Católica Dom Bosco e Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, ambas em Campo Grande. Três dos professores já estarão formados até julho de 2003 e os demais formam-se até janeiro de 2005.

2.7.2. SITUAÇÃO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

2.7.2.1. Situação das moradias

Considerando-se o universo populacional citado anteriormente e os dados pertinentes ao saneamento básico no referido assentamento, verificou-se que 85% das famílias residem em casas construídas com tijolos e sem reboco externo e interno. As construções de madeira representam o segundo tipo mais comum de habitação no assentamento, seguido por inexpressivos números de casas de taipa 0,95% e de material aproveitado 0,95%.

O abastecimento de água da totalidade das famílias ocorre por meio de poços ou de nascentes. O serviço público de abastecimento de água que saem de poços artesianos beneficia um pequeno número de famílias, constituindo 27%, aproximadamente, do total de assentados.

Em relação ao tratamento de água no domicílio constata-se que, 70% das famílias não dispensam nenhum tratamento à água que consomem. A filtração de água é adotada por aproximadamente 13,0% dos residentes no Assentamento. Os outros procedimentos de tratamento de água empregados pelas famílias são: fervura (2%) e cloração (15%), com hipoclorito em dose mínima, que é acrescentada no reservatório, sendo essa orientação dada pelos agentes de saúde do PSF (Programa de Saúde Familiar). Poucos usam filtro por não tê-lo ou por falta de interesse em adquiri-lo (Figura 10).

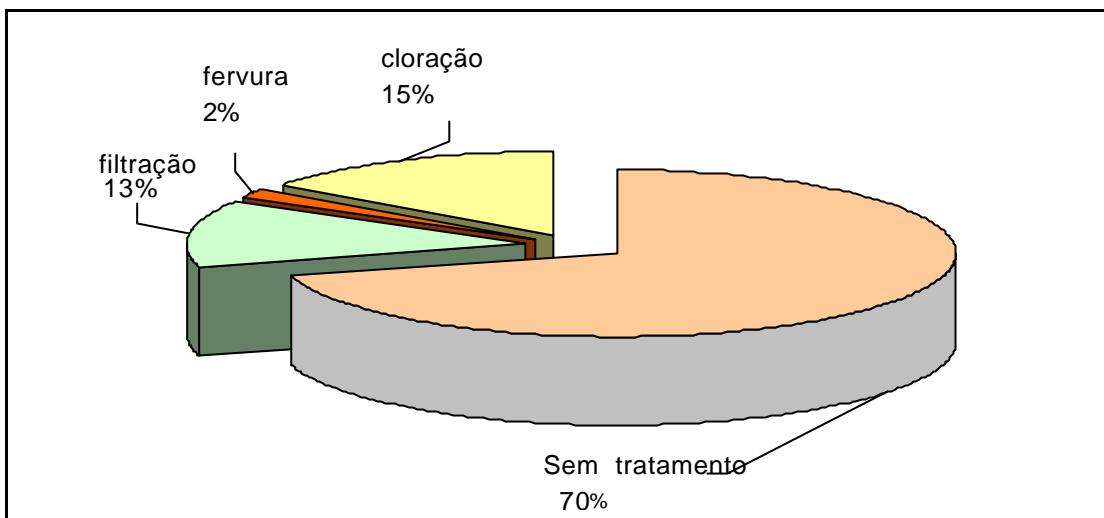


Figura 10 – Tratamento de água no domicílio – PA Capão Bonito II.

Fonte: MDA/INCRA/IICA – 2002.

A grande maioria (95%) das casas tem banheiro convencional em seu interior, dispondo de fossas sépticas para destinação final das fezes e urina.

Quanto ao destino do lixo, comprova-se através dos dados coletados que 92% do volume total é “queimado/enterrado” ficando o restante jogado a “céu aberto”.

Em relação ao abastecimento de energia elétrica, as informações coletadas junto aos moradores demonstram que 98% das famílias são beneficiárias do serviço.

2.7.2.2. Estado de Saúde dos assentados

A cada 20 crianças abaixo de dois anos, três apresentam quadro de desnutrição crônica, conforme informações das agentes de saúde do PSF(Programa de Saúde Familiar). Os motivos alegados pelas famílias é basicamente a falta de dinheiro.

Segundo informações das agentes de saúde, a desnutrição é causada principalmente pelo tipo de dieta alimentar. Os mesmos alegam sugerir sem sucesso na maioria das casas, o uso de hortaliças e legumes no incremento da alimentação, principalmente em função das crianças, bem como a criação de pequenos animais para consumo familiar.

A não existência de horta, seja comunitária ou familiar, cria um quadro preocupante de desnutrição gradativa que só tende a comprometer a saúde de grande parte dos moradores, sobretudo a das crianças. Há mandioca na maioria das casas, mas o consumo de carne é baixíssimo, em geral uma vez ao mês.

No ano de 2002 foram registrados casos de desnutrição infantil, atingindo uma média mensal de 18,75%, durante os meses de janeiro a julho, de crianças na faixa etária de 0 a 11 meses e 29 dias.

As famílias recebem em casa o Programa da Pastoral da Criança, com a multi mistura para o combate ao raquitismo e à desidratação. E o que ficou evidenciado pelas agentes de saúde é que, nas primeiras semanas, as famílias seguem rigorosamente as recomendações. Depois do 2º mês, a profilaxia cai no esquecimento

Não há registro de óbitos em decorrência de fatores endêmicos ou epidêmicos. Há indicativo de desnutrição, mas não de fome.

O relatório das próprias agentes de saúde que atuam na comunidade também aponta para disseminação de doenças em decorrência da contaminação da água. Há indícios de que foi feita uma perícia em 50 amostras de água, todas não potáveis, segundo os moradores, mas tudo o que se sabe são suspeitas e relatos dos assentados. O relatório de levantamento de dados do serviço de assistência é pontuado, mas não contabilizado. Por isso, não há registros de mortes por endemias.

A hospitalização de crianças não é muito freqüente e ocorre geralmente por incidência de doenças como pneumonia e desidratação. A internação dos adultos também é pouco freqüente e com baixos índices de ocorrências.

Também se notificou problemas relacionados com a falta de higiene. É alto o índice de pediculose, principalmente entre as crianças. A disseminação dá-se mais facilmente na escola, quando o contato facilita a transmissão. O que se convencionou chamar de “pano branco”(micose causada pelo fungo Pitiríasis versicolor) que são manchas brancas na pele, também é bastante alto entre as crianças.

Como problema efetivamente assustador que atinge todos destaca-se o alcoolismo, que na comunidade não é tratado nem como doença, nem como distúrbio. Para alguns, chega a ser lenitivo.

As principais doenças registradas, de acordo com o Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB, que acometem os moradores do assentamento, a partir da faixa etária de 15 anos e mais são: Hipertensão Arterial(HA); alcoolismo, diabete, epilepsia e a hanseníase evidenciadas na Figura 11. Os portadores de tais doenças recebem visitas periódicas dos Agentes Comunitários de Saúde numa proporção de 1,08% visita/mês, segundo informações das agentes de saúde que atuam no local (108 visitas/100 pessoas).

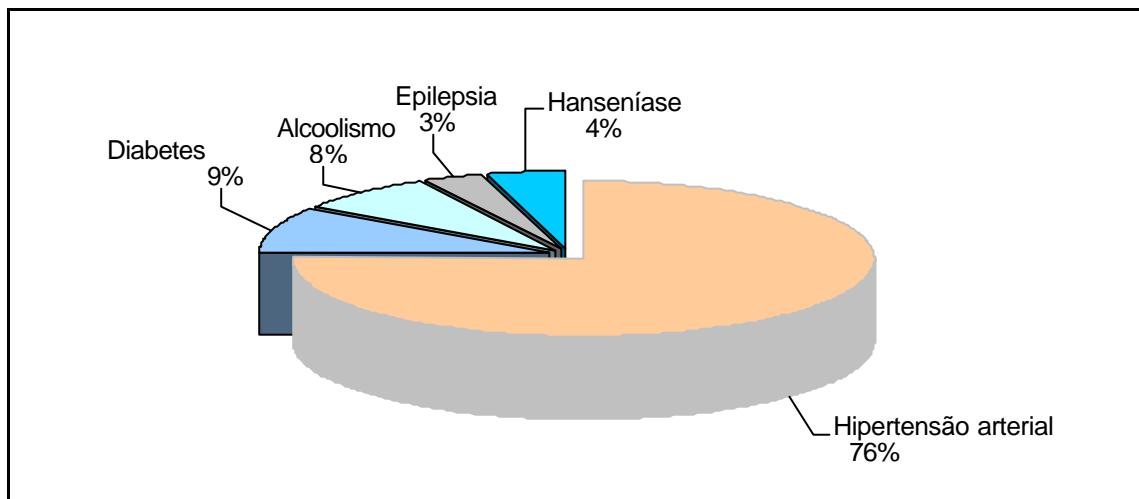


Figura 11 – Principais doenças registradas no PA Capão Bonito II – 2002.

Fonte: SIAB - Secretaria Municipal de Saúde de Sidrolândia, MS. Jan. a jul/2002.

Não há registros confiáveis quanto à incidência de cáries, mas em uma pesquisa por amostragem o indicativo é de que o número é algo em torno de 45% da população, sendo que este índice desce para 25% na faixa etária abaixo dos 25 anos e sobe para 58% na população acima de 50 anos, conforme dados das agentes de saúde do PSF que atendem no local.

Através dos dados do sistema acima mencionado, foi possível constatar a inexistência de registros, período de janeiro a julho de 2002, de óbitos de mulheres em

idade fértil (15 a 49 anos), e de crianças com até 01 ano de idade. Todas as gestantes do Projeto de Assentamento Capão Bonito II são cadastradas e passam por consulta pré-natal mensalmente.

2.7.2.3. Infraestrutura de Atendimento à Saúde

O Projeto de Assentamento em estudo dispõe dos serviços permanentes dos agentes comunitários de saúde, do Programa de Saúde Familiar – PSF, num total de 03 pessoas, todas mulheres, as quais residem nos próprio assentamento. O atendimento ao preventivo e pré-natal é feito regularmente. Não há casos de mortes em decorrência de parto. Os moradores do Assentamento Capão Bonito II dispõe dos serviços do posto de saúde localizado no assentamento vizinho - Capão Bonito I, sendo este responsável pelo atendimento da população de cinco assentamentos vizinhos.

As urgências médicas, os partos e outras demandas mais complexas são atendidas pelos equipamentos de saúde dos municípios de Sidrolândia ou encaminhados para a capital do Estado, Campo Grande.

Há medicamentos para os problemas mais comuns, como gripe, desidratação, diarréia e verminoses. Os casos mais graves envolvendo adultos dizem respeito ao diabetes, hipertensão e o alcoolismo. Este, constitui a situação de maior delicadeza no momento, e o mais grave é que já constatou-se o envolvimento de jovens que até pouco tempo mantinham-se distantes desse quadro.

As crianças da faixa etária de 0 a 2 anos também são, permanentemente, monitoradas pelos agentes que controlam, principalmente, o peso e a vacinação das mesmas. A vacinação das mesmas é acompanhada e mantida em dia pelas agentes de saúde, sendo realizada uma vez ao mês e quando convocados, todos comparecem. A grande maioria das crianças com idade entre 0 e 3 meses e 29 dias tem como alimentação exclusiva o leite materno.

2.7. PRINCIPAIS PROBLEMAS DO ASSENTAMENTO NA VISÃO DOS ASSENTADOS

Para conhecimento da realidade dos pequenos produtores assentados no Capão Bonito II, foi utilizada a técnica do Diagnóstico Rural Participativo Emancipador- DRPE, que permitiu, juntamente com a participação dos moradores locais, a identificação dos problemas e os meios que a comunidade pensa ser necessários para superá-los.

No desenho dos problemas e potencialidades com a comunidade do assentamento, a pauta das discussões sempre apontou para a união dos esforços, sob a perspectiva da organização social, justamente para buscar a solução em conjunto.

A comunidade entende e identifica seus problemas de relacionamentos internos, a pouca disposição para a prática do solidarismo e a falta de confiabilidade para trocas de saberes e trabalhos entre seus membros. Ao mesmo tempo entende também que é preciso se desamarrar dos laços e compromissos com os movimentos sociais vinculados ao processo de Reforma Agrária, ainda que esses tenham sido úteis na conquista do sonho da terra, e passarem a exercerem o papel de agricultores familiares, empreendedores do próprio negócio e condutores do seu destino.

Na fala dos líderes locais, presidentes e diretores das entidades existentes na comunidade, dois problemas são cruciais e respondem pela maior parte das queixas dos moradores do assentamento: a falta de crédito e uma melhor assistência técnica.

O fator crédito representa o fator primordial para que o local tenha como produzir, além de criar condições de moradia com um mínimo de conforto para a família. Os créditos específicos para a Reforma Agrária, a que os assentados tiveram acesso, tais como o PRONAF, PROCERA e Fundos Constitucionais – FCO, e outros programas estaduais de crédito e desenvolvimento rural, foram responsáveis pelos projetos executados até o momento, no assentamento. Houveram exceções de poucos lotes, principalmente dos antigos empregados da fazenda, que aplicaram ali os recursos que receberam de indenização trabalhista. O acesso ao crédito tem sido interpretado como condição sem a qual nenhum projeto de assentamento rural têm conseguido

resolver parte de seus problemas, que começa já na instalação das famílias, que ficam responsáveis pela construção das casas.

Dos problemas levantados, além destes já comentados, outros foram citados por prioridade durante os trabalhos de grupos realizados para construção de um projeto de desenvolvimento local na comunidade de Capão Bonito II.

- Inexistência de salas de aulas para escola agrícola de ensino fundamental e médio;
- Inexistência de cursos de capacitação em medicina natural;
- Inexistência de cursos capacitação em primeiros socorros;
- Ausência de salas de aulas e professores para escolarização de adultos;
- Inexistência de um centro de múltiplo uso;
- Ausência de um posto policial;
- Ausência de um posto dos correios;
- Inexistência de uma linha telefônica para ser ligada no posto policial;
- Inexistência de um ginásio poli-esportivo;
- Inexistência de um playground – parque;
- Inexistência de um campo de futebol com pista de atletismo.

Da mesma forma, também apontaram recursos que, na visão da comunidade podem representar uma solução aos problemas comuns para a coletividade. Entre os recursos citados, por ordem de prioridade, estão:

- Concretização do assentamento como bacia leiteira na economia regional;
- Recuperação e preservação dos rios e lagos existentes;
- Conservação e manejo da reserva natural.

2.8. PROBLEMAS FINANCEIROS E TÉCNICOS OBJETIVAMENTE CONSTATADOS NO ASSENTAMENTO

Os pequenos produtores de Capão Bonito II receberam sua parcela de crédito de implantação a que tinham direito. A modalidade é dividida em três formas diferentes: o crédito alimentação, destinado a suprir as necessidades alimentares da família até os primeiros resultados da produção; o crédito fomento, para aquisição de ferramentas, insumos e outros itens suficientes para dar início às atividades produtivas; o crédito habitação, destinado para a construção de moradia.

Esses recursos foram utilizados, mas os resultados em termos de bens de capital ou recursos excedentes para aplicação nos lotes não são percebidos, verificando-se que existem lotes que não executam atividades por falta de um mínimo de condição para se plantar ou criar um animal, sobrevivendo de aposentadorias ou ajuda de parentes.

Na realidade constatada da comunidade de Capão Bonito II verificou-se que a dívida da terra com o sistema financeiro (ainda em prazo de carência) aumenta de modo desproporcional à geração de renda produzida pelos assentados. O valor da terra acrescido dos créditos concedidos foram contabilizados e, no ano de 2002 os assentados foram beneficiados com um desconto que chegou a 70% e dilatação do prazo para pagamento da dívida em quinze anos.

A ausência de planos de gestão financeira da família de agricultores assentados é um dos problemas para a acumulação de capital, já que essa prática, a de poupar e capitalizar, não é usual entre os moradores locais, que trabalham em um horizonte não muito bem definido, chegando alguns, inclusive, a declarar sua vontade de deixar o local em busca de outro assentamento ou mesmo outro acampamento, pela falta de perspectiva, segundo eles próprios, com o desenvolvimento do local.

Os pequenos produtores do assentamento Capão Bonito II, desde sua instalação nos lotes, no ano de 1997, tiveram assistência técnica realizada pelo escritório local da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – EMPAER, hoje extinta e substituída pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário e

Extensão Rural – IDATERRA, que mantém um escritório com dois técnicos, um agrônomo e uma assistente social no local, em período integral.

Os serviços prestados aos produtores sempre foram restritos à elaboração de projetos de custeios da produção de culturas diversas, muitas das quais os produtores não detinham o conhecimento exigido para o manejo correto da atividade.

A assistência técnica desempenha, sem dúvida, importante papel no desenvolvimento de projetos dentro dos assentamentos rurais. A atuação de técnicos dentro do assentamento resulta da interação deste com os produtores e, na maioria dos casos, existe identificação entre eles quando os técnicos são participantes de movimentos sociais.

Entretanto, as relações dos técnicos e assentados limitam-se à estrita prestação de serviços na elaboração de projetos de créditos de custeios para produção, em geral não articulado num projeto de desenvolvimento local do assentamento.

Ainda mais longe está a compreensão de que a adoção de um modelo de gestão compartilhada com planejamento voltado para desenvolvimento da comunidade é uma ferramenta útil e essencial para execução de um projeto de desenvolvimento local e na manutenção da esperança de uma melhor qualidade de vida.

CAPÍTULO III

CONDICIONANTES INTERVENIENTES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Neste último capítulo, a preocupação foi a de apreender os significados dos dados coletados e agrupados no capítulo anterior, através de sua articulação e interpretação dos mesmos à luz do referencial teórico, numa abordagem sistêmica.

Nesse sentido, buscou-se compreender as condições que potencializam ou limitam o desenvolvimento de Capão Bonito II, tanto aquelas de origem interna, como externa ao assentamento.

3.1 CONDIÇÕES DISPONIBILIZADAS PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Sampaio Jr. (1999), observa que durante décadas em que se produziu a modernização acelerada da agricultura, esta veio acompanhada de elevado crescimento da indústria, mantendo a continuidade da pobreza no campo e de um processo acelerado de urbanização que generalizou o problema do subemprego para as grandes metrópoles do País, (até meados do século XX o trabalho em atividades de baixíssima produtividade era uma realidade basicamente rural).

O movimento sistemático das organizações sociais que iniciaram o processo que permitiu essa reforma, exerceu e ainda exerce força de grande peso no acesso à terra e organização dos assentamentos, pressionando o sistema governamental e a sociedade para que a reforma Agrária ocorra e os assentamentos se consolidem. Assim, não resta dúvida de que o Brasil, sem contar com a participação e pressão de movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entre outros tantos com igual importância e participação, não teria recomeçado a discussão sobre Reforma Agrária, como aconteceu no ano de 1993, nem tampouco haveria o aprofundamento na busca de uma política

diferenciada voltada para o estabelecimento da agricultura familiar eficiente na ocupação de espaços rurais (GUANZIROLI,1999: p.15).

3.1.1. O ACESSO À TERRA.

Uma primeira condição de desenvolvimento humano dada pelos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária tem sido o acesso à terra, uma condição de forte significado na percepção dos segmentos envolvidos, ligada ao atendimento de suas necessidades humanas. Conforme se pôde constatar no assentamento de Capão Bonito II, muito mais que a renda auferida, o acesso à parcela de terra dentro do assentamento, tem aparecido como uma forma de bem material que atua como um satisfator humano, interpretado por Elizalde (2002:45-49) como uma forma histórica e cultural, através da qual o indivíduo consegue atender a algumas necessidades humanas básicas, nesse caso, interpretado como as necessidades de subsistência, proteção e liberdade. O acesso à terra para o assentado, significa, antes de mais nada, o fim da submissão ao patronato na fazenda, da exploração do trabalho ou do desemprego ou subemprego na cidade.

3.1.2. FLUXO CIDADE-CAMPO

Uma segunda condição dada por esses movimentos sociais, tem sido sua capacidade de ajudar a reverter o sentido do fluxo campo x cidade, predominante nas fases iniciais de industrialização brasileira até os anos 80. Esses movimentos, de certa forma, vêm contribuindo para que se constitua, no lugar do “vazio rural”, manchas de concentração de unidades familiares, que se bem conduzidas, podem constituir pelo fenômeno da proximidade, uma potencialidade para novas formas de especialização econômica no campo. Para Marshall (1982), a concentração em si já é um fenômeno favorável nesse sentido, podendo se aperfeiçoar se a concentração em um dado setor da economia evoluir para uma forma de organização interna. Esses movimentos vem contribuindo até mesmo para que jovens que já estavam à caminho da cidade, abandonando o campo, retornem para a atividade no meio rural, trazendo outra condição que é a de rejuvenescer a população que vive no campo. Essa ação desperta e possibilita uma sinergia positiva para o desenvolvimento social do país, principalmente quando se

percebe que em outros lugares ocorre o contrário, ou seja, o envelhecimento da população rural (ABRAMOVAY, 1997 apud GUANZIROLI, 1999, op. cit.). No caso de Capão Bonito, como se pôde constatar, a população de 0 a 14 anos representa 37,7%, mas quando somada à faixa de até 19 anos, esse montante chega a 48,1%, o que demonstra essa nova condição da população rural dada pelo movimento.

3.1.3. FORTALECIMENTO DA PROPRIEDADE FAMILIAR

Uma outra condição dada pelos movimentos sociais na luta pela terra, tem sido o fortalecimento da produção familiar no campo, caracterizada como a pequena produção. A agricultura familiar tem sido um padrão de economia capaz de reconstituir novamente a família, que vinha se desagregando nas economias capitalistas urbanas.

Assim, o trabalho familiar na pequena produção rural tem demonstrado potencialidade para absorver segmentos sociais considerados, até certo ponto, descartados para os empregos formais urbanos, como mulheres pouco escolarizadas, idosos e mesmo os jovens.

Esse processo foi fortalecido (ABRAMOVAY, 2001 apud ABRAMOVAY, 2002:234) com a implantação do PRONAF, que estimulou o surgimento de comissões municipais de desenvolvimento rural que, em alguns Estados estão presentes em quase todos os municípios.

3.1.4. NA CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO

A participação nos movimentos sociais, pela sua duração, incluindo etapas de luta e moradia coletiva sob forma de “acampados”, uma forma de agregação e compartilhamento na luta pela sobrevivência e libertação das condições de vida anteriores, acaba dando origem a elos significativos entre o assentado e o movimento.

Ocorre que esses movimentos, pela sua forma de origem e trajetória, foram ganhando características peculiares, inclusive ideológicas. O termo “sem terra” ganhou conotação específica no Brasil, com base nos movimentos organizados para a deflagração do processo de Reforma Agrária. “Sem Terra” tornou-se nome próprio,

atribuído aos trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade. Tornou-se, para os adeptos do movimento, sinal do resgate da dignidade de trabalhadores, que ia conquistando esse “status” na medida em que ia optando por aderir ao movimento, criando uma identidade: sou Sem Terra (MST, 2002:1).

Desse modo, o que se pôde verificar na área de pesquisa, é que a tendência dentro do assentamento, no momento de sua formação, é a da aglutinação das famílias por origem de movimento. Sendo assim, uma outra condição dada por esses movimentos sociais é o da família dentro do assentamento trazer consigo uma rede de aliados, que não termina com o processo da posse. O assentado continua adepto do movimento, no sentido de apoiar aqueles que ainda não acessaram a sua parcela de terra, ao mesmo tempo em que recebe dele apoio para novas reivindicações dentro do assentamento. Sendo assim, mesmo que as relações sociais entre os assentados, ainda não tenham sido suficientes para gerar processos de cooperação solidária no conjunto do assentamento, parte das conquistas também se deve às forças dos elos mantidos com seus movimentos de origem.

Segundo dados fornecidos pelo site do MST (2002:2-4), os assentados que se originaram desse movimento a contar com seu apoio já conquistaram, no Brasil, cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA); 32 Cooperativas de Prestação de Serviços; 02 Cooperativas Regionais de Comercialização e 03 Cooperativas de Crédito: 96 pequenas e médias indústrias. Tais empreendimentos estariam atendendo a assentamentos de cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.

As conquistas, com apoio dos movimentos de pressão junto ao Estado e organismos internacionais, também tem-se dado na oferta de escolas e serviços educacionais específicos, como a alfabetização de jovens e adultos em assentamentos, ou a de capacitação de professores em cursos superiores de Pedagogia e Magistérios, feitos em módulos. Através do apoio dessas redes de aliados, os assentados também vêm conquistando cursos de capacitação técnica dentro do assentamento.

O que fica evidenciado é que, ao mesmo tempo em que as pressões sociais dos movimentos induzem o governo a realizar investimentos no assentamento, outras necessidades aparecem, como a falta de estradas, de energia, de escolas e de insumos para se trabalhar a terra. Desse modo, os movimentos sociais vão se transformando, não só em forma de organização e luta dos “sem terra”, como também daqueles “com terra”.

3.2 CONDIÇÕES GERADAS PELO ESTADO

Considerado o principal foco de pressão dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária, o Estado nacional assume o papel de agenciador no processo de desapropriação de terras consideradas improdutivas, organizador dos projetos de assentamento, principal provedor de serviços de infraestrutura física, de serviços e de acesso ao crédito.

Assim, depois de proporcionar o acesso à terra, o Estado, sob pressão de demandas que são equacionadas ou se arrastam ao longo dos tempos, acaba tendo a responsabilidade do restante, ou seja, a manutenção das condições mínimas de vida dos novos assentados, na oferta de crédito e infraestrutura física e de serviços.

Assim, nos anos 90, com o desemprego em ritmo acelerado nos setores urbano e rural, a necessidade de uma modificação nas políticas que dessem rumos para a manutenção do homem no campo, gerando renda e maior número de empregos, foram fortalecidas e ganharam apoio da sociedade brasileira (BITTENCOURT et all, 1999:6). Essa nova visão fortaleceu o pensamento de que para assentar famílias no meio rural é preciso garantir meios de sobrevivência, possibilitar créditos e ferramentas para o trabalho, subsidiar a produção inicial e fazer isso de modo que o meio ambiente seja conservado e garanta a sustentabilidade do capital natural explorado.

Ao acionar os organismos internacionais de investimentos e fomentos para projetos dessa natureza, estes passam a exigir a questão ambiental como um dos pilares de projetos de desenvolvimento sustentável para comunidades rurais, tradicionais ou assentadas. Por outro lado, as pressões sociais exercidas pela sociedade civil organizada, principalmente o conselho municipal de desenvolvimento rural, supõe e ao mesmo estimula que os recursos financeiros do Governo Federal voltem-se para o objetivo de

ampliar a quantidade de agricultores familiares beneficiados pelo crédito rural (ABRAMOVAY, 2002:232-234).

3.2.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS

A infraestrutura de transporte e comunicação tem sido uma das condições importantes para o seu desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial (apud BENITEZ, 1999: 277):

Como a infraestrutura é a parte do capital global das economias regionais e nacionais que, devido a seu caráter público, normalmente não é administrada pelo mercado e sim politicamente, isso reforça sua importância, pois representa um instrumento direto da política pública, principalmente quando favorece, com sua administração, o ataque a disparidades regionais de desenvolvimento.

O isolamento dessas pequenas concentrações tem sido um dos maiores problemas enfrentados por esses novos moradores do campo.

De forma direta, a infraestrutura, por intermédio de certos serviços públicos, também é considerada como bem final, pois pode melhorar o bem-estar e a qualidade de vida daqueles que a consomem. De forma indireta, a infraestrutura também afeta o bem-estar e as atividades e processos produtivos por meio de sua característica de bem público intermediário, que afeta a atividade econômica (com reflexos na produção e no emprego), e pelas vantagens que oferece aos indivíduos e empresas quando estes consideram suas decisões de localização (BENITEZ, 1999: 282).

Uma das funções básicas dessa infraestrutura tem sido o acesso dos assentados aos mercados e serviços oferecidos pelos centros urbanos.

Com relação ao acesso de mercado, a acessibilidade e as condições de tráfego significam redução dos custos de transportes, com efeito sobre o preço de venda dos produtos exportados.

No caso de Capão Bonito II, como se pôde demonstrar no capítulo II, a rodovia que permite o melhor acesso à Sidrolândia é estadual, existente antes mesmo do assentamento. Por outro lado, não constitui forma única de ligação rodoviária do assentamento com outros municípios do Estado. Do ponto de vista da localização em relação à rede viária implantada, considerando-se inclusive as rodovias não

pavimentadas, Capão Bonito II encontra-se em uma posição relativamente estratégica dentro do Estado (vide mapas no anexo), com potencialidade para o acesso a vários mercados, incluindo Campo Grande, distante 98 quilômetros. Para que essa potencialidade pudesse emergir como força, os assentados dependeriam, em parte, da pavimentação das outras vias. Nesse caso, obter-se-ia, pelo menos em tese, acessibilidade e maior capacidade de carga para os produtos transportados. Nesse caso, pode-se amparar em afirmações dadas também pelo Banco Mundial sobre a infraestrutura como condição de desenvolvimento (apud BENITEZ, 1999: 277):

A infraestrutura pode proporcionar grandes benefícios em termos de crescimento econômico, mitigação da pobreza e sustentabilidade ambiental, mas só quando presta serviços que atendem à demanda efetiva com eficiência.

Já as comunicações desses moradores com as áreas externas são realizadas basicamente através do rádio, televisão, e posto telefônico, além do celular, existindo um computador na escola sem Internet pela falta de linha telefônica.

Cabe aqui ressaltar que as infraestruturas existentes em comunicações serão consideradas de forma pontual, pois a oferta e os serviços são definidos pela demanda da população, e não em função da dimensão da região. (BENITEZ, 1999: 286).

Com exceção da televisão e rádio, a demanda por telefone e Internet ainda tem sido relativamente diminuta e quando ocorre, apenas pontual, não sendo suficiente para atrair redes consolidadas, ao ponto das informações circuladas entre o local e outras escalas do território (regional, nacional e internacional) geradas por esse meio transformarem-se em uma condição de desenvolvimento.

Entre os serviços básicos de atendimento social, educação e saúde, reivindicados, como se verificou por essa pesquisa, vem sendo oferecidos pelo Estado, em suas várias instâncias de responsabilidade, ainda que não possam ser comparáveis àqueles que parte dos assentados chegaram a usufruir em sua vida anterior na cidade.

Pelo que se pôde contatar pelos dados gerados, os serviços apresentados contribuem para dotar as famílias (crianças, jovens e adultos) de escolaridade apenas no nível do Ensino Fundamental. Os serviços sanitários tem sido aqueles de caráter curativo, pouco contribuindo ainda para a prevenção dessas famílias na garantia de seu

estado de saúde e bem - estar. Entretanto, essa infra-estrutura de serviços sociais pode se transformar em potencialidade de desenvolvimento local, na medida em que, a sua existência como materialidade física e institucional possa ser conduzida de forma complementar para exercer papéis sociais relevantes, tais como a formação do capital social e humano. Esses organismos podem atuar no papel de formadores e educadores para o desenvolvimento cultural, social, político e sanitário.

3.3 CONDIÇÕES OFERECIDAS PELO MERCADO

O dinamismo do mercado do entorno para determinados produtos acabam definindo as produções excedentes das parcelas do assentamento rural (BITTENCOURT et alii, 1998:20-23). Segundo Rivero (2001:37) a implementação de assentamento humanos por si só não significa a permanência das pessoas no local nem seu desenvolvimento, sendo necessário uma infraestrutura voltada para uma produção excedente, que permita a sua existência, um processo que se relaciona com as condições de mercado das regiões do entorno. O mercado comprador, que opera com as regras de oferta e demanda, estabelece condições de comercialização de safras e de tipos de produtos, com as quais o agricultor precisa estar em contato para se manter competitivo, muitas vezes, exigindo a melhoria do produto e a capacitação técnica para esse fim.

O dinamismo econômico local depende em parte, da acessibilidade ao mercado, assim pode-se obter o maior desenvolvimento do assentamento pela proximidade destes com municípios e mercados locais (BITTENCOURT et alii, 1998, op.cit.:21). São essas condições que explicam a produção de leite, responsável pela renda efetiva do assentamento, e também da indústria do bicho-da-seda, que fornece a matéria-prima e treinamento com assistência técnica, assim como da preocupação dos assentados no sentido da melhoria dessas atividades e produtos.

3.4 CONDIÇÕES HERDADAS: O CAPITAL NATURAL E CULTURAL

Para Boisier (1998), o capital natural é constituído pelo estoque de recursos naturais, assim como de serviços ambientais (ciclos climáticos por exemplo) de qualquer território. Já o capital cultural, para o mesmo autor constitui-se do acervo de

tradições, mitos e crenças, linguagem, relações sociais, modos de produção e produtos (materiais e imateriais). Como parte dos assentados têm origens externas ao assentamento, as condições herdadas não são apenas aquelas do local, mas também aquelas herdadas por esses novos atores recém-chegados.

3.4.1 CONDIÇÕES HERDADAS DO LOCAL

O assentamento originou-se de uma nova proposta de organização social, a do assentamento rural, sobre uma ordem tradicional, a da fazenda latifundiária. Desse modo, herdou não somente as condições naturais, como também aquelas socialmente construídas pelas práticas anteriores da fazenda Capão Bonito.

3.4.1.1 Condições herdadas do meio natural: o capital natural

Como se pôde verificar pelos dados da pesquisa, as condições naturais herdadas constituem recursos potencializáveis para as práticas agrícolas, tanto do ponto de vista do relevo, solos, da presença de água, do clima, como da vegetação.

Os latossolos, que representam 70,37% do total são agricultáveis, considerados os melhores da região nesse sentido. E estão, como se pôde constatar, compondo um terreno de topografia ondulada, sem declividade acentuada, portanto, não só favorável à mecanização, como pouco expostos a processos erosivos.

A disponibilidade de água, como foi demonstrado, apresenta-se como um recurso importante para a prática econômica e consumo doméstico.

O assentamento também herdou manchas de vegetação natural, sob forma de reserva legal e área de preservação permanente, sobre um total de 8.231,4968 hectares, sendo que 1.934 hectares transformada em reserva em condomínio. Pelas suas características, essas áreas de cerrado, floresta estacional, assim como as áreas de tensão ecológica, significam localmente riqueza em biodiversidade, tanto do ponto de vista florístico como da fauna ainda existente.

3.4.1.2 Condições herdadas do meio construído: capital cultural local

Pôde-se verificar através das descrições apresentadas no capítulo anterior, que as condições naturais já sofreram processos de alteração pelo uso social, em práticas relacionadas com modelos anteriores de organização regional, especialmente aquelas da fazenda Capão Bonito. A fazenda, como localização dentro da região herdou uma posição favorável em relação aos meios de transportes, garantindo-lhe o fácil acesso não só à sede municipal, como à capital do Estado. Portanto, a localização favorável é fruto de uma situação criada pela dinâmica sócio-econômica e política da região, já descrita no seu processo de formação histórica.

Por outro lado, as práticas utilizadas anteriormente, surgidas em outro contexto social, deram origem a uma cultura econômica local integrada à região, a da pecuária extensiva, que aparece como forte condicionante na determinação das práticas atuais do assentamento. Como se pôde constatar pelos dados da pesquisa, a pecuária no assentamento hoje, é responsável por 52.43% do uso da terra do conjunto das parcelas e a agricultura apenas 33,01%.

Entretanto, o modelo de economia anterior, baseou-se em uma relação entre os moradores e os recursos naturais disponíveis, que respondiam pelas práticas usuais, ou seja, culturais da época, condicionadas por uma consciência coletiva anterior, de que os recursos naturais eram abundantes e infinitos e que poderiam ser utilizados até o seus limites. A consciência conservadora e preservadora do ambiente no Brasil, tem sido considerada pelos vários estudiosos como originária dos movimentos relacionados ao relatório Brundtland e a Eco-92. Ela não atingia, portanto, os atores de práticas anteriores, motivo que explica a deterioração de muitos dos recursos naturais do atual assentamento, como condição herdada.

A degradação, especialmente a dos solos e dos recursos hídricos, considerados fundamentais para a sobrevivência das famílias de assentados, é uma condição que representa custos de várias naturezas (de trabalho, financeiro, por exemplo) para essa nova geração de ocupantes do espaço do assentamento.

3.5 CONDIÇÕES HERDADAS DOS ASSENTADOS

Os assentados, conforme se pode constatar, dadas as suas origens ligadas a diferentes territórios e a diferentes movimentos sociais na luta pela terra, trazem consigo uma pluralidade de condições herdadas, que devem ser consideradas nesse conjunto de condicionantes, tanto como potenciais como limitantes do processo de desenvolvimento local.

3.5.1 Condições relacionadas com os territórios de origem

Conhecimento Tácito

De um lado, pode-se considerar em que medida as vivências em outros contextos sociais dados pelo antigo território, contribuem sob forma de recursos humanos (capital humano), em termos de experiência para se inserir no projeto de assentamento agrário. Nesse caso, mais do que a escolaridade, que está relacionada ao conhecimento codificado genérico, o conhecimento empírico, ou seja, o “saber fazer” é considerado a condicionante básica para operacionalizar o modelo projetado pelo INCRA.

Como se pôde verificar, poder-se-ia identificar dois tipos de heranças: aquelas relacionadas com práticas rurais e aquelas relacionadas com práticas urbanas. As experiências dos ex-trabalhadores rurais, como se apontou antes, aparecem, nesse caso, como potencializadoras do projeto, do ponto de vista produtivo.

Já as heranças de práticas urbanas aparecem como limitantes a esse processo, mas por outro lado, trazem consigo, outras formas de potencialidade a serem melhor desvendadas dentro do assentamento, seja para a organização da circulação e do comércio, assim como dos serviços ou de formas de gestão econômica do assentamento.

Organização do Trabalho Familiar

As famílias, em função de sua origem, urbana ou rural, também trazem diferenças com relação à organização do trabalho familiar, em função de sua atual

constituição. Na divisão do trabalho familiar, por papel que cada elemento exerce nesse tipo de organização, as famílias de origem rural apresentam-se mais completas, porque as famílias não passaram pelos mesmos processos de desagregação conhecidos pelas famílias de ex-trabalhadores urbanos.

As famílias de origem urbana nem sempre chegam ao assentamento com todos os filhos solteiros. Isso pode ser evidenciado pela fraca presença de jovens de 14 a 19 anos no assentamento (10,9%), e também pela baixa média de componentes das famílias nucleares ali assentadas (3,1 pessoas), mais baixa que a média geral do Brasil (3,4) segundo o censo IBGE de 2000.

A população e a faixa etária como recurso de mão de obra ativa do assentamento é sobretudo adulta, como se pode constatar anteriormente. Ocorre que as mulheres, sobretudo, as de área urbana não trazem a herança dos trabalhos agrícolas, dedicando-se muito mais aos trabalhos domésticos. É nesse sentido que apresentam um tempo relativamente ocioso, buscando ocupá-lo com atividades artesanais ou relacionados com a comunidade, abrindo frentes para a cooperação inter-familiar.

Nesse conjunto, as mulheres tem-se mostrado mais abertas tanto aos relacionamentos com os pares de outros grupos, bem como aos novos processos de aprendizagem em relação a produção artesanal e mesmo semi-industrial, através de práticas comunitárias, condicionante comprovada, mas cuja causa não foi possível de ser estabelecida nessa pesquisa.

O desafio enfrentado pela maior parte das pequenas unidades produtivas familiares é, segundo Fonseca (2001):

(...) superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa escolaridade e, por vezes, alto índice de analfabetismo.

3.5.2 Condições herdadas dos movimentos de origem

Em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, o que se pode verificar como condicionante é a capacidade política dos assentados para se organizar e

se articular dentro do próprio movimento, no sentido de reivindicar necessidades do movimento e mesmo do assentamento ao Estado. As relações externas desses assentados se dá principalmente com relação aos seus movimentos de origem. Por outro lado, os assentados demonstram, conforme já foi apontado, não só uma forte identidade com seu movimento de origem, como também auto-estima por ter sido um ator dessa trajetória do movimento.

Entretanto, como o assentamento envolve indivíduos de diferentes movimentos sociais, esses condicionantes potencializam apenas pequenos grupos. Cada grupo não só discrimina os componentes dos outros movimentos, como aqueles que não fizeram parte dos movimentos. Desse modo, os grupos identitários são bem articulados apenas dentro de si mesmos.

CONCLUSÃO

Os assentamentos rurais, em nível nacional, como se pôde constatar, constituem um dos elementos da Reforma Agrária, criados como resposta aos movimentos sociais na luta pelo acesso à terra, considerados suporte físico para garantir a integridade da vida familiar.

O reassentamento das famílias na área rural emergiu como uma via de solução para as desigualdades econômicas e injustiça social, num momento de profunda crise econômica e social nacional, sob a condição de um mundo globalizado. O forte contingente de população rural lançado abruptamente para as cidades, entre 1950 e 1980, num contexto de industrialização nacional, tinha ocorrido sob um modelo que privilegiou o crescimento econômico e a concentração de renda. Por outro lado, a desterritorialidade desse contingente rural disponível para o emprego na cidade, nem sempre significou a territorialidade urbana. A propriedade da terra pelas famílias, que se juntaram aos movimentos, numa trajetória de alguns anos de luta, passou a significar meio de sobrevivência familiar e a própria liberdade.

Os movimentos sociais da Reforma Agrária trazem em si, ao menos para as famílias de Capão Bonito II, a convicção de que o acesso à terra pelo trabalho familiar garante as necessidades de subsistência, proteção e liberdade. Significa o fim da submissão ao patronato na fazenda, da exploração do trabalho, do desemprego e subemprego na cidade. Pôde-se verificar ainda que os movimentos sociais exerceram e ainda exercem peso significativo nos destinos dos assentamentos rurais. Os assentados não perdem os vínculos tão cedo com o movimento de origem. Agrupam-se inicialmente dentro do assentamento, em torno dessas forças de cooperação, ou seja, dos movimentos sociais na luta pela terra dos quais se origina. Entretanto, esses mesmos movimentos que têm força para agregar grupos dentro dos assentamentos, também podem proporcionar a segregação social interna. A vinculação das famílias assentadas com as organizações que deram origem aos movimentos ainda continua.

O Estado também desempenha papel importante na origem e concretização desses assentamentos dentro de Mato Grosso do Sul. No assentamento de Capão Bonito II, como se pôde verificar, esse papel foi não só o de definir e institucionalizar esse espaço como território legal, como também de dotá-lo de infra-estrutura física (moradia, transportes, comunicações, água, esgoto, energia) e de serviços (educação, saúde) e ainda, o de viabilizar o acesso aos recursos financeiros.

As condições naturais herdadas da fazenda, como estoques de recursos naturais e serviços ambientais, por outro lado, condicionam, em parte, o modelo de produção e de tecnologia a ser adotada pela família assentada.

As condições culturais herdadas da antiga fazenda, assim como do mercado regional, que deu origem ao assentamento, também, têm tido relativo peso na determinação das atividades econômicas das famílias assentadas. Essa condicionante comprova o peso do ambiente social para quem nele se insere.

Por outro lado, as condições herdadas pelos assentados, tanto de seu território de origem como de sua participação nos movimentos sociais para Reforma Agrária, são muito mais significativas em relação a suas ações econômicas, sociais e políticas dentro do assentamento, assim como aos valores a ele atribuídos.

Uma das questões que salta à vista na definição do assentamento Capão Bonito II, diz respeito à diferenciação estabelecida entre as famílias no processo de re-territorialidade, relacionadas com a participação ou não das mesmas nos movimentos sociais da luta pela terra. Para as famílias que participaram dos conflitos, esse tempo é considerado como uma passagem obrigatória no processo de acesso à terra, motivo de orgulho por ter sido um acampado, garantindo-lhe legitimidade no acesso e trabalho com a terra. Esses valores conduzem à diferenciação em relação às famílias que não participaram desse processo, gerando conflitos internos e dificultando a unidade do assentamento como um todo, conforme já relatado.

Por outro lado, verificou-se que a ausência de construção do sentimento de unidade social do assentamento entre as famílias, dificulta também a comunhão com o "lugar", ou seja, o sentimento de pertença ao espaço idealizado de vida. A terra representa antes, uma conquista social, garantia de localização a um ser antes

desposuído desse bem. Desse modo, ela aparece muito mais como território físico-institucional, uma configuração territorial, do que uma espaço social, ou seja, fruto de relações sociais entre as famílias. Nesse caso, a territorialidade política tornou-se o início e não a última etapa do processo de construção territorial. O processo foi invertido. A propriedade veio antes do sentimento de apropriação. No assentamento agrário, a primeira unidade social construída em termos de espaço e território deu-se no nível da parcela familiar. Fora da unidade familiar, os elos afetivos no assentamento Capão Bonito II só se manifestaram mais rapidamente entre os grupos participantes do mesmo movimento social na luta pela terra. Os projetos econômicos e a identidade social e cultural efetiva-se dentro de cada unidade familiar, com o incentivo de programas governamentais de crédito à agricultura e agroindústria familiar, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar- PRONAF e do Prove Pantanal.

Mas, essa solidez das unidades familiar não têm sido suficientes para tornar esses pequenos empreendimentos competitivos ou mesmo com desempenho suficiente para garantir a manutenção da integridade e melhoria de vida dessas famílias.

Essas energias podem ser conduzidas para a construção das relações sociais de solidariedade cooperativa (capital social) na obtenção de uma organização interna eficaz, assim como de uma comunidade inteligente para interagir conhecimentos tácitos já existentes e incorporar conhecimentos codificados de áreas externas (capital humano), na territorialidade em processo. Esse processo pode ser acelerado se incentivado. Nesse caso, a lógica da construção de projetos pressupõe a transposição de obstáculos comuns num processo de construção de capital social e de aprendizado coletivo.

Existe ainda dificuldade social interna para que os assentados reflitam na questão do aprendizado coletivo, ou seja, na disseminação de conhecimentos tácitos (vindos de experiências anteriores) já existentes entre um grupo de famílias dentro do assentamento, para depois acessar os conhecimentos codificados internos.

A falta de domínio de conhecimento tácito acumulado sobre as atividades rurais, que é um simples saber "como fazer" dificulta também a absorção de

conhecimento externo, sob a forma codificada (sistematizado como ensino e como técnica) que exige abstração intelectualizada sobre o conhecimento.

As mulheres do assentamento poderiam ser as primeiras a serem acionadas para a construção dos elos internos e da aprendizagem coletiva. Foi demonstrado, através da pesquisa, que as principais energias latentes nesse sentido, estão entre elas.

Basta decidir a quem caberia esse papel de incentivo e monitoramento a essas famílias dos assentamentos, no sentido do incentivo ao fortalecimento dos elos de cooperação e dos processos coletivos de aprendizagem, para que possam ser os próprios condutores de seu projeto de vida, idealizado desde os movimentos sociais, ganhando autonomia em relação aos movimentos de origem e ao Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOT, J. GUJIT, I. *Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento.* Tradução de John Cunha Comefor. Paraíba: International Institute for Environment and Development (IIED), AS-PTA, 2001.
- ABRAMO, P. *O discurso competente e outras falas.* In: Metodologia das ciências humanas. Paulo de Salles Oliveira (Coord.). São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988.
- ABRAMOVAY, R *Uma nova extensão para a agricultura familiar – anais.* SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. Brasília: PNUD, 1997. 222p. [<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>].
- _____, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, V. 4, n.º 2, abril/junho 2000.
- _____, R. *Microcrédito e desenvolvimento territorial.* In: *A questão social e as saídas para a pobreza.* (Caderno de Oficina Social n.º 11), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.
- ÁVILA, V. F. de, et alli. *Formação educacional em desenvolvimento local:* relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.
- BARQUERO, A.V. Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirámide, 1988.
- BENITEZ, R. M. A infraestrutura, sua relação com a produtividade dos fatores e seu reflexo sobre o produto regional. In: *Planejamento e Políticas Públicas* (19), junho de 1999, p.275-306.
- BITTENCOURT, G. A. et all. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária no Brasil. Projeto Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, 1999.
- BOISIER, S. Política económica, organización social y desarrollo regional. ILPES (Cuaderno 2º), Santiago de Chile, 1982.
- _____, S. a. *Sociedad civil, participación y gestión territorial.* Santiago de Chile: ILPES, 1997. In:[<http://nutep.adm.ufrgs.br/adp/coop-part-final.html> abril/2000].
- _____, b. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético.* 1998. In:[<http://www.uchile.cl> março/2000].
- _____, c. *Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial.* Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 3, V 2. (Setembro 2001) Campo Grande: UCDB, 2001. 77 p.
- BOCAYUVA, P. C. C. O local e o periférico: qual ingenuidade? Proposta: Revista Trimestral de Debate da FASE, Rio de Janeiro, n.78,1998.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. K. *Qualitative Research for Education.* Boston, Allyn and Bacon, Inc.,1982.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável.* Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, Brasília, 1999

(mimeo).

BRAND, A. *Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 2, V 1. (Março 2001) Campo Grande: UCDB, 2001. 68 p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA. *Avaliação de planos de desenvolvimento rural. Relatório final de avaliação em 4 Estados: ES, MS, PE, SC*, realizado pelo IBASE, Brasília, DF, 2001.

CAPRA, Fritjof *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982

CARPIO, J. *El desarrollo local: claves para la promoción del desarrollo local*. En: SOUZA, M.A. y OTROS (Org.). *Metrópole e Globalização*. São Paulo: Ed. CEDESP, 1996.

_____. Nuevas Realidades en Desarrollo Local en España e Iberoamérica - seminário, Santiago de Compostela, 1999).

CASAROTTO FILHO, N. e PIRES, L. H. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. São Paulo; Atlas, 1999.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. In: *Multiplicadores comunitários de cidadania* (Caderno de Oficina Social n.º 08), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

CASTRO, I. E. de et alli. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHAUÍ, M. *O discurso competente e outras falas*. In: *Metodologia das ciências humanas*. Paulo de Salles Oliveira (Coord.). São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Marylene Pinto Michel (Trad). São Paulo: Moderna, 1999.

COMITÊ ECONÓMICO Y SOCIAL DE LAS COMUNIDADES EUROPEAS. *Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitária*. Bruxelas: CES, 1995.(mimeo)

DURSTON, J. *Construyendo capital social comunitario*. Revista de la Cepal n.º. 69 16 pg. Diciembre, 1999.

ELIZALDE, A. *Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 1, V 1. (Setembro 2000) Campo Grande:UCDB, 2000. 82 p.

_____, A. *Sociedad Civil y Tercer Sector, inclusión y exclusión en un mundo globalizado. Fragmentos y retazos de un modelo para armar..* Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 4, V 3. (Março 2002) Campo Grande: UCDB, 2002. 70 p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. *Sistema de Classificação de Solos*, Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999, 412 p.

FERRÃO, J. *Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajectórias territoriais de inovação*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 4, V 3. (Março 2002) Campo Grande: UCDB, 2002. 70 p.

- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: 4 ed. Vozes, 1998.
- FONSECA, D. M. da. *Desenvolvimento local: algumas considerações*. In: Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade (Caderno de Oficina Social n.º 07), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. {<http://www.ibge.gov.br>}. 2002].
- FRANCO, A.de. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? Brasília, DF: Instituto de Política, 2000.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GONZÁLEZ, R. R. *Similitudes y diferencias de los programas de Desarrollo Local en Europa y América Latina. Es posible establecer comparaciones?* Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 1, V 1. (Setembro 2000) Campo Grande: UCDB, 2000. 82 p.
- GUANZIROLLI, C. E.(Coord.) *Reforma Agrária e Globalização da Economia: O caso do Brasil*. Projeto Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.283 p.
- JARA, C. J. *A sustentabilidade do desenvolvimento local. Desafios de um processo em construção*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Seplan, 1998. 316 p.
- KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. Revista de la CEPAL, n.º 69, Santiago del Chile, Cepal, 1999.
- LAGES, V. N. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: superando obstáculos*. In: Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade (Caderno de Oficina Social n.º 07), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.
- LE BOURLEGAT, C. A *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 1, V 1. (Setembro 2000) Campo Grande: UCDB, 2000. 82 p.
- LESBAUSPIN, I. Poder Local x Exclusão Social. A experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTINS, S.R.O. *Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 5, V 3. (Setembro 2002) Campo Grande: UCDB, 2002. 62 p.
- MARSHALL. A. Princípios de economia. Tratado Introdutório. São Paulo: Cultural, 1982.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento. *Estudos integrados de recursos naturais do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, 1989.
- MAX-NEEF, M; ELIZALDE, A.;HOPENHAYN, M. *Desarrollo a escala humana: Una opción para el futuro*. Upsala, CEPAUR – Dag Hammarskjold Foundation, 1986.

MINAYO, M. C (ORG.) et all. *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.* 3.^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / INCRA. *Relatório Técnico da Fazenda Capão Bonito.* Irineu Motter (Coord.). Curitiba:SENAGRO,1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /INCRA. *Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária.* Concepção e Organização de CASTILHO, M. A. G. et alli. Brasília, DF, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /INCRA / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. *Plano de Consolidação do Assentamento Capão Bonito II.* Campo Grande, 2002. Mimeografado.

NASCIMENTO, E. P. do e PUTTINI, M. S. *Violência e Juventude: um encontro inevitável.* In: A questão social e as saídas para a pobreza. (Caderno de Oficina Social n.^o 11), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

Organização Mundial de Turismo–OMT, Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais, George McIntyre (org.).Brasília: CTI, 1992.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* Rio de Janeiro: FGV,1996. In:[<http://nutep.adm.ufrgs.br/adp/coop-part-final.html> abril/2000].

RIVERO-IWASITA, A. *Asentamientos Humanos y Desarrollo Local.* Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.^o 2, V 1.(Março 2001) Campo Grande: UCDB, 2001. 68 p.

SAAVEDRA, G. A. *Desarrollo Local.*1997. [<http://www monografia com/dez/2002>] [<http://wwwbducdbr/jan/2003>].

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável.* Paula Yone Stroh (Org.).Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento.* In: A questão social e as saídas para a pobreza. (Caderno de Oficina Social n.^o 11), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Questão Agrária e dilemas de formação nacional.* Palestra UNESP, Fundação Casper Líbero, 2001, [<http:// www mst org br/ janeiro/2002>].

SANTOS, M. *O espaço do cidadão.* São Paulo: Nobel, 1987.

_____, b, M. et alii a. (Org.).*Território, Globalização e fragmentação.* São Paulo: Hucitec/ Ampur,1994.

_____, c. *A Natureza do Espaço.* Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3º Ed. São Paulo: Hucitec,1996.

_____, d. *Por uma outra globalização.* Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Ed. Record, 2000.

SINGER, P. *O combate à pobreza e suas vítimas*. In: A questão social e as saídas para a pobreza. (Caderno de Oficina Social n.º 11), Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

TOURAINE, A. *La globalización como ideología*. El País. Madrid: 1996, p.17.

VEIGA, J. E. da. *A face territorial do desenvolvimento*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 5, V 3.(Setembro 2002 Campo Grande: UCDB, 2002. 62 p.

YOGUEL, Gabriel. Creación de competências em ambientes locales y redes produtivas. In Revista de la CEPAL (71), agosto de 2000. p.105-119.

YORI, C. M *La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales*. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, n.º 1, V 1. (Setembro 2000) Campo Grande: UCDB, 2000. 82 p.

ZAVATINI, J. A. Dinâmica climática no Mato Grosso do Sul. Geografia, Rio Claro> UNESP, São Paulo, 1993.

SITES CONSULTADOS

[<http://nutep.adm.ufrgs.br/adp/coop-part-final.html> abril/2000].

[<http://www.uchile.cl> março/2000].

[<http://nutep.adm.ufrgs.br/adp/coop-part-final.html> abril/2000].

[<http://www.bducdb.br/jan>/2003].

[<http://www.mst.org.br/> janeiro/2002].

[<http://www.ilhadamagia.com.br/andsol/portugues/mat/000/venn.html>]

[<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>/março/2003]

[<http://www.ibge.gov.br>/março/2003].

[<http://www.uniderp.br>/março/2003].